

# POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS MUNICÍPIOS DE ANGOLA



NOVEMBRO 2019



# **POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS MUNICÍPIOS DE ANGOLA**

**NOVEMBRO 2019**

## **FICHA TÉCNICA**

### **Director Geral**

Camilo Ceita

### **Editor**

Instituto Nacional de Estatística

Rua Ho-Chin-Minh,

Caixa Postal n.º 1215

Tel.: (+244) 226 420 730/1

Luanda – Angola

[www.ine.gov.ao](http://www.ine.gov.ao)

### **Análise de Qualidade**

Camilo Ceita

Ana Paula Machado

### **Equipa Técnica**

Ana Paula Machado

Margarida Lourenço

Eliana Quintas

Teresa Spínola

### **Apoio:**

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)

### **Composição e Difusão**

INE/Departamento de Informação e Difusão/Difusão

### **Reprodução**

INE/Departamento de Informação e Difusão/Reprografia

### **Tiragem**

100 Exemplares

### **Preço**

3. 250, 00 Kz

Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com Indicação da fonte bibliográfica

INE - Luanda, Angola – 2018

Para esclarecimento e informação adicional sobre o conteúdo desta publicação contactar:

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais: [margarida.lourenço@ine.gov.ao](mailto:margarida.lourenço@ine.gov.ao) (Chefe de Departamento)

## ÍNDICE

ABREVIATURAS.....	10
NOTA DE APRESENTAÇÃO .....	11
AGRADECIMENTOS.....	12
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. MEDIÇÃO DA POBREZA EM ANGOLA.....</b>	<b>16</b>
2.1 BREVE RESUMO DAS POLÍTICAS PARA REDUÇÃO DA POBREZA.....	17
2.2 REGULAMENTO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS .....	19
2.3 OBJECTIVOS DA MEDIDA DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL POR MUNICÍPIO.....	19
<b>3. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>21</b>
3.1 O IPM-M E OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	22
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>23</b>
4.1 ALKIRE – FOSTER: UM METÓDO AVANÇADO PARA MEDIR A POBREZA MULTIDIMENSIONAL.....	23
<b>5. RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO DE ANGOLA.....</b>	<b>25</b>
<b>6. DIMENSÕES, INDICADORES E LINHAS DE PRIVAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
6.1 DIMENSÃO SAÚDE.....	28
6.2 DIMENSÃO EDUCAÇÃO .....	28
6.3 DIMENSÃO QUALIDADE DA HABITAÇÃO.....	29
6.4 DIMENSÃO EMPREGO .....	29
<b>7. RESULTADOS.....</b>	<b>31</b>
7.1 ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL POR MUNICÍPIO.....	31
7.2 ROBUSTEZ.....	35
7.3 CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR IPM-M .....	37
7.3.1 Proposta 1: Distribuição dos Municípios por Quintis do IPM-M.....	37
7.3.2. Proposta 2: Distribuição dos municípios segundo o IPM e proporção de pobres .....	42
7.3.3. Proposta 3: Pré-classificação do município segundo o tamanho da população .....	47
7.4. PERFIS DE POBREZA POR MUNICÍPIOS .....	55
<b>8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>93</b>
ANEXO .....	95



## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos municípios por tipologia .....	19
Quadro 2 – Distribuição da população por província, segundo o sexo .....	25
Quadro 3 - Dimensões, indicadores e linhas de privação.....	27
Quadro 4 - Robustez a mudanças na linha de pobreza (k) .....	36
Quadro 5 - Robustez a alterações na estrutura de ponderação das dimensões .....	36
Quadro 6 - Índice de Pobreza Multidimensional por município, segundo o quintil.....	38
Quadro 7 - Distribuição dos municípios segundo o IPM-M e contribuição do número de pobres .....	43
Quadro 8 - Pobreza multidimensional nos municípios com menos de 50 000 habitantes .....	48
Quadro 9 - Pobreza multidimensional nos municípios com 50 000 à 500 000 habitantes .....	50
Quadro 10 - Pobreza multidimensional nos municípios com mais de 500 000 habitantes .....	53
Quadro 11 - Distribuição dos municípios por tamanho da população .....	54

## GRÁFICOS

Gráfico 1- IPM-M, Cabinda .....	57
Gráfico 2 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	57
Gráfico 3 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	58
Gráfico 4 – IPM-M, Zaire .....	59
Gráfico 5 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	59
Gráfico 6 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	60
Gráfico 7 – IPM-M, Uíge .....	61
Gráfico 8 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	61
Gráfico 9 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	62
Gráfico 10 – IPM-M, Luanda .....	63
Gráfico 11 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	63
Gráfico 12- Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	64
Gráfico 13 – IPM-M, Cuanza Norte.....	65
Gráfico 14 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	65
Gráfico 15 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	66
Gráfico 16 – IPM-M, Cuanza Sul .....	67
Gráfico 17 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	67
Gráfico 18 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	68
Gráfico 19 – IPM-M, Malanje .....	69
Gráfico 20 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	69
Gráfico 21 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	70
Gráfico 22 – IPM-M, Lunda Norte .....	71
Gráfico 23 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	71
Gráfico 24 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	72
Gráfico 25 – IPM-M, Benguela .....	73
Gráfico 26 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	73
Gráfico 27 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	74
Gráfico 28 – IPM-M, Huambo.....	75
Gráfico 29 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	75
Gráfico 30 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM .....	76
Gráfico 31 – IPM-M, Blé .....	77
Gráfico 32 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	77
Gráfico 33 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	78

Gráfico 34 – IPM-M, Moxico.....	79
Gráfico 35 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	79
Gráfico 36 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	80
Gráfico 37 – IPM-M, Cuando Cubango .....	81
Gráfico 38 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	81
Gráfico 39 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	82
Gráfico 40 – IPM-M, Namibe .....	83
Gráfico 41 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	83
Gráfico 42 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	84
Gráfico 43 – IPM-M, Huíla .....	85
Gráfico 44 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	85
Gráfico 45 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	86
Gráfico 46 – IPM-M, Cunene .....	87
Gráfico 47 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	87
Gráfico 48 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	88
Gráfico 49 – IPM-M, Lunda Sul .....	89
Gráfico 50 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	89
Gráfico 51 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	90
Gráfico 52 – IPM-M, Bengo .....	91
Gráfico 53 - Incidência e Intensidade da pobreza por município .....	91
Gráfico 54 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M .....	92

## **CARTOGRAMAS**

Cartograma 1 - Incidência de pobreza multidimensional por município (H,%).....	32
Cartograma 2- Intensidade da pobreza multidimensional por município (A,%) .....	33
Cartograma 3- Pobreza multidimensional por município .....	34
Cartograma 4 - Classificação dos municípios por quintis .....	38
Cartograma 5 - Municípios com menos de 50 000 habitantes.....	50
Cartograma 6 - Municípios com de 50 000 à 500 000 habitantes.....	52
Cartograma 7 - Municípios com mais de 500 000 Habitantes.....	53
Cartograma 8 – IPM-M, Cabinda .....	57
Cartograma 9 – Incidência por município.....	58
Cartograma 10 – Intensidade por município .....	58
Cartograma 11 – IPM-M, Zaire .....	59
Cartograma 12 – Incidência por município .....	60
Cartograma 13 – Intensidade por município.....	60
Cartograma 14 – IPM-M, Uíge.....	61
Cartograma 15 – Incidência por município .....	62
Cartograma 16 – Intensidade por município.....	62
Cartograma 17 – IPM-M, Luanda .....	63
Cartograma 18 - Incidência por município .....	64
Cartograma 19 - Intensidade por município.....	64
Cartograma 20 – IPM-M, Cuanza Norte .....	65
Cartograma 21 - Incidência por município .....	66
Cartograma 22 - Intensidade por município.....	66
Cartograma 23 – IPM-M, Cuanza Sul.....	67
Cartograma 24 - Incidência por município .....	68
Cartograma 25 - Intensidade por município.....	68



Cartograma 26 – IPM-M, Malanje .....	69
Cartograma 27 - Incidência por município .....	70
Cartograma 28 - Intensidade por município.....	70
Cartograma 29 – IPM-M, Lunda Norte .....	71
Cartograma 30 - Incidência por município .....	72
Cartograma 31 - Intensidade por município.....	72
Cartograma 32 – IPM-M, Benguela .....	73
Cartograma 33 – Incidência por município .....	74
Cartograma 34 – Intensidade por município.....	74
Cartograma 35 – IPM-M, Huambo .....	75
Cartograma 36 - Incidência por município .....	76
Cartograma 37 - Intensidade por município.....	76
Cartograma 38 – IPM-M, Bié .....	77
Cartograma 39 - Incidência por município .....	78
Cartograma 40 – Intensidade por município.....	78
Cartograma 41 – IPM-M, Moxico .....	79
Cartograma 42 - Incidência por município .....	80
Cartograma 43 - Intensidade por município.....	80
Cartograma 44 – IPM-M, Cuando Cubango.....	81
Cartograma 45 - Incidência por município .....	82
Cartograma 46 – Intensidade por município.....	82
Cartograma 47 – IPM-M, Namibe.....	83
Cartograma 48 – Incidência por município .....	84
Cartograma 49 – Intensidade por município.....	84
Cartograma 50 – IPM-M, Huíla.....	85
Cartograma 51 – Incidência por município .....	86
Cartograma 52 – Intensidade por município.....	86
Cartograma 53 – IPM-M, Cunene.....	87
Cartograma 54 - Incidência por município .....	88
Cartograma 55 - Intensidade por município.....	88
Cartograma 56 – IPM-M, Lunda Sul.....	89
Cartograma 57 - Incidência por município .....	90
Cartograma 58 - Intensidade por município.....	90
Cartograma 59 – IPM-M, Bengo.....	91
Cartograma 60 - Incidência por município .....	92
Cartograma 61 - Intensidade por município.....	92

## FIGURAS

Figura 1– Estrutura etária da população por sexo, 2014 .....	22
--	----

## ABREVIATURAS

INE	Instituto Nacional de Estatística
IDREA	Inquérito de Despesas, Receitas e Emprego em Angola
IIMS	Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
IPM-M	Índice de Pobreza Multidimensional por Municípios
MAT	Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado
MEP	Ministério da Economia e Planeamento
MINFIN	Ministério das Finanças
MODA	Análise das Privações Múltiplas ( <i>Multiple Overlapping Deprivation Analysis</i> )
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
OPHI	Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford ( <i>Oxford Poverty and Human Development Initiative</i> )
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um grande desafio para os países implementarem acções que permitam melhorar as condições de vida das populações até 2030. Para que este caminho seja feito com sucesso é necessário que o Governo de Angola adopte medidas específicas integradas para o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza, em particular dos cidadãos em situação de pobreza extrema, colocando as Pessoas, o Planeta, a Prosperidade, a Paz e as Parcerias no centro da governação.

O foco principal do ODS 1 é a erradicação da pobreza, que é o ponto central para toda a estratégia de desenvolvimento sustentável, assim entre os 244 Indicadores ODS, os governos nacionais têm um compromisso enorme com os indicadores sobre pobreza, em particular o indicador 1.2.1 (Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional) e o indicador 1.2.2 (Índice de Pobreza Multidimensional, que é a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem em pobreza em todas as suas dimensões de acordo com as definições nacionais).

De modo geral, um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), complementa os índices de pobreza monetária e permite identificar quem sofre múltiplas privações simultaneamente e conhecer as privações vividas pela população residente em Angola em vários aspectos de suas vidas. É assim que o Índice Multidimensional de Pobreza por Município (IPM-M), mostra as múltiplas privações que afectam a população residente em termos de saúde, educação, qualidade da habitação, emprego para cada um dos 164 municípios de Angola. O objectivo do IPM-M é classificar os municípios para distribuição de recursos públicos de maneira prioritária em função de suas privações.

Esperamos que os resultados deste relatório, ajudem à tomada de decisões integradas baseadas em evidências, na melhoria dos serviços sociais a nível local, no diálogo e decisão sobre a distribuição do Orçamento Geral do Estado, na reflexão sobre as desigualdades entre os contextos urbano e rural, na reflexão sobre as projecções sociais relacionadas ao crescimento da população, na priorização, monitoramento e avaliação da política pública, em benefício da população mais necessitada e do **bem mais precioso que Angola possui** “os seus habitantes”.

## AGRADECIMENTOS

Ao apresentar o “Relatório do índice de Pobreza Multidimensional por Municípios”, o INE expressa os seus mais profundos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram directa ou indirectamente na elaboração deste relatório, alguns sectores ministeriais, principalmente os Ministérios da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT) e o Ministério das Finanças (MINFIN).

Aproveitamos a oportunidade para, igualmente, agradecer ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) por seu apoio financeiro no desenvolvimento deste Relatório e ao suporte técnico da Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), da Universidade de Oxford reforçando deste modo, os conhecimentos e as capacidades técnicas.

Agradecimentos especiais ao Grupo Técnico do INE, coordenado, pela Directora Geral Adjunta do INE, que trabalhou de forma afincada na elaboração deste relatório, não esquecendo a colaboração dos técnicos dos Departamentos de Informação e Difusão e Censos e Inquéritos Especiais.

Apelamos a sociedade angolana, o uso da informação estatística publicada neste relatório e no Portal do INE, que este relatório constitua um sólido instrumento de apoio as políticas nacionais.

Luanda, Novembro 2019

Camilo Ceita



Director Geral do INE

## RESUMO EXECUTIVO

Este relatório apresenta a classificação dos municípios de acordo com seus níveis de pobreza multidimensional (164 municípios no território nacional), usando dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH ou Censo) realizado em 2014. Esta medida visa medir os desafios que cada município enfrenta em relação a seu processo de desenvolvimento através de uma ampla concepção de pobreza alinhada com os diferentes Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse sentido, este índice é concebido como uma ferramenta importante para a distribuição equitativa do OGE em Angola, bem como para o desenho e desenvolvimento de políticas públicas destinadas ao cumprimento da Agenda 2030, à redução da pobreza e às diferentes privações associadas à saúde, educação, emprego e qualidade da habitação.

Sob Decreto Presidencial Nº 163/19, foi aprovada uma categorização dos municípios, dependendo do seu grau de desenvolvimento. Isso para priorizar os municípios com altos níveis de pobreza e privação no processo de descentralização de recursos. A medida utilizada para gerar esta classificação é uma ferramenta ideal para medir o grau de desenvolvimento municipal, que fornece informações sobre o número de pessoas multidimensionalmente pobres em cada município, quão pobres são e quais são os factores determinantes que constituem os seus níveis de pobreza.

O Índice de Pobreza Multidimensional é calculado utilizando o método Alkire -Foster (Alkire & Foster, 2011). Esse método tem várias aplicações em todo o mundo, incluindo o Índice Multidimensional de Pobreza Global (IPM Global), publicado no Relatório de Desenvolvimento Humano desde 2010 e o Índice de Pobreza Multidimensional Nacional de vários países da África, Ásia, América Latina e o Caribe. Seguindo este método, o Índice de Pobreza Multidimensional dos Municípios (IPM-M) em Angola combina a proporção da população que vive na pobreza e a intensidade da pobreza sofrida por pessoas multidimensionalmente pobres.

O Índice de Pobreza Multidimensional apresentado neste documento é composto por 4 dimensões (saúde, educação, qualidade da habitação e emprego) e 11 indicadores que foram seleccionados com base em consultas técnicas internas com o Instituto Nacional de Estatística (INE), visando usar informação disponível e pertinente do Censo 2014<sup>1</sup>. Esta medida usa a mesma ponderação para cada dimensão e o mesmo peso relativo para cada indicador. As dimensões da Educação, Qualidade da Habitação e Emprego possuem três indicadores cada uma, de modo que cada um tem um peso de 8,33%. A dimensão Saúde possui apenas dois indicadores e cada um tem um peso de 12,5%. A linha de pobreza multidimensional foi estabelecida em 35% dos indicadores ponderados. Essa linha de pobreza multidimensional corresponde a uma situação em que uma pessoa ou um agregado familiar sofre privações equivalentes a uma dimensão mais um indicador com ponderação média. No desenho da medida, foram realizados testes rigorosos de robustez nas mudanças nessa linha de pobreza

---

<sup>1</sup> A necessidade de fazer uma classificação dos municípios exige o uso desta base de dados, pois não é possível fazê-lo com nenhum inquérito actualmente disponível. Além da análise apresentada neste documento, Angola também terá um IPM Nacional calculado com a base de dados do IIMS 2015-2016, para se tornar uma medida oficial de monitoria e análise periódica da pobreza multidimensional no país.

multidimensional, bem como na estrutura de ponderação de cada dimensão, e verificou-se que a ordenação dos municípios é altamente estável.

Utilizando as informações geradas pela medida multidimensional da pobreza, o Instituto Nacional de Estatística propõe três possíveis classificações de municípios em Angola:

1. A primeira classificação possível consiste em agrupar os municípios de acordo com seus níveis de pobreza multidimensional em cinco grupos. Esses grupos são chamados quintis e dão origem a uma classificação intuitiva e consistente, graças à robustez da medida. No entanto, essa classificação é realizada levando em consideração os únicos critérios para formar as categorias: o nível de pobreza multidimensional. Os resultados revelam que os municípios incluídos no grupo com os níveis mais baixos de pobreza multidimensional têm níveis variados de pobreza de 0,029 a 0,365. Pelo contrário, os municípios com os mais altos níveis de pobreza multidimensional apresentam níveis superiores a 0,6. Por isso, essa classificação não permite priorizar os municípios deste último grupo.
2. A segunda classificação consiste em manter a ordem por quintis e priorizar, dentro de cada quintil, os municípios com maior proporção de pessoas multidimensionais pobres de acordo com a população total do município. Essa proposta leva em consideração o tamanho da população como critério adicional de classificação e permite identificar melhor os municípios onde há alta prevalência de pobreza multidimensional. No entanto, baseando-se em uma ordem de municípios de acordo com seus níveis de pobreza multidimensional, essa categorização também apresenta o problema de agrupar municípios com os níveis mais baixos de pobreza na mesma categoria, apesar de apresentarem níveis de pobreza muito diferentes uns dos outros. Da mesma forma, no grupo dos municípios mais pobres, seriam incluídos municípios com altos níveis de pobreza, mas cuja população pobre não tivesse uma contribuição importante para o total de pobres multidimensionais do País.
3. A terceira proposta é usar informações sobre o nível de pobreza multidimensional e a população total multidimensionalmente pobre, mas levando em consideração o tamanho do município. Numa primeira etapa, uma pré-classificação dos municípios por tamanho da população dá origem a três grupos de municípios: grande (mais de 500 000), intermédio (entre 50 000 e 500 000 habitantes) e pequeno (menos de 50 000). Em cada grupo de municípios, que são por definição homogêneos em relação ao tamanho da população, um ordenamento baseado no valor da medida multidimensional da pobreza permite identificar municípios com os mais altos níveis de pobreza. Igualmente os municípios são ordenados de acordo com o número de pobres multidimensionais. Em outras palavras, os níveis de pobreza e o total de pobres do município são factores determinantes para dar prioridade ao município dentro dos três grupos de municípios.

A motivação principal para o desenvolvimento desta medida é entender o estado da pobreza multidimensional em cada município de Angola, bem como a sua composição. Este documento

mostra que os dados do Censo 2014 são uma fonte importante e completa para alcançar este objectivo e, assim, fornecer ferramentas objectivas para categorizar os municípios. A decisão final, quanto a classificação final dos municípios, dependem dos princípios de priorização usado pelo Executivo. Angola não é o único país que aposta por um critério transparente e eficiente de dotação orçamental para combater a pobreza. Medidas de pobreza multidimensionais foram incluídas como uma componente das normas de alocação orçamentária em países como Costa Rica, Butão e Nepal. Além disso, medidas multidimensionais de pobreza, como as utilizadas para gerar essas classificações, são um ponto de partida para o desenho de políticas públicas em territórios pequenos, cujo objectivo é a redução e erradicação da pobreza multidimensional.

## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de pobreza refere-se a uma situação de privação de algumas dimensões do bem-estar do indivíduo, como acesso limitado aos serviços de saúde, baixo capital humano, habitação inadequada, má nutrição, falta de determinados bens e serviços.

Esses aspectos podem ser capturados através de uma medida de pobreza multidimensional, usando o método de Alkire e Foster (2011). Este documento apresenta as bases conceituais, técnicas e empíricas dessa medida, bem como três alternativas possíveis para a categorização dos municípios.

## 2. MEDIÇÃO DA POBREZA EM ANGOLA

Os dados mais recentes sobre pobreza em Angola foram calculados à partir do Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População realizado pelo INE em 2008-2009 (IBEP 2008-2009), centrou-se na pobreza monetária, isto é, a pobreza medida em termos de consumo de bens e serviços. No entanto, os resultados sobre pobreza monetária do IBEP 2008-2009 (36,6), foram apenas resultados ao nível nacional e de região. Este tipo de pobreza se prevê medir novamente nos Inquéritos de Despesas e Receitas e Emprego em Angola (IDREA /IDR) realizados em 2018-2019, onde a recolha teve duração de 12 meses.

Realça-se o facto de, em 2017, a partir dos dados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde realizado em 2015-2016 e com o apoio permanente de consultores analisou-se as privações e a pobreza multidimensional através da Análise das Privações Múltiplas (MODA) que é uma metodologia padrão do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que apresenta um enfoque sobre a vulnerabilidade da criança, tendo em conta que as necessidades básicas das crianças são diferentes das necessidades básicas dos adultos<sup>2</sup>.

Contudo, apesar da MODA ser uma ferramenta que aborda a pobreza na vertente multidimensional, ela se concentra principalmente nas crianças, embora existem certas condições de pobreza que afectam todo o agregado familiar.

O Censo 2014 é a operação estatística que permite a desagregação mais detalhada à nível geográfico de resultados socioeconómicos. Embora os dados recolhidos não permitam obter informação sobre pobreza monetária, é possível obter informação sobre pobreza não monetária desagregada ao nível municipal.

A melhoria do bem-estar dos cidadãos e da qualidade de vida das famílias angolanas, a redução das desigualdades e da pobreza e a promoção do nível de desenvolvimento humano são condições essenciais para o progresso económico e social do País e constituem uma

---

<sup>2</sup> Informação detalhada sobre a metodologia MODA pode ser consultada nos guias passo a passo da MODA (De Neubourg et al., 2012) e [www.unicef-irc.org/MODA](http://www.unicef-irc.org/MODA)



prioridade para o Executivo, plasmada no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022. É assim, que o Governo de Angola e o INE desenvolveram a análise da pobreza multidimensional apresentada neste relatório, que complementa a análise da pobreza monetária, pelo facto de que ter um rendimento insuficiente não é o único elemento determinante de pobreza. Assim, o IPM-M é um complemento importante de iniciativas anteriores para a medição de privações monetárias em Angola a partir do Inquérito de Bem-Estar da População realizado em 2008-2009 (IBEP 2008-2009).

## 2.1 BREVE RESUMO DAS POLÍTICAS PARA REDUÇÃO DA POBREZA

A pobreza em Angola remete para a grande desigualdade na distribuição de rendimento e para a existência de uma parte significativa da população submetida a condições mínimas de dignidade e cidadania. O Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza 2018-2022 (PIDLCP) surge a partir da necessidade de se rever os objectivos e prioridades nacionais a seguir no combate à pobreza e à pobreza extrema em Angola, tendo como principal objectivo a redução da **taxa de incidência de pobreza**, a médio prazo.

Tendo em atenção a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das famílias angolanas, a redução das desigualdades e da pobreza, o Programa 1.1.1 do Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022), estabeleceu algumas acções prioritárias para acabar com a pobreza a nível nacional:

- Municipalizar os serviços de acção social, através da promoção da criação dos Centros Sociais Integrados (CASIS);
- Elaborar diagnósticos de vulnerabilidade em Angola;
- Construir uma base de dados da vulnerabilidade e cadastrar os beneficiários da Acção Social com informação dos beneficiários, natureza e perfil e dimensões da vulnerabilidade local;
- Promover a inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade e pobreza com capacidade para o trabalho em projectos socioeconómicos para a geração de rendimento (inclusão produtiva);
- Apoiar a criação de actividades económicas sustentáveis, geridas na base de cooperativas e associações de economia solidária, numa perspectiva de desenvolvimento local e integração económico-social, com enfoque nos ex-militares e suas famílias, em especial ex-militares deficientes de guerra;
- Atribuir prestações sociais em dinheiro ou espécie às famílias em situação de pobreza extrema;
- Promover a assistência dirigida, com foco para a melhoria das condições habitacionais dos potenciais beneficiários;

- Implementar o Programa Nacional de Delimitação e Posterior Concessão de Terras e Títulos aos terrenos rurais;
- Promover a construção de equipamentos de saúde e educação e melhorar as vias de comunicação;
- Assegurar os cuidados primários de saúde em todos os municípios;
- Assegurar às famílias mais vulneráveis a isenção de taxas de saúde/educação;
- Garantir o abastecimento de água potável e electricidade à população e ao sector produtivo (água e luz para todos);
- Prestar orientação e assistência técnica aos agricultores, bem como oferta de fomento, sementes melhoradas e água, visando o aumento da produção;
- Organizar cursos de qualificação profissional, efectuar intermediação de mão-de-obra, ampliar a política de microcrédito e incentivo à economia solidária, visando promover o emprego e o rendimento das famílias;
- Fomentar o empreendedorismo e a formalização das actividades económicas pelo Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN) e Balcão Único do Empreendedor (BUE);
- Facilitar, a nível local, o acesso das famílias ao Programa de Fomento da Agricultura Familiar, ao Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários (PAPAGRO) e ao Programa de Fomento da Pequena Indústria Rural (PROFIR);
- Promover a atribuição dos “Benefícios à Criança” e garantir a merenda escolar;
- Promover o acesso das famílias a actividades culturais e de lazer, desenvolvendo e apoiando programas específicos a nível local;
- Incentivar as instituições particulares de assistência e solidariedade social que desenvolvam actividades de apoio às famílias;
- Estudar a viabilidade de incremento do orçamento municipal em função da realidade específica de cada localidade;
- Recuperar vias de acesso de zonas rurais isoladas;
- Promover a requalificação das áreas rurais;
- Alargar a acção dos Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS);
- Melhorar a articulação entre as entidades relacionadas com a Acção Social, a Protecção Social e as Aldeias Rurais Auto-sustentáveis.

## 2.2 REGULAMENTO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Para efeitos de organização e gestão administrativa, foi aprovado o Decreto Presidencial nº 163/19 que classifica os municípios em:

- i. Municípios com estrutura orgânica do Tipo A;
- ii. Municípios com estrutura orgânica do Tipo B;
- iii. Municípios com estrutura orgânica do Tipo C;
- iv. Municípios com estrutura orgânica do Tipo D.

Esta classificação dos municípios baseia-se fundamentalmente nos seguintes critérios:

- a) Número de habitações;
- b) Densidade populacional;
- c) Nível de desenvolvimento económico e social.

Salientamos que, todos os municípios que acolhem as sedes provinciais são considerados municípios com estrutura orgânica do Tipo A. Para além dos critérios acima referidos, a classificação dos municípios pode ainda ter em conta a expectativa de desenvolvimento económico e social, a existência ou expectativa de implantação de projectos de grande dimensão, a localização geográfica e a importância estratégica do município.

O terceiro critério, nível de desenvolvimento económico e social, não se baseia em alguma classificação resultante de algum estudo realizado.

De referir que o referido Decreto, prevê que os critérios que deram origem a essa classificação preliminar podem e devem ser revisados à luz de outros indicadores de desenvolvimento, como o Índice de Pobreza Multidimensional a nível Municipal (IPM-M) calculado neste relatório.

O quadro 1 apresenta um resumo do total de municípios por tipologia, de acordo com o Decreto 163/19.

**Quadro 1 – Distribuição dos municípios por tipologia**

N.º	Município	Total
1	Municípios com Estrutura Orgânica de Tipo A	30
2	Municípios com Estrutura Orgânica de Tipo B	30
3	Municípios com Estrutura Orgânica de Tipo C	35
4	Municípios com Estrutura Orgânica de Tipo D	69

## 2.3 OBJECTIVOS DA MEDIDA DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL POR MUNICÍPIO

O objectivo principal deste estudo e do IPM-M em si é identificar o nível de pobreza de cada município e agrupá-los dentro de classificações tecnicamente robustas e úteis para a distribuição de orçamento público (OGE).

Cabe ressaltar que o objectivo do IPM-M *não* é medir a pobreza do País ou a nível de cada província, uma vez que o INE calculará, posteriormente, **o Índice de Pobreza Multidimensional Nacional (IPM-N)** com os dados do IIMS 2015-2016. Logo, este novo índice será monitorado periodicamente em função da actualização desta base de dados. Por outro lado, o IPM-M, somente poderá ser actualizado à partir dos dados do Censo, que é a única base de dados que permite uma representatividade a nível municipal. Esta é a razão principal do IPM-M ser calculado à partir da base de dados do Censo 2014.

Concretamente, o IPM-M é usado para compreender o grau de desenvolvimento de cada município e usá-lo como critério de classificação dos municípios de acordo com o Decreto Presidencial nº 163/19. Um objectivo adicional do IPM-M é apresentar outra visão para medir o nível de desenvolvimento municipal, o que permitiu fornecer não apenas uma classificação, mas também desagregar a pobreza por indicadores. Isso é importante porque define quais são os componentes que dão origem à situação de pobreza em cada um dos municípios individualmente.

Serão criados perfis municipais de pobreza para entender a composição da pobreza em cada município e elaborar políticas para melhorar o padrão de vida de sua população. Assim, o IPM-M é uma ferramenta útil para complementar os esforços para entender melhor a realidade do país e ajudar a elaborar políticas públicas eficazes para solucionar problemas que afectam os agregados familiares em Angola.

### 3. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO

Os resultados do Censo 2014 mostram que:

- A população residente é maioritariamente do sexo feminino 52%, e a população do sexo masculino é de 48%. O índice de masculinidade (rácio homens/mulheres) é de 94, o que significa que existem 94 homens para cada 100 mulheres. A província do Cunene tem o índice de masculinidade mais baixo (88 homens por cada 100 mulheres) e a Lunda Norte o mais elevado (106 homens por cada 100 mulheres).
- A província de Luanda é a mais populosa, com 6 945 386 de residentes. A província do Bengo, com 356 641, é a província onde residem menos pessoas.
- A esperança de vida é de 60,2 anos. Para os homens é de 57,5 anos, e para as mulheres é de 63,0 anos.
- A taxa de crescimento natural é de 2,7%.
- A taxa de fecundidade é de 5,7 filhos por mulher<sup>3</sup>.
- A proporção da população com 0-14 anos é de 47,3% e a de idosos (65 ou mais anos) é de 2,4%.
- A idade média da população é de 20,6 anos.
- Apenas 13% da população com 18-24 anos completou o II ciclo do ensino secundário e 2,5% da população com 24 ou mais anos possui formação superior.
- O mercado de trabalho absorve cerca de 40% da população com 15 ou mais anos, sendo que as actividades do sector primário concentram 44,2%, as do secundário 6,1%, e as do terciário 26,2%<sup>4</sup>.
- O número médio de pessoas por agregado familiar é de 4,6. Sessenta e dois por cento (62%) dos agregados familiares são chefiados por homens, e 38% por mulheres.
- O acesso à água apropriada para beber abrange, 44% dos agregados familiares, enquanto o acesso ao saneamento apropriado abrange 60% dos mesmos.

A população do país é maioritariamente jovem, 47% da população é menor de 15 anos de idade. Cerca de 65% da população está concentrada no grupo etário dos 0-24 anos de idade. A pirâmide etária mostra uma base alargada, que representa a população mais jovem e um topo estreito que corresponde a população mais idosa.

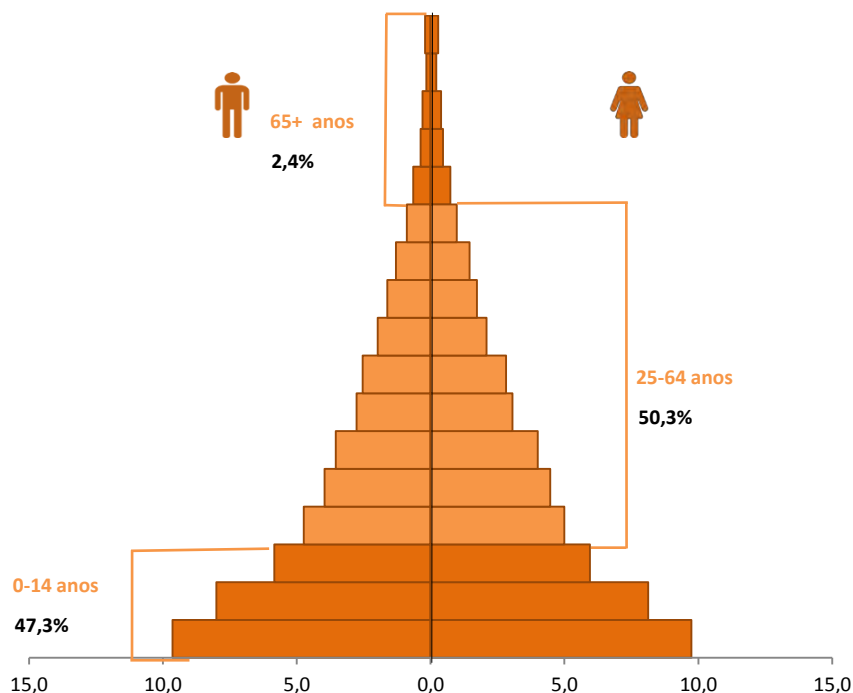
---

<sup>3</sup> O IIMS 2015-2016 aponta para uma Taxa Global de Fecundidade de 6,2 filhos por mulher.

<sup>4</sup> Sector Primário: agricultura, mineração, pesca e silvicultura, pecuária, extrativismo vegetal e caça.

Sector Secundário: indústria (transformação das matérias-primas em produtos prontos para o consumo ou em maquinaria e ferramentas industriais).  
Sector Terciário: comércio e prestação de serviços.

Figura 1– Estrutura etária da população por sexo, 2014



### 3.1 O IPM-M E OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 aprovada em 2015, pelos líderes dos 193 Estados-Membros das Nações Unidas na Cimeira das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económica e ambiental), e está constituída por 17 ODS, 169 metas e 244 indicadores. A mesma deve ser implementada por todos os países do mundo até 2030.

Enquanto estado-membro das Nações Unidas, Angola como quase todos os países do mundo, subscreveu a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que define as prioridades e aspirações num horizonte de 15 anos, procurando mobilizar esforços globais em torno dos ODS e respectivas metas.

O ODS 1 visa “Erradicar a pobreza em todas as suas dimensões, em todos os lugares” e a sua Meta 1.2 defende que todos os países até 2030 devem reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

Assim sendo, o IPM fornece ao governo uma base para a meta 1.2 dos ODS, e contribui não só para uma melhor compreensão das privações enfrentadas pela população angolana, como também estabelece uma base para a implementação de políticas direccionadas para cada município individualmente, com vista ao melhoramento do bem-estar da população.

## 4. METODOLOGIA

### 4.1 ALKIRE – FOSTER: UM METÓDO AVANÇADO PARA MEDIR A POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Alkire e Foster (2011) propõem uma metodologia baseada em uma abordagem de contagem, que faz ajustes na família de indicadores tradicionais de pobreza propostos por Foster Greer e Thorbecke (FGT) para adaptá-los a uma abordagem multidimensional. Essa metodologia envolve o estabelecimento de dois limiares na etapa de identificação de pessoas multidimensionais pobres.

No IPM-M de Angola, a **unidade de identificação** é o agregado familiar. Isso significa que todos os membros de um agregado familiar são identificados como pobres se não atenderem aos padrões mínimos de vida estabelecidos nos limiares de privação. A **unidade de análise**, no entanto, são os indivíduos. Isso significa que a análise da pobreza se concentrará em analisar a situação de cada indivíduo na base de dados do Censo, identificando-o como pobre ou não pobre, em função das características do seu agregado.

As dimensões, indicadores e limiares de privação considerados no IPM-M são apresentados no Quadro 3. Os limiares de privação representam padrões mínimos de vida, de modo que um agregado familiar e todos os seus membros não são considerados privados nesse indicador. Então  $g_{ij}^0$  é uma variável dicotômica que assume o valor de 1 se o indivíduo  $i$  é privado no indicador  $j$ . A variável  $g_{ij}^0$  assume o valor 0 em caso contrário.

A proporção de pessoas que sofrem privação em cada indicador em cada município de Angola é chamada de **taxa de privação sem censura**. Essa taxa indica a prevalência de cada privação entre toda a população, independentemente de ser pobre ou não.

Como Alkire e Foster (2008) indicam: *“as linhas de corte específicas para cada dimensão por si só não conseguem identificar quem é pobre; outros critérios que vão além das dimensões devem ser considerados para chegar a uma especificação completa do método de identificação”*.

Da mesma forma, cada privação tem uma ponderação diferente, dependendo da estrutura definida para o IPM-M (consulte o Quadro 3). O peso do indicador  $j$  é indicado como  $w_j$  e representa a importância relativa que ele tem no IPM - M. Observa-se que esses pesos são iguais para cada indivíduo e variam apenas entre os indicadores.

Por isso, uma vez identificados os agregados e indivíduos que são pobres em cada dimensão, esta metodologia conta o número de privações, ponderada por seus respectivos pesos, em que o indivíduo  $i$  é privado. O resultado é uma pontuação de privação, que é calculada para cada pessoa que vive num determinado município, da seguinte maneira:

$$c_i = \sum_{j=1}^d w_j g_{ij}^0$$

Onde  $d$  representa o número de indicadores considerados no IPM-M (ver Quadro 3), ou seja, onze. Nesta fase, é definido o segundo limiar,  $k$ , a partir do qual é definido quem é pobre e quem não é em termos multidimensionais. Ou seja,  $k$  representa o número mínimo de indicadores ponderados nos quais um indivíduo deve apresentar privação para ser considerado multidimensionalmente pobre. No caso do IPM-M, a linha de corte da pobreza foi definida como  $k=35\%$ . Isso significa que uma pessoa é considerada multidimensionalmente pobre se sofre 35% de possíveis privações ou mais. Esse valor corresponde a ser privado em uma dimensão (25%) mais o peso de um indicador médio (10%).

Depois de identificar as pessoas pobres, três indicadores agregados de pobreza podem ser calculados **para cada município**:

- A percentagem de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres é chamada **taxa de incidência de pobreza** e é denominada  $H$ .
- A média de privações ponderadas que sofrem as pessoas multidimensionalmente é chamada de **taxa de intensidade de pobreza** e é denominada como  $A$ .
- A **taxa de incidência ajustada**, ou o valor real do **IPM-M** para um determinado município, combina a incidência e a intensidade da pobreza:  $IPM = H \times A$ .

Para entender melhor a composição da pobreza em cada município de Angola, é calculada a **taxa de privação** censurada para cada indicador. Essa taxa é indicada como  $h_j$  e indica a proporção de pessoas que são multidimensionalmente pobres e são privadas em cada indicador. Essa taxa é um complemento útil à taxa de incidência sem censura para cada indicador. Se as duas taxas são semelhantes, as privações nesse indicador estão concentradas na população pobre.

Também é importante conhecer a contribuição de cada indicador para o valor do IPM-M em um determinado município, ou seja, sua contribuição para a pobreza multidimensional. Uma propriedade particularmente útil do método Alkire-Foster é a possibilidade de decompô-lo por indicadores, levando em consideração as taxas de privação censuradas de cada indicador ( $h_j$ ) e o peso ( $w_j$ ) desse indicador no IPM-M ( $w_j$ ):

$$IPM = \sum_{j=1}^d w_j h_j$$

A partir dessa propriedade, a contribuição percentual de cada indicador pode ser calculada da seguinte forma:

$$\phi_j = \frac{w_j h_j}{IPM}$$



De tal maneira que  $\sum_{j=1}^d \phi_j = 1$ . Um valor alto de  $\phi_j$  indica que o indicador  $j$  tem uma contribuição importante no valor do IPM-M e, portanto, na pobreza multidimensional do município.

## 5. RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO DE ANGOLA

O Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola (Censo 2014), foi realizado no período de 16 a 31 de Maio de 2014, em todo território nacional, tendo como Momento Censitário às zero horas do dia 16 de Maio. O Censo 2014 é a principal fonte de dados para o cálculo deste IPM-M.

De acordo com a Divisão Política e Administrativa de Angola (DPA) vigente na altura, no momento da recolha de dados, o país estava constituído por 18 províncias, 162 municípios, 559 comunas, 2 352 bairros em áreas urbanas e 25 289 aldeias (em áreas rurais).

Segundo os Resultados Definitivos do Censo 2014, a população em Angola, à data do momento censitário, era de 25 789 024 pessoas. O quadro 3, mostra a população de cada uma das 18 províncias desagregada por sexo.

**Quadro 2 – Distribuição da população por província, segundo o sexo**

Província	Total	Homens	Mulheres
<b>Angola</b>	<b>25 789 024</b>	<b>12 499 041</b>	<b>13 289 983</b>
Cabinda	716 076	355 765	360 310
Zaire	594 428	297 728	296 700
Uíge	1 483 118	728 693	754 425
Luanda	6 945 386	3 401 996	3 543 390
Cuanza Norte	443 386	217 060	226 326
Cuanza Sul	1 881 873	905 809	976 064
Malanje	986 363	479 788	506 575
Lunda Norte	862 566	444 053	418 513
Benguela	2 231 385	1 055 819	1 175 566
Huambo	2 019 555	958 140	1 061 414
Bié	1 455 255	691 623	763 632
Moxico	758 568	369 437	389 131
Cuando Cubango	534 002	260 585	273 417
Namibe	495 326	240 144	255 182
Huíla	2 497 422	1 186 589	1 310 833
Cunene	990 087	462 056	528 031
Lunda Sul	537 587	265 806	271 782
Bengo	356 641	177 949	178 692

Fonte: Censo 2014

Após aprovação da Lei 18/16 “Lei da Divisão Política Administrativa”, a província de Luanda na sua extensão territorial passou a contar com 9 municípios. Porém, a os limites territoriais da província não sofreram alteração, observando-se apenas a uma redistribuição do espaço territorial. Esta redistribuição territorial afectou igualmente a distribuição da população residente por município. No decurso da alteração nos limites territoriais dos municípios do

território da província, apenas o município da Quiçama viu o seu território inalterado. Aos municípios do Cazenga e do Icolo e Bengo foram anexadas áreas de alguns municípios limítrofes, enquanto que o município de Cacucaco cedeu e anexou território. Os municípios de Belas, Luanda e Viana são os que registraram maior alteração territorial ao cederem território, que resultaram na criação dos municípios de Talatona e Kilamba Kiaxi.

Uma vez que algumas linhas que delimitam alguns municípios de acordo a Lei 18/16, acabaram afectando a extensão territorial das unidades estatísticas de organização territorial para recolha de informação, na ausência da realização do trabalho de campo, atendendo o volume da demanda e a urgência da necessidade da informação, o Instituto Nacional de Estatística viu-se na necessidade de recorrer ao Centróide dos polígonos afectados para atribuição da população a um determinado município.

De acordo com a Lei 18/16, o país é constituído por 18 províncias, 164 municípios e 518 comunas e 44 distritos urbanos (algumas comunas ascenderam a categoria de distritos). Tendo em conta que o principal objectivo deste estudo é ordenar os municípios por pobreza e priorizá-los, o IPM-M foi calculado para os 164 municípios, agregando os dois novos municípios da província de Luanda.

Contudo, o Censo 2014 devido a sua especificidade, a semelhança dos censos realizados por todo mundo, possui um universo de indicadores mais restritos do que os inquéritos realizados no País, tais como o IIMS 2015-2016 e o IDREA 218-2019.

Por outro lado, os censos populacionais devem ser realizados com uma periodicidade decenal (de 10 em 10 anos), portanto, não pode por si só, constituir uma fonte de dados que permite o monitoramento periódico de políticas públicas.

No entanto, importa reforçar que o Censo 2014 é a única fonte de informação que permite capturar a natureza multidimensional da pobreza à nível municipal.

## 6. DIMENSÕES, INDICADORES E LINHAS DE PRIVAÇÃO

O IPM-M usou quatro dimensões e adoptou um conjunto de indicadores possíveis de calcular com os dados existentes na base do Censo 2014 e que estão alinhados ou no mesmo foco que os indicadores do IPM global.

A unidade estatística de observação para o IPM-M é o agregado familiar. Essa abordagem pressupõe o aspecto habitacional e de partilha, e, portanto, considera um agregado familiar como uma pessoa ou um grupo de pessoas, com ou sem relações de parentesco, que vivem habitualmente sob o mesmo tecto e partilham as despesas alimentares e/ou outras necessidades vitais, ou seja é uma unidade formada por indivíduos cujas vidas estão profundamente interligadas.

A unidade de análise, que é a unidade para a qual os resultados são relatados e analisados, é o indivíduo. Isto significa que a taxa de incidência é a percentagem de indivíduos que formam parte de um agregado familiar que foi identificado como pobre. Isso permite uma análise das pessoas que vivem no agregado, onde são detectados problemas que provavelmente afectam todo o agregado familiar. Assim, não se supõe que cada pessoa seja um indivíduo isolado, mas que receba influências constantes do seu meio ambiente mais próximo, ou seja, daquelas pessoas com quem vive diariamente.

O IPM-M usa pesos iguais para cada dimensão, apontando um peso de 1/4 ou 25% para cada uma das quatro dimensões: saúde, educação, qualidade da habitação e emprego. O desenho adoptado de pesos iguais para cada dimensão implica uma mesma importância relativa para cada uma.

**Quadro 3 - Dimensões, indicadores e linhas de privação**

Dimensão	Indicador	Linha de privação Um agregado familiar é privado se:	Peso da dimensão	Peso do indicador
Saúde	Acesso a água potável	Não tem acesso a fonte de água apropriada para beber ou não faz nenhum tratamento	25%	12.5%
	Acesso ao saneamento	Não tem acesso a algum tipo de saneamento apropriado		12.5%
Educação	Registo civil	Ao menos um membro de 0-5 anos não tem registo de nascimento	25%	8.3%
	Anos de escolaridade	Nenhum membro de 12 ou mais anos de idade tem pelo menos 6 anos de escolaridade		8.3%
	Frequência escolar	Ao menos uma criança em idade escolar com 5-14 anos de idade não frequenta a escola		8.3%
Qualidade da habitação	Combustível sólido para cozinhar	O principal combustível para cozinhar é carvão, lenha/arbustos, palha/capim, cartão papelão, produtos agrícolas, outros e se cozinha com combustível sólido	25%	8.3%
	Acesso a electricidade	Não tem electricidade da rede pública		8.3%
	Tipo de material das paredes, chão e tecto da habitação	Tem má qualidade em pelo menos um dos três seguintes materiais da habitação: chão, tecto e parede		8.3%

Emprego	Desemprego juvenil	Algum membro com 15-24 anos de idade não trabalha e não estuda	25%	8.3%
	Desemprego entre adultos	Algum membro com 25-64 anos activa e não trabalha, mas está disponível para trabalhar		8.3%
	Dependência	Por cada 5 membro do AF não existe pelo menos um membro com 15-64 anos que trabalha		8.3%

## 6.1 DIMENSÃO SAÚDE

A dimensão saúde, possui dois indicadores: i) acesso a água potável e ii) acesso ao saneamento. O acesso a água potável e saneamento básico são direitos humanos fundamentais para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, que Angola reconhece na Resolução das Nações Unidas nº 64/292, de 28 de Julho de 2010. Ao longo da última década, Angola tem vindo a investir fundos importantes neste sector, particularmente nas áreas urbanas do País, mas os níveis de acesso permanecem muito baixos e os dados mostram que não houve progressos significativos nos anos mais recentes.

Considera-se **água apropriada** para beber a água proveniente de fontes tais como: torneira ligada a rede pública, chafariz público, furo com bomba, cacimba ou nascentes protegidas. Para além disso, foi incluído neste indicador o tratamento da água para beber, ou seja, se o agregado utiliza métodos apropriados para tratar a água para beber (ferve, desinfecta com lixívia, filtra com filtro de água ou filtra e ferve) é considerada água apropriada.

Este indicador toma em conta dois aspectos sobre o carácter apropriado da água. Por um lado, se toma em conta o acesso a uma fonte de água apropriada para beber. Por outro lado, incluiu-se o tratamento dado à água para beber, capturando assim um factor que reduz em grande medida a contaminação dos alimentos e contribui para a saúde de todos os seus respectivos membros. Em suma, um agregado familiar é privado em água apropriada se não tem uma fonte adequada de água para beber ou não realiza um tratamento adequado a fonte que utiliza.

Considera-se **saneamento apropriado** o uso de sanita, retrete ou latrina ligada à rede pública de esgotos ou à fossa séptica, dentro ou fora de casa.

## 6.2 DIMENSÃO EDUCAÇÃO

A dimensão educação tem peso de 1/4 na contagem total de privações de um agregado familiar, e possui 3 indicadores: i) registo civil, ii) anos de escolaridade e iii) frequência escolar.

Segundo os dados do Censo 2014, 75% de crianças menores de 5 anos não possui **registo de nascimento**, condição necessária para efectuar a matrícula escolar, isto é, ter acesso ao sistema de ensino.

Em Angola, o ensino primário é obrigatório e gratuito, o qual compreende 6 anos de escolaridade (1ª classe até a 6ª classe). Assim, todas as crianças com 6-14 anos de idade, deveriam frequentar o ensino primário e tê-lo concluído. Um agregado familiar é considerado

privado em **anos de escolaridade**, se não houver pelo menos um indivíduo com mais de 12 anos de idade que tenha completado pelo menos 6 anos de escolaridade.

Um agregado familiar é considerado privado em **frequência escolar** se tiver alguma criança em idade escolar (5-14 anos de idade) que não frequenta a escola. Os agregados familiares sem crianças em idade escolar desta faixa etária não são considerados privados neste indicador.

### 6.3 DIMENSÃO QUALIDADE DA HABITAÇÃO

Esta dimensão aborda as condições da habitação. Tal como as dimensões anteriores, tem um peso de 1/4 e possui três indicadores: i) combustível sólido para cozinhar, ii) acesso a electricidade e iii) tipo de material das paredes, chão e tecto da habitação.

O primeiro indicador é o uso de **combustível sólido para cozinhar**. O fumo liberado durante esse processo está intimamente relacionado com o desenvolvimento de doenças respiratórias, tais como a bronquite crónica, tuberculose, doença isquémica do coração, câncer de laringe, doença pulmonar obstrutiva crónica, etc. Por este motivo foi aventada a possibilidade de incluí-lo não nesta dimensão, mas na dimensão saúde. Segundo os resultados do Censo 2014, 94% dos agregados familiares residentes na área rural, utilizam combustível sólido para cozinhar.

Por outro lado, os dados do Censo 2014 não permitem saber se os agregados usam combustível sólido para cozinhar dentro de casa, factor agravante para os problemas de saúde já citados. A utilização de combustíveis sólidos para cozinhar é uma causa directa de poluição do ar e está directamente associada à problemas respiratórios, doenças, deficiências e morte. Portanto um agregado familiar é considerado privado se o principal combustível utilizado para cozinhar é carvão, lenha/arbustos, palha/capim, cartão/papelão ou produtos agrícolas.

Quanto ao segundo indicador **acesso a electricidade**, um agregado familiar é privado se a principal fonte de iluminação não for a electricidade da rede pública.

A adequação da **habitação** está relacionada com a qualidade e durabilidade dos materiais utilizados na construção. Paredes externas de pedra, cimento/bloco, tijolo e madeira; tecto de placa de betão, telha, lousalite/fibrocimento e zinco; chão de cimento, mosaicos de cerâmica, mármore e tacos de madeira são considerados adequados. Um agregado familiar é privado neste indicador se tem mau material em algum dos três componentes da habitação (teto, chão e parede).

### 6.4 DIMENSÃO EMPREGO

Esta dimensão aborda o desemprego, o qual afecta em grande escala as condições de subsistência dos agregados e por outro lado o futuro dos jovens que no futuro irão constituir novas famílias. Tal como as duas dimensões anteriores, tem um peso de 1/4 e possui três indicadores: i) desemprego juvenil, ii) desemprego entre adultos e iii) dependência. Para capturar da melhor maneira as diferenças demográficas destas privações, se calculam os indicadores vinculados ao desemprego.

Para o Censo 2014 são considerados desempregados todas as pessoas com 15 ou mais anos de idade que no período de referência se encontravam simultaneamente nas situações seguintes: i) não trabalhou ou não tinha trabalho e ii) estava disponível para trabalhar.

O primeiro indicador calculado para essa dimensão é o **desemprego juvenil**. Um agregado familiar é considerado privado se pelo menos um membro com a idade compreendida entre os 15-24 anos de idade não trabalha e não estuda.

Um agregado familiar é considerado privado em **desemprego entre adultos** se tiver pelo menos um membro com a idade compreendida entre os 25-64 anos que não trabalha, mas está disponível para trabalhar.

O número médio de pessoas por agregado familiar é de 4,6. Portanto, quanto ao indicador **dependência** um agregado familiar é considerado privado se para cada 5 membros, não existe pelo menos um membro com 15-64 anos (idade activa) que trabalha. Este indicador é importante porque permite compreender a vulnerabilidade de todo o agregado familiar às mudanças negativas conjunturais que podem afectar a perda do emprego por parte dos membros que sustentam financeiramente o agregado familiar.

## 7. RESULTADOS

Nesta parte do relatório apresentamos os resultados do cálculo do IPM-M, a Incidência **H** (proporção da população multidimensionalmente pobre) e a Intensidade **A** (proporção média de privações sofridas pelos pobres) para cada um dos 164 municípios de Angola, com base nos dados do Censo 2014.

Por outro lado, é aqui apresentado os testes de robustez em relação a escolha dos pesos e da linha da linha de pobreza, denominada por  $k$ , que representa o número mínimo de privações simultâneas que sofre uma pessoa para ser identificada como pobre.

### 7.1 ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL POR MUNICÍPIO

O principal objectivo do IPM-M é estabelecer uma classificação para cada um. Para se ter uma ideia dos dados subjacentes a essa classificação, a seguir, são descritos os principais padrões de pobreza obtidos com essa medida de pobreza. É importante notar que estes resultados são descritos com o único objectivo de fornecer apoio empírico às propostas de classificação dos municípios.

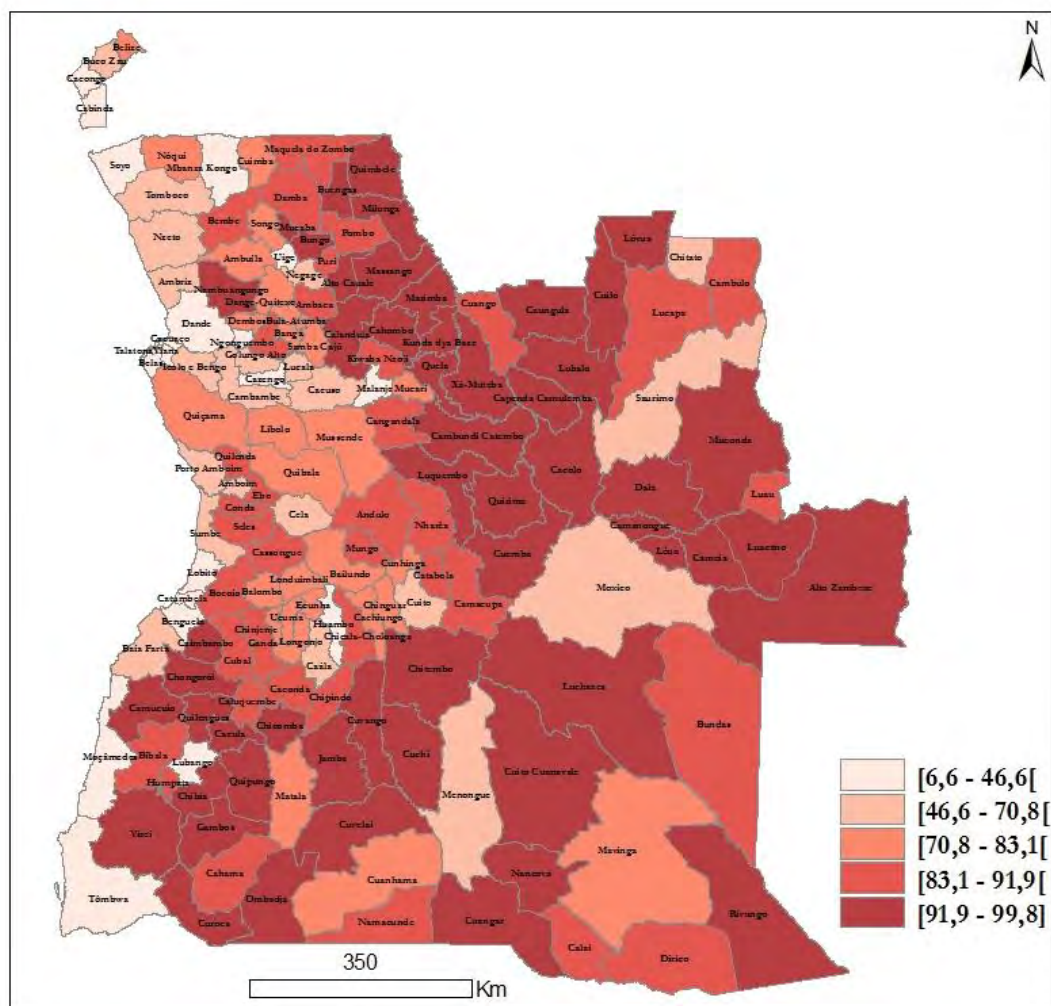
Os resultados das estimativas municipais para o IPM-M, bem como da incidência da pobreza e intensidade da pobreza, mostram que 65 dos 164 municípios apresentam uma incidência de pobreza acima de 90%, ou seja, pelo menos 9 em cada 10 pessoas nestes municípios são multidimensionalmente pobres. Estes municípios com elevados níveis de pobreza multidimensional estão distribuídos da seguinte forma:

1. **Malanje** - 10 municípios dos 14: Calandula (93%), Cambundi Catembo (98%), Quela (93%), Cahombo (97%), Massango (97%), Luquembo (98%), Marimba (100%), Cunda-dia-Base (96%), Quirima (99%) e Quiwaba-Nzogi (91%).
2. **Huíla** - 10 municípios dos 14: Cacula (97%), Chibia (94%), Caconda (90%), Caluquembe (91%), Quilengues (94%), Cuvango (94%), Quipungo (93%), Chicomba (97%), Jamba (94%) e Gambos (96%).
3. **Uíge** - 8 municípios dos 16: Bungo (92%), Damba (91%), Cangola (98%), Quimbele (98%), Milunga (98%), Puri (91%), Mucaba (93%) e Buengas (98%).
4. **Lunda Norte** - 8 municípios dos 9: Cambulo (90%), Cuilo (96%), Caungula (98%), Cuango (91%), Lubalo (95%), Capenda Camulemba (95%), Xá-Muteba (95%) e Lóvuia (98%).
5. **Moxico** - 7 municípios dos 9: Camanongue (92%), Léua (96%), Luacano (98%), Cameias (96%), Bundas (92%), Luchazes (98%) e Alto Zambeze (92%).
6. **Quando Cubango** - 5 municípios dos 9: Cuito Cuanavale (97%), Cuangar (92%), Rivungo (94%), Cuchi (97%) e Nancova (97%).

7. **Cunene** - 4 municípios dos 6: Ombadja (94%), Cuvelai (96%), Curoca (98%) e Cahama (91%).
8. **Lunda Sul** - 3 municípios dos 4: Muconda (97%), Dala (95%) e Cacolo (94%).
9. **Namibe** - 3 municípios dos 5: Virei (94%), Bibala (91%) e Camuciuo (96%).
10. **Cuanza Sul** - 2 municípios dos 12: Quilenda (92%) e Seles (91%).
11. **Benguela** - 2 municípios dos 10: Caimbambo (93%) e Chongorói (91%).
12. **Bié** - 2 municípios dos 9: Cuemba (92%) e Chitembo (92%).
13. **Bengo** - somente o município de Nambuanguo com 93%.

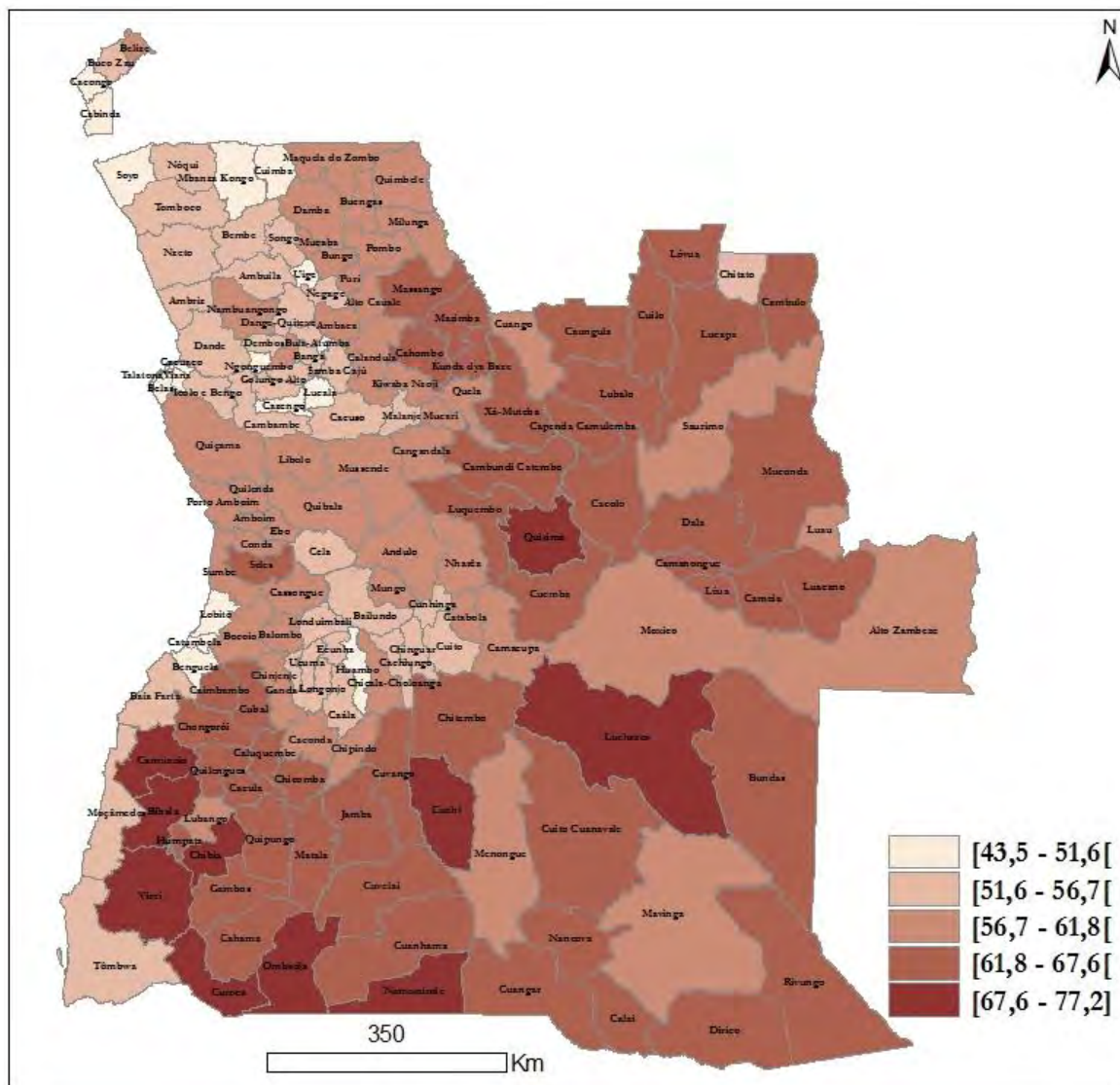
Os Cartogramas 1, 2 e 3 mostram-nos a distribuição da incidência de pobreza multidimensional (H), sua intensidade (A) e o valor do IPM-M para cada município. Tomando em conta o valor do IPM-M, entre os municípios com os maiores níveis de pobreza multidimensional estão o Curoca na província do Cunene com 0,753, Chicomba na província da Huíla (0,639) e Capenda-Camulemba na província da Lunda Norte (0,608). No extremo oposto está o município de Luanda da província de Luanda, com um IPM-M de 0,029 e Lobito na província de Benguela (0,110), entre outros.

**Cartograma 1 - Incidência de pobreza multidimensional por município (H,%)**

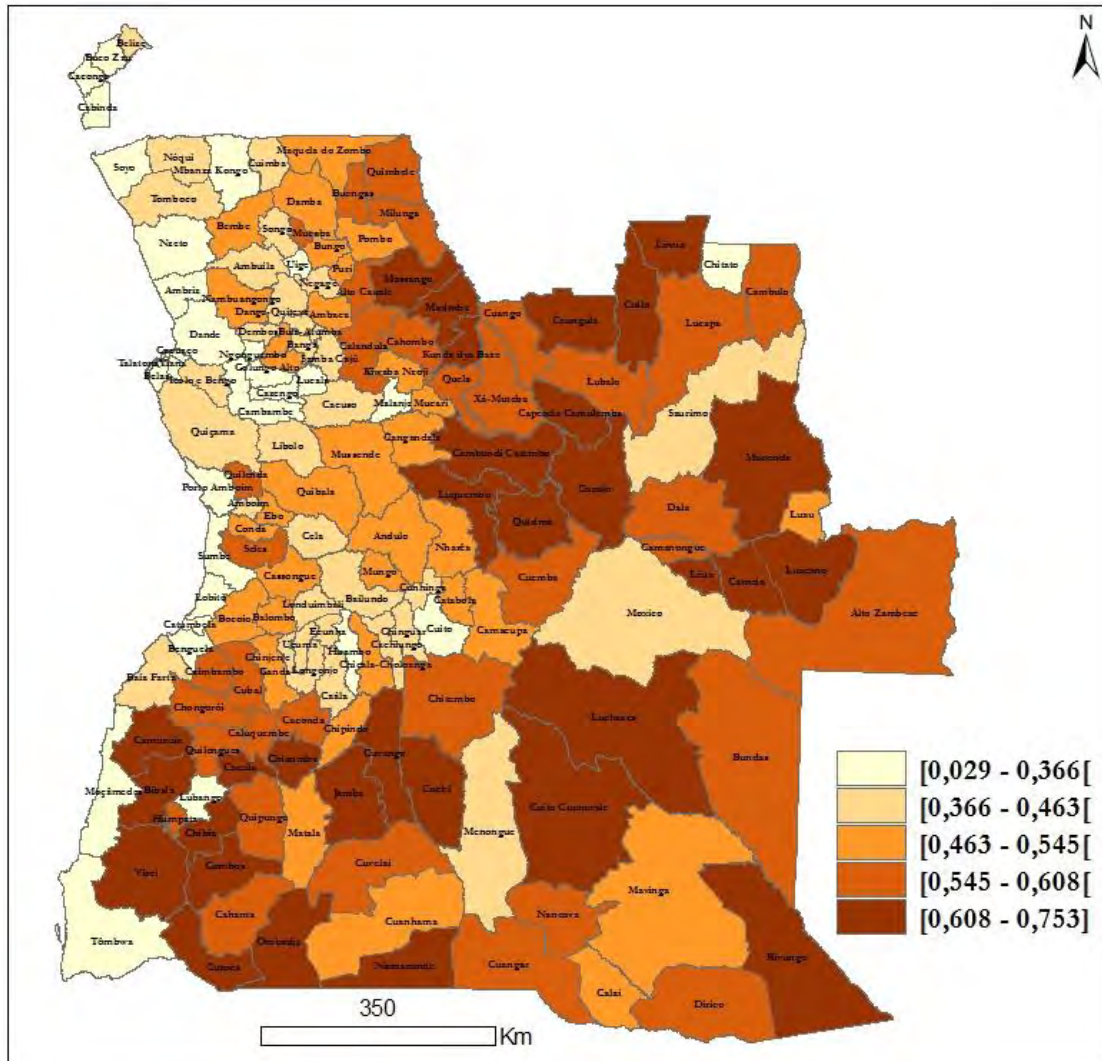




Cartograma 2- Intensidade da pobreza multidimensional por município (A,%)



Cartograma 3- Pobreza multidimensional por município



O valor do IPM-M para cada município é resultado da proporção da população que vive em pobreza multidimensional (H) e da Intensidade média que sofrem esta condição (A). Os dados mostram também que o município do Curoca na província do Cunene apresenta uma incidência de pobreza multidimensional (H) de cerca de 98%, ou seja, 98 em cada 100 pessoas neste município é multidimensionalmente pobre.

No município de Marimba da província de Malanje, quase a totalidade da população (99,7%) é multidimensionalmente pobre. Estes municípios têm uma Intensidade de pobreza multidimensional elevada (A). Por exemplo, no município de Marimba, a população pobre sofre, em média, 67,46% das privações possíveis. Porém, não existe necessariamente uma correspondência exacta entre a Incidência e a Intensidade da pobreza multidimensional.

Por exemplo, no município do Curoca na província do Cunene, quase a totalidade da população vive em pobreza multidimensional (98%), mas com uma Intensidade significativamente maior (77,20%).

Destaca-se também o município do Cazenga em Luanda, que possui o segundo valor mais baixo do IPM-M do país (0,030), uma incidência de cerca de 7% e uma Intensidade de cerca de 44% o que significa que os pobres sofrem em média 44% de privações dos indicadores seleccionados.

Realça-se ainda o facto de que apenas nas províncias de Benguela e Bengo, a sede municipal da capital da província, neste caso os municípios de Benguela e Dande, não apresentarem o IPM-M mais baixo da província. Na província de Benguela o IPM-M mais baixo é o do município do Lobito (0,110), seguido do município de Benguela (0,141); e na província do Bengo o IPM-M mais baixo é o de Pango-Aluquém (0,223), seguido do município do Dande (0,243). A lista completa dos níveis de Incidência (H), Intensidade (A) e o valor do IPM-M para cada município estão detalhados no anexo (Quadro A).

## 7.2 ROBUSTEZ

Os resultados do IPM-M apresentados até agora foram encontrados com uma estrutura precisa e coerente: cada dimensão tem pesos iguais (25% cada) e o limiar de pobreza é de 35%. Nesta secção, são apresentados os resultados que alteram essa estrutura, no entanto apesar dessas alterações a maioria dos municípios mantém a sua ordem. Este facto reforça e demonstra que a estrutura do IPM-M é bem robusta. É importante recordar que, como o IPM-M é construído com base nos dados do Censo de 2014, não há erro de amostragem, pois se baseia nos dados de toda a população.

Três testes de robustez são realizados. Todos eles consistem em analisar as mudanças na ordem dos municípios entre as diferentes estruturas alternativas para o IPM-M.

O **primeiro teste** consiste em calcular o **coeficiente de correlação de Spearman**. Considerando duas estruturas alternativas 1 e 2 (por diferentes limiares de pobreza ou por pesos de diferentes indicadores), a posição ocupada por cada município  $m$  na classificação do IPM-M é calculada e simbolizada como  $R_1(m)$  y  $R_2(m)$ , respectivamente. A diferença entre a classificação do município  $m$  é simbolizada por  $d(m)$  e calculada como:

$$d(m) = R_1(m) - R_2(m)$$

Se  $d(m) = 0$ , o município  $m$  tem a mesma classificação nas duas estruturas do IPM-M. O coeficiente de correlação de Spearman, simbolizado como  $\rho$ , é calculado da seguinte forma:

$$\rho = 1 - \frac{6 \sum_{m=1}^n d(m)^2}{n^2(n-1)}$$

Onde  $n = 164$  representa o número de municípios em Angola. O coeficiente  $\rho$  se encontra entre -1 e 1; quanto mais próximo estiver de 1, maior o acordo entre a ordem dos municípios entre as duas alternativas.

O **segundo teste** consiste em calcular o coeficiente de **correlação de Kendal**. Tendo em conta dois municípios  $m$  e  $p$ , o IPM-M permite determinar qual dos dois é o mais pobre. Se esse sistema for mantido em uma estrutura alternativa (por diferentes limiares de pobreza ou por pesos de diferentes indicadores), o sistema é considerado consistente entre as duas estruturas analisadas. No caso oposto, o par é considerado discordante. O coeficiente de Kendall, simbolizado como  $\tau$ , relaciona o número de pares discordantes,  $n_D$ , o número de pares concordantes  $n_C$  e o número total de possíveis comparações:

$$\tau = \frac{n_C - n_D}{n(n - 1)/2}$$

Esse coeficiente também está entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a concordância entre a classificação dos municípios entre as estruturas comparadas.

Os coeficientes foram calculados e para comparar a ordem da estrutura do IPM-M e outras estruturas alternativas, uma de cada vez. O Quadro 4, apresenta os resultados que comparam a estrutura escolhida (limiar de pobreza de 35% e pesos iguais para cada dimensão) com um conjunto de estruturas alternativas definidas por limiares de pobreza alternativos (os pesos permanecem os mesmos para cada dimensão):

**Quadro 4 - Robustez a mudanças na linha de pobreza (k)**

Limiar alternativo da pobreza	Coeficiente. $\rho$ de Spearman	Coeficiente $\tau$ de Kendall
k = 25%	0,9986	0,9725
k = 26%	0,9994	0,9824
k = 30%	0,9989	0,9776
k = 33%	0,9989	0,9776
k = 40%	0,9990	0,9781
k = 45%	0,9991	0,9795
k = 50%	0,9944	0,9448

Pode-se verificar que a escolha de um limiar de pobreza diferente não altera muito a ordem dos municípios. Nesse sentido, a estrutura do IPM-M é robusta às mudanças na linha da pobreza.

O Quadro 5 apresenta os resultados que comparam a estrutura escolhida para o IPM-M com outro conjunto de estruturas alternativas, desta vez definidas por pesos alternativos para cada dimensão (o limiar de pobreza é mantido em 35%). Considerou-se a possibilidade de conceder uma dimensão por vez igual ao dobro de todas as anteriores. Por exemplo, se a dimensão Educação fosse considerada duas vezes mais importante que as outras três dimensões do IPM-M (Qualidade da Habitação, Saúde e Emprego), a Educação receberia uma ponderação de 40% e as outras três dimensões 20% cada uma.

**Quadro 5 - Robustez a alterações na estrutura de ponderação das dimensões**

Ponderação alternativa	Coef $\rho$ de Spearman	Coef $\tau$ de Kendall
40% para Educação	0,9969	0,9269
40% para a Saúde	0,9964	0,9282

40% para Condições de Vida	0,9972	0,9071
40% para o Emprego	0,9933	0,9601

Os resultados mostram que todos os coeficientes de correlação entre a estrutura original e todos os pesos alternativos considerados são maiores que 90%. Isso indica que **a estrutura do IPM-M é robusta às mudanças na estrutura de pesos para cada dimensão.**

O **terceiro teste** consiste em analisar **comparações aos pares**. Tendo em conta dois municípios  $m$  e  $p$ , a estrutura do IPM-M de Angola permite identificar qual dos dois é o município mais pobre. Se a ordem encontrada para este par de municípios é preservada em **todas** as estruturas alternativas do IPM-M, diz-se que a ordem dos municípios  $m$  e  $p$  é uma comparação de **pares de municípios robustos**.

O número de possíveis comparações entre pares com os 164 municípios de Angola é  $0.5 n(n - 1) = 13\ 366$ . Verificou-se que, de todas essas possíveis comparações, 12 813 (96%) são robustas às mudanças no limiar de pobreza do original (35%) em relação a qualquer uma das apresentadas no Quadro 3, que variam de 25% a 50%. Verificou-se também que 12 405 (93%) das possíveis comparações são robustas a alterações na estrutura de ponderação do original em relação àquelas definidas no Quadro 3.

Em síntese, todas as análises de robustez realizadas indicam que a ordem dos municípios baseados no IPM-M são robustos a mudanças em sua estrutura.

### 7.3 CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR IPM-M

Como já citado acima, o objectivo principal deste estudo é ordenar os municípios por pobreza e priorizar os municípios com o índice de pobreza mais elevado, em relação aos demais. Este estudo permite classificar cada um dos 164 municípios do país.

Contudo, há determinados aspectos que devem ser levados em conta neste processo de classificação. Por este motivo são apresentadas três propostas de classificação/categorização dos municípios.

- 1) Proposta 1: Distribuição dos municípios por quintis
- 2) Proposta 2: Distribuição dos municípios segundo IPM e proporção de pobres
- 3) Proposta 3: Pré classificação do município segundo o tamanho da população

Cada uma das propostas têm claras vantagens, mas também algumas limitações. Este documento detalha ambas, a tempo de apresentar a classificação resultante em cada um dos casos.

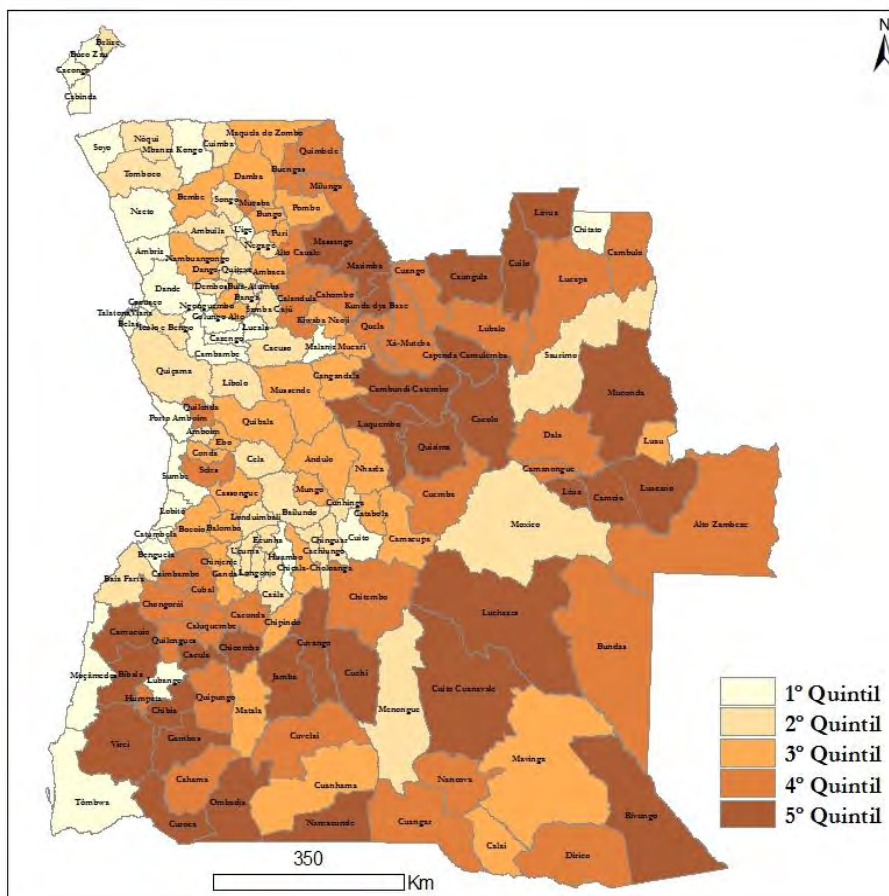
#### 7.3.1 Proposta 1: Distribuição dos Municípios por Quintis do IPM-M

Esta proposta consiste em repartir os municípios em cinco grupos de igual tamanho, correspondendo a cada grupo 20% do total de municípios, designada cada parte por quintil.



Neste estudo o **1º quintil**, corresponde aos 20% dos municípios com melhores condições de vida para sua população em média, isto é, **agregados menos pobres**, e o **quinto quintil** representa os 20% dos agregados familiares **mais pobres**. Assim, os municípios são classificados em uma escala de cinco níveis de pobreza multidimensional, respondendo a necessidade de hierarquização dos mesmos para a distribuição de recursos públicos.

**Cartograma 4 - Classificação dos municípios por quintis**



## Resultados

O Quadro 6 apresenta a distribuição dos municípios por quintil, ordenados do menos pobre ao mais pobre.

**Quadro 6 - Índice de Pobreza Multidimensional por município, segundo o quintil**

Nº Ordem	Província	Município	IPM-M	Quartil
1	Luanda	Luanda	0,029	1
2	Luanda	Cazenga	0,030	1
3	Luanda	Kilamba	0,058	1
4	Luanda	Talatona	0,073	1
5	Luanda	Viana	0,091	1
6	Benguela	Lobito	0,110	1
7	Cabinda	Cabinda	0,127	1
8	Benguela	Benguela	0,141	1
9	Benguela	Catumbela	0,147	1
10	Cuanza Norte	Cazengo	0,148	1

**Quadro 6 - Índice de Pobreza Multidimensional por município, segundo o quintil**

Nº Ordem	Província	Município	IPM-M	Quartil
11	Luanda	Cacuaco	0,150	1
12	Luanda	Belas	0,160	1
13	Huambo	Huambo	0,160	1
14	Namibe	Namibe	0,169	1
15	Namibe	Tômbwa	0,191	1
16	Uíge	Uíge	0,206	1
17	Cabinda	Cacongo	0,210	1
18	Malanje	Malanje	0,212	1
19	Zaire	Mbanza Congo	0,223	1
20	Bengo	Pango-Aluquém	0,223	1
21	Zaire	Soyo	0,229	1
22	Bengo	Dande	0,243	1
23	Huíla	Lubango	0,272	1
24	Cuanza Norte	Cambambe	0,283	1
25	Cuanza Sul	Sumbe	0,294	1
26	Lunda Norte	Chitato	0,307	1
27	Cuanza Norte	Lucala	0,319	1
28	Bié	Cuito	0,322	1
29	Cuanza Norte	Golungo	0,337	1
30	Bengo	Ambriz	0,339	1
31	Cuanza Sul	Porto Amboim	0,340	1
32	Zaire	Nzetu	0,345	1
33	Cabinda	Buco Zau	0,365	1
34	Benguela	Baía Farta	0,370	2
35	Moxico	Luena	0,374	2
36	Cuando Cubango	Menongue	0,374	2
37	Zaire	Tomboco	0,377	2
38	Malanje	Cacuso	0,379	2
39	Huambo	Caála	0,380	2
40	Cuanza Norte	Quiculungo	0,381	2
41	Luanda	Icolo e Bengo	0,383	2
42	Zaire	Cuimba	0,384	2
43	Lunda Sul	Saurimo	0,387	2
44	Cuanza Sul	Cela	0,395	2
45	Uíge	Negage	0,396	2
46	Cuanza Sul	Amboim	0,396	2
47	Huambo	Longonjo	0,402	2
48	Bengo	Dembos-Quibaxe	0,404	2
49	Huambo	Ecunha	0,407	2
50	Huambo	Ukuma	0,414	2
51	Uíge	Ambuíla	0,417	2
52	Uíge	Quitexe	0,418	2
53	Cuanza Norte	Samba Cajú	0,420	2
54	Cuanza Norte	Bolongon	0,420	2
55	Huambo	Bailundo	0,425	2
56	Uíge	Songo	0,426	2
57	Luanda	Quissama	0,435	2
58	Bié	Cunhinga	0,438	2
59	Cuanza Sul	Libolo	0,440	2
60	Cuanza Norte	Banga	0,451	2
61	Huambo	Catchiungo	0,451	2
62	Bié	Chinguar	0,452	2
63	Huambo	Londuimbale	0,453	2
64	Zaire	Nóqui	0,455	2
65	Huambo	Tchinjenje	0,458	2
66	Cabinda	Belize	0,462	2

**Quadro 6 - Índice de Pobreza Multidimensional por município, segundo o quintil**

Nº Ordem	Província	Município	IPM-M	Quartil
67	Cuanza Sul	Quibala	0,464	3
68	Cuanza Sul	Mussende	0,465	3
69	Benguela	Balombo	0,470	3
70	Malanje	Mucari	0,473	3
71	Cuando Cubango	Mavinga	0,476	3
72	Uíge	Bembe	0,478	3
73	Bié	Andulo	0,483	3
74	Cuanza Norte	Ngonguembo	0,484	3
75	Huambo	Chikala Choloanga	0,487	3
76	Moxico	Luau	0,493	3
77	Bié	Catabola	0,496	3
78	Huambo	Mungo	0,496	3
79	Benguela	Ganda	0,497	3
80	Uíge	Sanza Pombo	0,500	3
81	Cunene	Cuanhama	0,504	3
82	Bié	N'harea	0,506	3
83	Huíla	Matala	0,506	3
84	Malanje	Canganda	0,507	3
85	Bié	Camacupa	0,511	3
86	Cuanza Sul	Cassongue	0,511	3
87	Bengo	Bula-Atumba	0,514	3
88	Huíla	Chipindo	0,517	3
89	Cuanza Norte	Ambaca	0,523	3
90	Uíge	Puri	0,525	3
91	Uíge	Maquela do Zombo	0,526	3
92	Cuanza Sul	Conda	0,529	3
93	Uíge	Damba	0,529	3
94	Cuanza Sul	Ebo	0,530	3
95	Uíge	Bungo	0,536	3
96	Malanje	Quiwaba-Nzaji	0,537	3
97	Benguela	Bocoio	0,541	3
98	Cuando Cubango	Calai	0,544	3
99	Bengo	Nambuanguongo	0,544	3
100	Uíge	Mucaba	0,548	4
101	Benguela	Cubal	0,553	4
102	Huíla	Caconda	0,553	4
103	Lunda Norte	Cuango	0,554	4
104	Lunda Norte	Lucapa	0,556	4
105	Cuanza Sul	Quilenda	0,556	4
106	Malanje	Calandula	0,557	4
107	Moxico	Alto Zambeze	0,561	4
108	Malanje	Quela	0,562	4
109	Huíla	Caluquembe	0,563	4
110	Moxico	Camanongue	0,572	4
111	Huíla	Humpata	0,572	4
112	Cuanza Sul	Seles	0,575	4
113	Bié	Chitembo	0,575	4
114	Lunda Norte	Cambulo	0,575	4
115	Benguela	Caimbambo	0,575	4
116	Uíge	Buengas	0,583	4
117	Cunene	Cahama	0,585	4
118	Lunda Norte	Xá-Muteba	0,587	4
119	Moxico	Bundas	0,589	4
120	Benguela	Chongoroi	0,590	4
121	Cuando Cubango	Dirico	0,591	4
122	Uíge	Quimbele	0,593	4



**Quadro 6 - Índice de Pobreza Multidimensional por município, segundo o quintil**

Nº Ordem	Província	Município	IPM-M	Quartil
123	Bié	Cuamba	0,595	4
124	Cuando Cubango	Nancova	0,603	4
125	Huíla	Quipungo	0,603	4
126	Cunene	Cuvelai	0,603	4
127	Uíge	Cangola	0,603	4
128	Uíge	Milunga	0,603	4
129	Lunda Sul	Dala	0,604	4
130	Malanje	Cahombo	0,605	4
131	Lunda Norte	Lubalo	0,607	4
132	Huíla	Quilengues	0,607	4
133	Cuando Cubango	Cuanger	0,607	5
134	Lunda Norte	Capenda-Camulemba	0,608	5
135	Cunene	Namacunde	0,612	5
136	Huíla	Jamba	0,615	5
137	Huíla	Gambos	0,618	5
138	Malanje	Cunda-Dia-Base	0,618	5
139	Huíla	Cuvango	0,620	5
140	Moxico	Léua	0,622	5
141	Moxico	Cameias	0,622	5
142	Lunda Sul	Muconda	0,624	5
143	Lunda Sul	Cacolo	0,625	5
144	Namibe	Bibala	0,627	5
145	Huíla	Cacula	0,630	5
146	Cuando Cubango	Rivungo	0,633	5
147	Lunda Norte	Caungula	0,636	5
148	Lunda Norte	Cuilo	0,636	5
149	Huíla	Chicomba	0,639	5
150	Cuando Cubango	Cuito Cuanavale	0,642	5
151	Huíla	Chibia	0,643	5
152	Moxico	Luacano	0,644	5
153	Malanje	Luquembo	0,646	5
154	Malanje	Massango	0,650	5
155	Lunda Norte	Lóvua	0,656	5
156	Cuando Cubango	Cuchi	0,661	5
157	Malanje	Cambundi Catembo	0,661	5
158	Cunene	Ombadja	0,663	5
159	Malanje	Marimba	0,673	5
160	Moxico	Luchazes	0,683	5
161	Malanje	Quirima	0,684	5
162	Namibe	Virei	0,702	5
163	Namibe	Camucuio	0,712	5
164	Cunene	Curoca	0,753	5

**Vantagens**

Esta é uma classificação intuitiva, consistente e equilibrada, visto que cada grupo tem aproximadamente a mesma quantidade de unidades, ou seja, engloba em média 33 municípios. Esta classificação é transparente e acessível para uma grande quantidade de actores envolvidos na distribuição de recursos públicos do País. Entre eles se deve tomar em conta os decisores públicos a nível nacional e municipal, mas também aos meios de comunicação, ONGs, sociedade civil e população em geral.

**Desvantagens**

Entretanto esta classificação apresenta também algumas desvantagens. É uma classificação intuitiva e consistente, graças à robustez da medida, no entanto, é realizada levando somente em consideração um único critério para formar as categorias: o nível de pobreza multidimensional.

Os resultados revelam que os municípios incluídos no grupo com os níveis mais baixos de pobreza multidimensional (quartil 1) é muito heterogêneo, porque tem níveis variados de pobreza. O valor do IPM-M neste grupo vai de 0,365 Buco Zau (Cabinda) a 0,029 em Luanda (Luanda). Pelo contrário, os municípios com os mais altos níveis de pobreza multidimensional (quintis 4 e 5) apresentam níveis superiores a 0,6. Por isso, essa classificação não permite priorizar os municípios deste último grupo, uma vez que todos os municípios apresentam níveis muito altos de pobreza multidimensional. Assim, tendo em conta esse único critério, todos os municípios dos quintis 4 e 5 deveriam ser considerados como prioritários. Isto é um reflexo da realidade, porém, é pouco prático para a política pública em geral e a distribuição do orçamento em particular.

Segundo esta classificação, a separação de municípios entre os grupos 4 e 5 não é tão clara. Por exemplo, os municípios de Cangola (0,6) e Milunga (0,6) do Uíge e Cuvelai (0,6) do Cunene que têm os níveis mais altos de pobreza no quartil 4, mas na realidade, são muito semelhantes a muitos municípios que têm o mesmo nível de pobreza, mas são classificados no quartil 5: Capenda Camulemba (0,6) na Lunda-Norte, Cuangar (0,6) no Cuando Cubango e Quilengues (0,6) na Huíla, dentre outros.

Outra desvantagem é que esta classificação não discrimina os municípios por tamanho da população. Mencionando alguns exemplos: no quartil 1 o município de Viana tem uma população de 1 590 721, enquanto que o município de Pango-Aluquém possui uma população de 7 006. No quartil 2 o município do Saurimo tem uma população de 442 437, enquanto que o município do Quiculungo possui uma população de 9 732, e assim por diante. Isto é importante porque a quantidade de recursos necessários para combater a pobreza em municípios com um elevado ou reduzido número de população não é a mesma. Porém, esta classificação os agrupa sem levar este aspecto em conta.

Para além disso, esta classificação também não tem em conta o número total de pobres dentro de cada município. Por exemplo, no quartil 3, o número total de pobres do município do Ngonguembo representa uma proporção de 0,05 para o total de pobres do país. Por outro lado o número total de pobres do município do Cuanhama representa uma proporção de 2,1.

### **7.3.2. Proposta 2: Distribuição dos municípios por IPM e proporção de pobres**

Esta proposta não difere muito da proposta 1 em suas bases mais fundamentais, visto que mantém a distribuição dos municípios por quintis. Esta classificação consiste em manter a ordem por quintis e priorizar, dentro de cada quartil, os municípios com maior proporção de pessoas multidimensionais pobres de acordo com a população total de pobres em todo o país. Isto representa a contribuição de cada município na quantidade de população pobre em Angola.

A categorização dentro de cada quintil é idêntica, mas se sugere realizar uma segunda hierarquização no interior de cada quintil em função da contribuição de cada município na quantidade da população pobre do País. Em termos simples, esta proposta permite combinar o tamanho relativo do município em termos de população multidimensionalmente pobre com o valor do IPM-M (quer dizer, a Incidência de pobreza específica em cada município, ajustada pela Intensidade)

## Resultados

O quadro 7 apresenta a distribuição dos municípios por quintil, mas reordenados segundo a proporção de pessoas pobres em relação ao total do país.

**Quadro 7 - Distribuição dos municípios segundo o IPM-M e contribuição do número de pobres**

Nº Ordem	Província	Município	IPM-M	Contribuição do número de pobres (%)	Quintil
1	Bengo	Pango-Aluquém	0,223	0,023	1
2	Bengo	Ambriz	0,339	0,100	1
3	Cuanza Norte	Lucala	0,319	0,101	1
4	Cabinda	Cacongo	0,210	0,118	1
5	Namibe	Tómbwa	0,191	0,139	1
6	Cabinda	Buco Zau	0,365	0,156	1
7	Cuanza Norte	Golungo Alto	0,337	0,157	1
8	Zaire	Nzetu	0,345	0,208	1
9	Cuanza Norte	Cambambe	0,283	0,334	1
10	Cuanza Norte	Cazengo	0,148	0,367	1
11	Benguela	Catumbela	0,147	0,367	1
12	Cuanza Sul	Porto Amboim	0,340	0,515	1
13	Luanda	Cazenga	0,030	0,555	1
14	Zaire	Mbanza Congo	0,223	0,574	1
15	Benguela	Lobito	0,110	0,608	1
16	Luanda	Luanda	0,029	0,646	1
17	Luanda	Belas	0,160	0,667	1
18	Namibe	Namibe	0,169	0,681	1
19	Bengo	Dande	0,243	0,710	1
20	Zaire	Soyo	0,229	0,741	1
21	Lunda Norte	Chitato	0,307	0,779	1
22	Luanda	Talatona	0,073	0,799	1
23	Luanda	Kilamba Kiaxi	0,058	0,821	1
24	Cuanza Sul	Sumbe	0,294	1,009	1
25	Benguela	Benguela	0,141	1,146	1
26	Cabinda	Cabinda	0,127	1,177	1
27	Malanje	Malanje	0,212	1,473	1
28	Uíge	Uíge	0,206	1,534	1
29	Huambo	Huambo	0,160	1,628	1
30	Bié	Cuito	0,322	1,913	1
31	Luanda	Cacuaco	0,150	1,967	1
32	Luanda	Viana	0,091	2,194	1
33	Huíla	Lubango	0,272	2,545	1
34	Cuanza Norte	Quiculungo	0,381	0,053	2
35	Cuanza Norte	Banga	0,451	0,061	2
36	Cuanza Norte	Bolongongo	0,420	0,075	2
37	Uíge	Ambuíla	0,417	0,103	2
38	Cabinda	Belize	0,462	0,113	2

**Quadro 7 - Distribuição dos municípios segundo o IPM-M e contribuição do número de pobres**

Nº Ordem	Província	Município	IPM-M	Contribuição do número de pobres (%)	Quartil
39	Cuanza Norte	Samba Cajú	0,420	0,119	2
40	Luanda	Quissama	0,435	0,138	2
41	Zaire	Nóqui	0,455	0,138	2
42	Bengo	Dembos-Quibaxi	0,404	0,160	2
43	Huambo	Tchinjenje	0,458	0,177	2
44	Uíge	Quitexe	0,418	0,185	2
45	Zaire	Tomboco	0,377	0,230	2
46	Huambo	Ukuma	0,414	0,294	2
47	Uíge	Songo	0,426	0,349	2
48	Malanje	Cacuso	0,379	0,353	2
49	Zaire	Cuimba	0,384	0,374	2
50	Bié	Cunhinga	0,438	0,426	2
51	Huambo	Ecunha	0,407	0,452	2
52	Luanda	Icolo e Bengo	0,383	0,458	2
53	Huambo	Longonjo	0,402	0,488	2
54	Cuanza Sul	Libolo	0,440	0,494	2
55	Benguela	Baía Farta	0,370	0,532	2
56	Huambo	Catchiungo	0,451	0,696	2
57	Uíge	Negage	0,396	0,696	2
58	Bié	Chinguar	0,452	0,754	2
59	Huambo	Londuimbale	0,453	0,777	2
60	Cuanza Sul	Cela	0,395	1,126	2
61	Cuanza Sul	Amboim	0,396	1,194	2
62	Huambo	Caála	0,380	1,352	2
63	Cuando Cubango	Menongue	0,374	1,470	2
64	Huambo	Bailundo	0,425	1,620	2
65	Moxico	Luena	0,374	1,678	2
66	Lunda Sul	Saurimo	0,387	2,112	2
67	Cuanza Norte	Ngonguembo	0,484	0,047	3
68	Bengo	Bula-Atumba	0,514	0,086	3
69	Malanje	Quiwaba-Nzaji	0,537	0,104	3
70	Cuando Cubango	Calai	0,544	0,142	3
71	Cuando Cubango	Mavinga	0,476	0,159	3
72	Malanje	Mucari	0,473	0,179	3
73	Uíge	Bembe	0,478	0,210	3
74	Uíge	Puri	0,525	0,246	3
75	Uíge	Bungo	0,536	0,246	3
76	Malanje	Cangandala	0,507	0,285	3
77	Cuanza Norte	Ambaca	0,523	0,377	3
78	Huíla	Chipindo	0,517	0,404	3
79	Bengo	Nambuanguo	0,544	0,406	3
80	Uíge	Sanza Pombo	0,500	0,421	3
81	Uíge	Damba	0,529	0,432	3
82	Cuanza Sul	Mussende	0,465	0,473	3
83	Moxico	Luau	0,493	0,545	3
84	Cuanza Sul	Conda	0,529	0,560	3
85	Huambo	Chikala Choloanga	0,487	0,629	3
86	Benguela	Balombo	0,470	0,635	3
87	Huambo	Mungo	0,496	0,688	3
88	Bié	Catabola	0,496	0,774	3
89	Bié	N'harea	0,506	0,779	3
90	Uíge	Maquela do Zombo	0,526	0,784	3
91	Cuanza Sul	Quibala	0,464	0,800	3
92	Bié	Camacupa	0,511	0,936	3
93	Cuanza Sul	Cassongue	0,511	0,942	3

**Quadro 7 - Distribuição dos municípios segundo o IPM-M e contribuição do número de pobres**

Nº Ordem	Província	Município	IPM-M	Contribuição do número de pobres (%)	Quartil
94	Benguela	Bocoio	0,541	1,054	3
95	Cuanza Sul	Ebo	0,530	1,063	3
96	Benguela	Ganda	0,497	1,411	3
97	Huíla	Matala	0,506	1,481	3
98	Bié	Andulo	0,483	1,560	3
99	Cunene	Cuanhama	0,504	2,092	3
100	Cuando Cubango	Nancova	0,603	0,019	4
101	Cuando Cubango	Dirico	0,591	0,097	4
102	Lunda Norte	Lubalo	0,607	0,140	4
103	Malanje	Quela	0,562	0,140	4
104	Malanje	Cahombo	0,605	0,149	4
105	Lunda Sul	Dala	0,604	0,205	4
106	Moxico	Camanongue	0,572	0,226	4
107	Uíge	Mucaba	0,548	0,293	4
108	Uíge	Milunga	0,603	0,355	4
109	Bié	Cuamba	0,595	0,376	4
110	Uíge	Cangola	0,603	0,376	4
111	Cunene	Cuvelai	0,603	0,395	4
112	Uíge	Buengas	0,583	0,400	4
113	Moxico	Bundas	0,589	0,456	4
114	Cunene	Cahama	0,585	0,457	4
115	Lunda Norte	Xá-Muteba	0,587	0,461	4
116	Huíla	Quilengues	0,607	0,507	4
117	Bié	Chitembo	0,575	0,514	4
118	Malanje	Calandula	0,557	0,535	4
119	Huíla	Humpata	0,572	0,556	4
120	Benguela	Chongoroi	0,590	0,580	4
121	Benguela	Caimbambo	0,575	0,605	4
122	Cuanza Sul	Quilenda	0,556	0,641	4
123	Moxico	Alto Zambeze	0,561	0,731	4
124	Lunda Norte	Cambulo	0,575	0,778	4
125	Uíge	Quimbele	0,593	0,957	4
126	Lunda Norte	Lucapa	0,556	1,007	4
127	Huíla	Quipungo	0,603	1,063	4
128	Huíla	Caconda	0,553	1,082	4
129	Huíla	Caluquembe	0,563	1,174	4
130	Lunda Norte	Cuango	0,554	1,190	4
131	Cuanza Sul	Seles	0,575	1,225	4
132	Benguela	Cubal	0,553	1,910	4
133	Malanje	Cunda-Dia-Base	0,618	0,087	5
134	Lunda Norte	Lóvua	0,656	0,092	5
135	Moxico	Luchazes	0,683	0,101	5
136	Lunda Norte	Cuilo	0,636	0,145	5
137	Moxico	Luacano	0,644	0,145	5
138	Malanje	Quirima	0,684	0,150	5
139	Malanje	Marimba	0,673	0,187	5
140	Cuando Cubango	Cuanger	0,607	0,187	5
141	Lunda Norte	Caungula	0,636	0,197	5
142	Moxico	Cameias	0,622	0,202	5
143	Namibe	Virei	0,702	0,218	5
144	Lunda Sul	Cacolo	0,625	0,218	5
145	Cuando Cubango	Rivungo	0,633	0,223	5
146	Moxico	Léua	0,622	0,224	5
147	Malanje	Massango	0,650	0,229	5
148	Lunda Sul	Muconda	0,624	0,232	5

**Quadro 7 - Distribuição dos municípios segundo o IPM-M e contribuição do número de pobres**

Nº Ordem	Província	Município	IPM-M	Contribuição do número de pobres (%)	Quartil
149	Cuando Cubango	Cuito Cuanavale	0,642	0,284	5
150	Cunene	Curoca	0,753	0,287	5
151	Cuando Cubango	Cuchi	0,661	0,298	5
152	Malanje	Cambundi Catembo	0,661	0,326	5
153	Namibe	Camucuio	0,712	0,345	5
154	Malanje	Luquembo	0,646	0,384	5
155	Lunda Norte	Capenda-Camulemba	0,608	0,397	5
156	Namibe	Bibala	0,627	0,421	5
157	Huíla	Cuvango	0,620	0,528	5
158	Huíla	Gambos	0,618	0,547	5
159	Huíla	Jamba	0,615	0,705	5
160	Cunene	Namacunde	0,612	0,896	5
161	Huíla	Chicomba	0,639	0,911	5
162	Huíla	Cacula	0,630	0,955	5
163	Huíla	Chibia	0,643	1,289	5
164	Cunene	Ombadja	0,663	2,046	5

### Vantagens

Para além das vantagens da classificação anterior (somente por quintis), esta proposta leva em consideração o tamanho da população como critério adicional de classificação e permite identificar melhor os municípios onde há alta prevalência de pobreza multidimensional.

Tem em conta o número total de pobres dentro do município, ou seja, a contribuição dos pobres no total da pobreza do País. Na perspectiva de política pública contra a pobreza, esta proposta pode ser muito eficaz para dirigir acções destinadas ao cumprimento do ODS 1.2.2 para reduzir (idealmente pela metade) o número de pessoas que vivem em situação de pobreza multidimensional.

Se o objectivo da política de redistribuição de recursos é reduzir a quantidade da população pobre do país, esta proposta permite um margem de manobra transparente e mais eficiente. É possível que alguns municípios dentro dos diferentes quintis sejam considerados como prioritários devido a quantidade de população pobre que nele reside. Por exemplo, os municípios de Lubango na província da Huíla e Viana na província de Luanda concentram, respectivamente 2,5 e 2,2% da população multidimensionalmente pobre em Angola. Estes municípios encontram-se no quintil 1 (menos pobres), mas albergam uma maior quantidade de população pobre que, por exemplo, Namacunde na província do Cunene (0,9%), que se encontra no quintil 5 (mais pobres).

### Desvantagens

Baseando-se na ordem de municípios de acordo com seus níveis de pobreza multidimensional, essa classificação apresenta o problema de agrupar municípios com os níveis mais baixos de pobreza na mesma categoria, apesar de apresentarem níveis de pobreza muito diferentes uns dos outros.

Da mesma forma, no grupo dos municípios mais pobres, seriam incluídos municípios com altos níveis de pobreza, mas cuja população pobre não tem uma contribuição importante para o total de pobres do País.

As anteriores desvantagens são de origem técnica. Porém, outra possível desvantagem está vinculada aos objectivos da política pública. Naturalmente, a proporção de pobres tende a ser altamente correlacionada com o tamanho dos municípios. Logo, nessa medida, os municípios maiores seriam implicitamente privilegiados em detrimento dos municípios com menos população, mas com o mesmo índice de pobreza.

É importante ressaltar que esta desvantagem está relacionada com um aspecto que também resulta em uma vantagem mencionada acima. Isto se deve a que o objetivo da política pública pode não estar relacionado com a redução do número de pobres no País. Se o objectivo da distribuição dos recursos públicos é a redução da pobreza com critérios de igualdade e justiça social, é possível que a priorização dos municípios que contribuem mais para o número de pobres não seja a melhor estratégia. Neste caso, esta proposta não deixaria um conselho claro para os decisores de política pública.

### **7.3.3. Proposta 3: Pré-classificação dos municípios por tamanho da população**

A proposta anterior põe em evidência que é necessário realizar comparações entre municípios com algum grau de homogeneidade. Deste modo a terceira proposta consiste em usar informações sobre o nível de pobreza multidimensional e a população total multidimensionalmente pobre, mas levando em consideração o tamanho da população do município. O tamanho da população do município pode ser um aspecto importante para uma pré-classificação de municípios em grupos mais comparáveis, porque está relacionada com a distância a um centro urbano grande. O tamanho do município permite capturar parcialmente, um conjunto de características estruturais como a acessibilidade, redes de serviços básicos, de saúde e educação.

Numa primeira etapa, foi feita uma pré-classificação dos municípios em 3 grupos segundo o tamanho da população. Considerou-se os grupos abaixo:

Grupo 1 – Municípios com menos de 50 000 habitantes;

Grupo 2 – Municípios com 50 000 à 500 000 habitantes;

Grupo 3 – Municípios com mais de 500 000 habitantes.

Em cada grupo de municípios, que são por definição homogêneos em relação ao tamanho da população, um ordenamento por quintis baseado no valor da medida multidimensional da pobreza permite identificar municípios com os mais altos níveis de pobreza dentro de cada grupo. Em outras palavras, os níveis de pobreza do município são factores determinantes para priorizá-los dentro dos três grupos de municípios. Assim, os municípios do quintil 5 (mais pobres) correspondem aos municípios prioritários em cada grupo.

É importante mencionar que, embora essa classificação inclua muitas características importantes dos municípios, não é necessariamente uma classificação que sugira a quantidade de recursos que devem ser alocados a cada um deles. Em geral, sugere-se uma análise exaustiva dos valores a serem atribuídos a cada município, com base em características adicionais, como: a) sua infra-estrutura actual; b) projectos já aprovados e / ou em andamento; c) a estrutura do município.

## Resultados

Esta proposta resulta na classificação dos municípios em quintis **para cada grupo** em função do valor do IPM-M. O quintil 1 corresponde aos municípios menos pobres dentro do grupo e o quintil 5 corresponde aos municípios mais pobres dentro do grupo.

### *Classificação dos municípios do grupo 1 (menos de 50 000 habitantes)*

O Quadro 8, apresenta para os municípios com menos de 50 000 habitantes, a distribuição por quintil, ordenados em ordem decrescente, ou seja, do menos pobre ao mais pobre.

**Quadro 8 - Pobreza multidimensional nos municípios com menos de 50 000 habitantes**

Nº Ordem	Províncias	Municípios	IPM-M	Quintil
1	Cabinda	Cacongô	0,210	1
2	Bengo	Pango-Aluquém	0,223	1
3	Cuanza Norte	Lucala	0,319	1
4	Cuanza Norte	Golungo	0,337	1
5	Bengo	Ambriz	0,339	1
6	Zaire	Nzetu	0,345	1
7	Cabinda	Buco Zau	0,365	1
8	Zaire	Tomboco	0,377	1
9	Cuanza Norte	Quiculungo	0,381	1
10	Bengo	Dembos-Quibaxe	0,404	1
11	Uíge	Ambuíla	0,417	1
12	Uíge	Quitexe	0,418	1
13	Cuanza Norte	Samba Cajú	0,420	2
14	Cuanza Norte	Bolongongo	0,420	2
15	Luanda	Quissama	0,435	2
16	Cuanza Norte	Banga	0,451	2
17	Zaire	Nóqui	0,455	2
18	Huambo	Tchinjenje	0,458	2
19	Cabinda	Belize	0,462	2
20	Malanje	Mucari	0,473	2
21	Cuando Cubango	Mavinga	0,476	2
22	Uíge	Bembe	0,478	2
23	Cuanza Norte	Ngonguembo	0,484	2
24	Malanje	Canganda	0,507	3
25	Bengo	Bula-Atumba	0,514	3
26	Uíge	Puri	0,525	3
27	Uíge	Bungo	0,536	3
28	Malanje	Quiwaba- Nzoji	0,537	3
29	Cuando Cubango	Calai	0,544	3
30	Uíge	Mucaba	0,548	3
31	Malanje	Quela	0,562	3
32	Moxico	Camangue	0,572	3



**Quadro 8 - Pobreza multidimensional nos municípios com menos de 50 000 habitantes**

Nº Ordem	Províncias	Municípios	IPM-M	Quartil
33	Cuando Cubango	Dirico	0,591	3
34	Cuando Cubango	Nancova	0,603	3
35	Lunda Sul	Dala	0,604	3
36	Malanje	Cahombo	0,605	4
37	Lunda Norte	Lubalo	0,607	4
38	Cuando Cubango	Cuangar	0,607	4
39	Malanje	Cunda-Dia-Base	0,618	4
40	Moxico	Léua	0,622	4
41	Moxico	Cameias	0,622	4
42	Lunda Sul	Muconda	0,624	4
43	Lunda Sul	Cacolo	0,625	4
44	Cuando Cubango	Rivungo	0,633	4
45	Lunda Norte	Caungula	0,636	4
46	Lunda Norte	Cuilo	0,636	4
47	Cuando Cubango	Cuito Cuanavale	0,642	5
48	Moxico	Luacano	0,644	5
49	Malanje	Massango	0,650	5
50	Lunda Norte	Lóvua	0,656	5
51	Cuando Cubango	Cuchi	0,661	5
52	Malanje	Cambundi Catembo	0,661	5
53	Malanje	Marimba	0,673	5
54	Moxico	Luchazes	0,683	5
55	Malanje	Quirima	0,684	5
56	Namibe	Virei	0,702	5
57	Cunene	Curoca	0,753	5



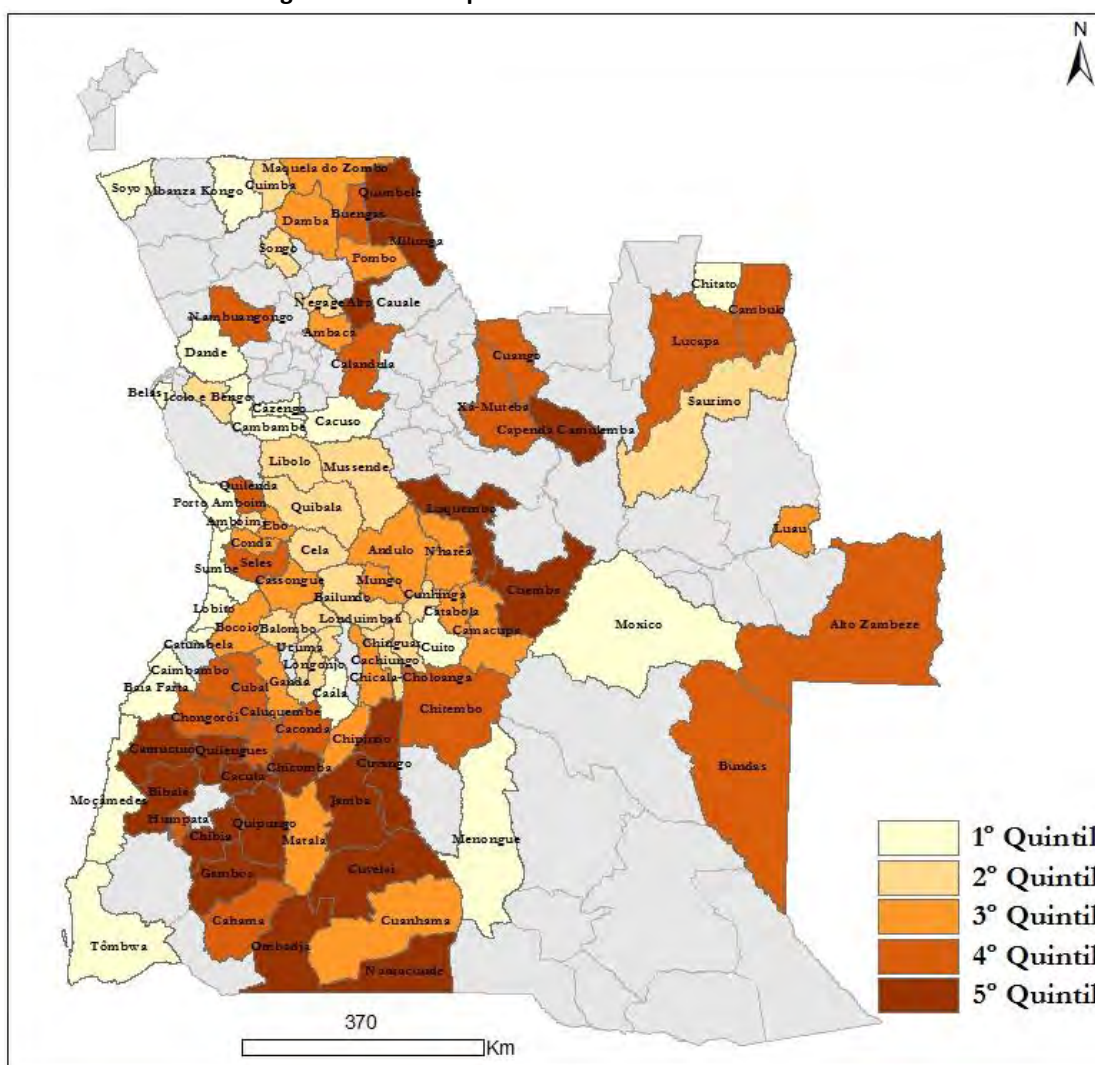
**Quadro 9 - Pobreza multidimensional nos municípios com 50 000 à 500 000 habitantes**

Nº Ordem	Províncias	Municípios	IPM-M	Quartil
17	Cuando Cubango	Menongue	0,374	1
18	Malanje	Cacuso	0,379	1
19	Huambo	Caála	0,380	1
20	Luanda	Icolo e Bengo	0,383	2
21	Zaire	Cuimba	0,384	2
22	Lunda Sul	Saurimo	0,387	2
23	Cuanza Sul	Cela	0,395	2
24	Uíge	Negage	0,396	2
25	Cuanza Sul	Amboim	0,396	2
26	Huambo	Longonjo	0,402	2
27	Huambo	Ecunha	0,407	2
28	Huambo	Ukuma	0,414	2
29	Huambo	Bailundo	0,425	2
30	Uíge	Songo	0,426	2
31	Bié	Cunhinga	0,438	2
32	Cuanza Sul	Libolo	0,440	2
33	Huambo	Catchiungo	0,451	2
34	Bié	Chinguar	0,452	2
35	Huambo	Londumbale	0,453	2
36	Cuanza Sul	Quibala	0,464	2
37	Cuanza Sul	Mussende	0,465	2
38	Benguela	Balombo	0,470	2
39	Bié	Andulo	0,483	3
40	Huambo	Chikala Choloanga	0,487	3
41	Moxico	Luau	0,493	3
42	Bié	Catabola	0,496	3
43	Huambo	Mungo	0,496	3
44	Benguela	Ganda	0,497	3
45	Uíge	Sanza Pombo	0,500	3
46	Cunene	Cuanhama	0,504	3
47	Bié	N'harea	0,506	3
48	Huíla	Matala	0,506	3
49	Bié	Camacupa	0,511	3
50	Cuanza Sul	Cassongue	0,511	3
51	Huíla	Chipindo	0,517	3
52	Cuanza Norte	Ambaca	0,523	3
53	Uíge	Maquela do Zombo	0,526	3
54	Cuanza Sul	Conda	0,529	3
55	Uíge	Damba	0,529	3
56	Cuanza Sul	Ebo	0,530	3
57	Benguela	Bocoio	0,541	3
58	Bengo	Nambuagongo	0,544	4
59	Benguela	Cubal	0,553	4
60	Huíla	Caconda	0,553	4
61	Lunda Norte	Cuango	0,554	4
62	Lunda Norte	Lucapa	0,556	4
63	Cuanza Sul	Quilenda	0,556	4
64	Malanje	Calandula	0,557	4
65	Moxico	Alto Zambeze	0,561	4
66	Huíla	Caluquembe	0,563	4
67	Huíla	Humpata	0,572	4
68	Cuanza Sul	Seles	0,575	4
69	Bié	Chitembo	0,575	4
70	Lunda Norte	Cambulo	0,575	4
71	Benguela	Caimbambo	0,575	4
72	Uíge	Buengas	0,583	4
73	Cunene	Cahama	0,585	4
74	Lunda Norte	Xá-Muteba	0,587	4
75	Moxico	Bundas	0,589	4
76	Benguela	Chongoroi	0,590	4
77	Uíge	Quimbele	0,593	5
78	Bié	Cuemba	0,595	5
79	Huíla	Quipungo	0,603	5
80	Cunene	Cuvelai	0,603	5
81	Uíge	Cangola	0,603	5

**Quadro 9 - Pobreza multidimensional nos municípios com 50 000 à 500 000 habitantes**

Nº Ordem	Províncias	Municípios	IPM-M	Quartil
82	Uíge	Milunga	0,603	5
83	Huíla	Quilengues	0,607	5
84	Lunda Norte	Capenda-Camulemba	0,608	5
85	Cunene	Namacunde	0,612	5
86	Huíla	Jamba	0,615	5
87	Huíla	Gambos	0,618	5
88	Huíla	Cuvango	0,620	5
89	Namibe	Bibala	0,627	5
90	Huíla	Cacula	0,630	5
91	Huíla	Chicomba	0,639	5
92	Huíla	Chibia	0,643	5
93	Malanje	Luquembo	0,646	5
94	Cunene	Ombadja	0,663	5
95	Namibe	Camucuio	0,712	5

**Cartograma 6 - Municípios com de 50 000 à 500 000 habitantes**



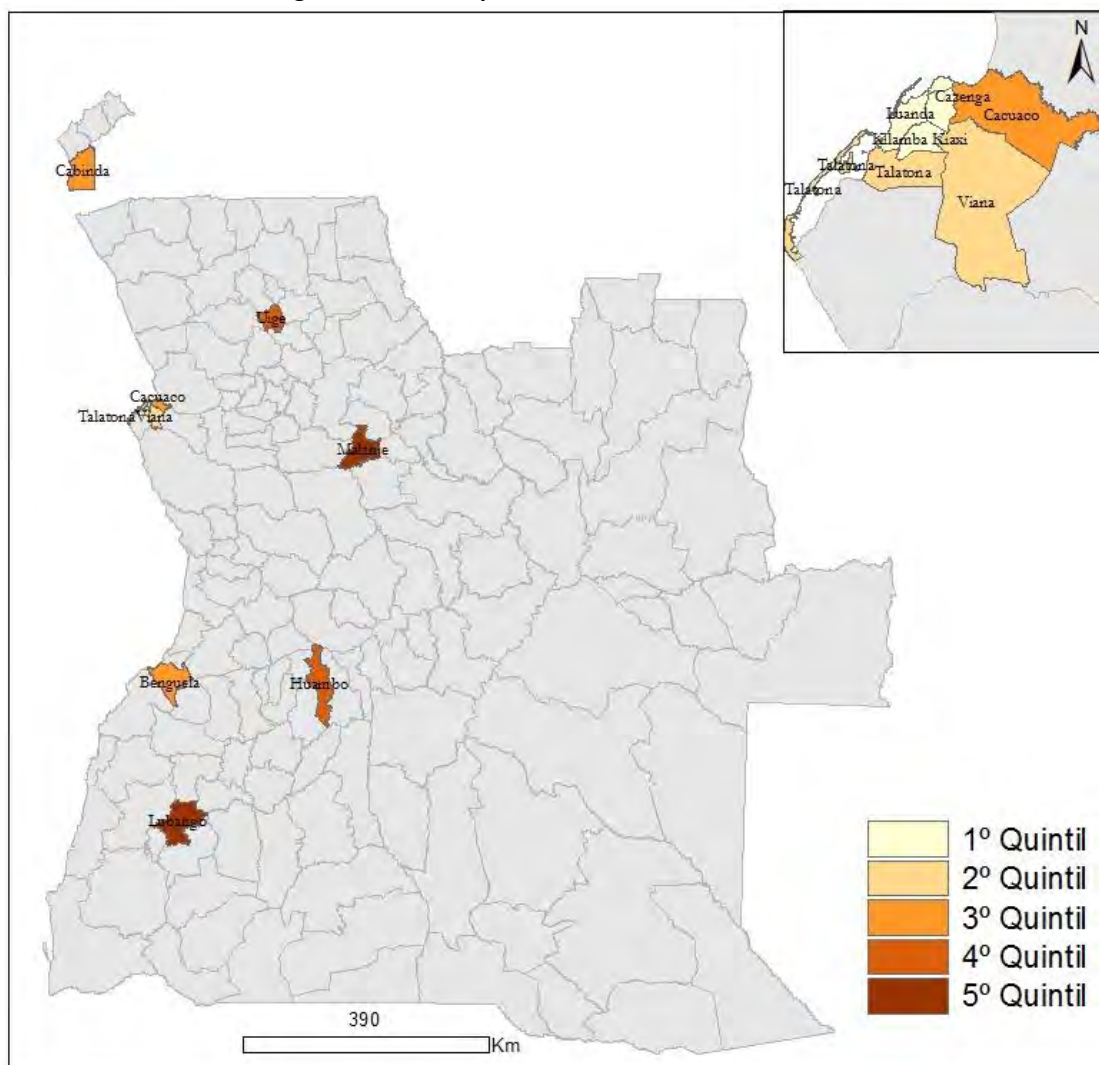
**Classificação dos municípios do grupo 3 (mais de 500 000 habitantes)**

O quadro 10, apresenta para os municípios do grupo dos municípios mais populosos, a distribuição por quintil, ordenados do menos pobre ao mais pobre.

**Quadro 10 - Pobreza multidimensional nos municípios com mais de 500 000 habitantes**

Nº Ordem	Províncias	Municípios	IPM	Quartil
1	Luanda	Luanda	0.029	1
2	Luanda	Cazenga	0.030	1
3	Luanda	Kilamba	0.058	1
4	Luanda	Talatona	0.073	2
5	Luanda	Viana	0.091	2
6	Cabinda	Cabinda	0.127	3
7	Benguela	Benguela	0.141	3
8	Luanda	Cacuaco	0.150	3
9	Huambo	Huambo	0.160	4
10	Uíge	Uíge	0.206	4
11	Malanje	Malanje	0.212	5
12	Huíla	Lubango	0.272	5

**Cartograma 7 - Municípios com mais de 500 000 Habitantes**



## Vantagens

Efectuar uma classificação em função da pobreza, depois de se haver definido os grupos homogéneos em relação ao tamanho da população pode orientar melhor a política de distribuição do orçamento.

Esta proposta faz exactamente isto, levando em consideração o tamanho da população como critério adicional de classificação e permite identificar melhor os municípios onde há alta prevalência de pobreza multidimensional.

## Desvantagens

Os grupos formados não determinam á priori o orçamento que deve ser distribuído. Nesta proposta os grupos são diferentes em tamanho e número de municípios, como mostra o Quadro 11.

Neste quadro podemos notar que o grupo 1 (com menos de 50 000 habitantes), apesar de englobar 57 municípios, representa apenas 6% da população total do país. O total de pobres neste grupo representam apenas 9% do total de pobres em todo país. Isto não quer dizer que os recursos a ser destinados a este grupo devem ser baixos, devido ao facto de serem pequenos em tamanho populacional. As necessidades deste grupo podem ser muito grandes. De facto, importa realçar que neste grupo encontramos alguns dos municípios com IPM-M mais elevado do país, como o Curoca no Cunene (0,753) e Virei no Namibe (0,702).

Por outro lado o grupo 3 com apenas 12 municípios, representa 40% da população do país, e o total de pobres nestes municípios representam 17% do total de pobres em todo país. Isto tampouco quer dizer que os municípios deste grupo deveriam receber mais recursos do que os outros somente devido ao seu grande tamanho da população. É importante notar que todos os municípios deste grupo estão entre os que possuem o IPM-M mais baixo, de 0,029 (Luanda) á 0,272 (Lubango).

**Quadro 11 - Distribuição dos municípios por tamanho da população**

Categorização	Nº de municípios	% da população em relação ao total do País	% de pobres em relação ao total de pobres do País
Grupo 1	57	6%	9%
Grupo 2	95	54%	74%
Grupo 3	12	40%	17%

Esta proposta é sem dúvida, mais completa que as outras, mas ainda assim não esgota todos os aspectos a ser tomados em conta para a distribuição do orçamento. Assim, esta proposta deve ser entendida como um insumo fundamental para uma análise mais profunda e coordenada pelas diferentes estruturas governamentais.

Finalmente, esta proposta pode ser mais difícil de compreender, para o público em geral. Porém, a desvantagem da complexidade desta proposta deve ser comparada com facto de que ela se constitui na mais acertada para priorizar a distribuição do orçamento público em

favor dos municípios com os maiores níveis de pobreza multidimensional, em comparação com outros municípios que são estruturalmente comparáveis.

#### **7.4. PERFIS DE POBREZA POR MUNICÍPIOS**

Embora o principal objectivo da medida seja fornecer informações ao nível municipal, também é importante conhecer a situação de cada município no conjunto dos municípios da respectiva província, visando definir políticas públicas e prioridades dos diferentes níveis de actuação (nacional, provincial e municipal), tendo em atenção a escassez de recursos financeiros com que o país se debate. Neste contexto, com base na medida multidimensional da pobreza, a seguir apresenta-se os resultados municipais para cada província.

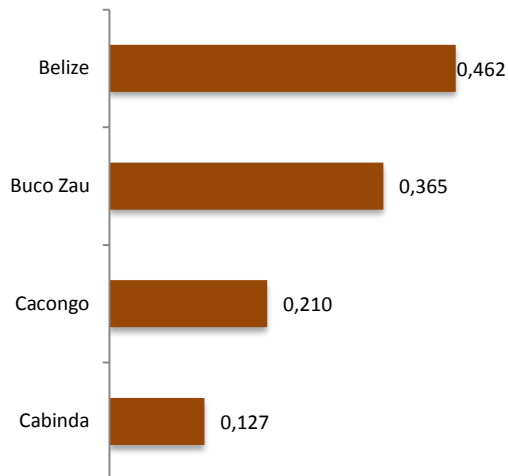




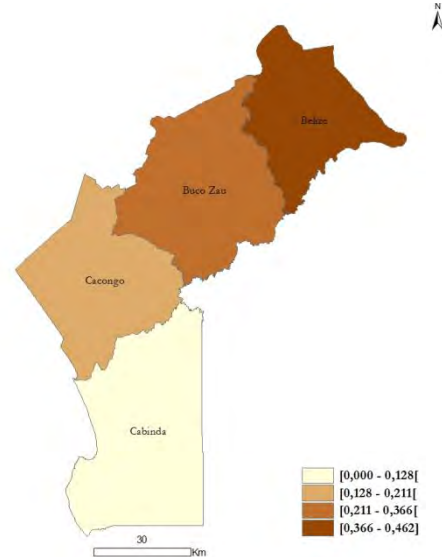


O gráfico 1 mostra que o município com o valor do IPM-M mais elevado é o Belize com 0,462. O município de Cabinda apresenta o valor do IPM-M mais baixo (0,127).

**Gráfico 1- IPM-M, Cabinda**

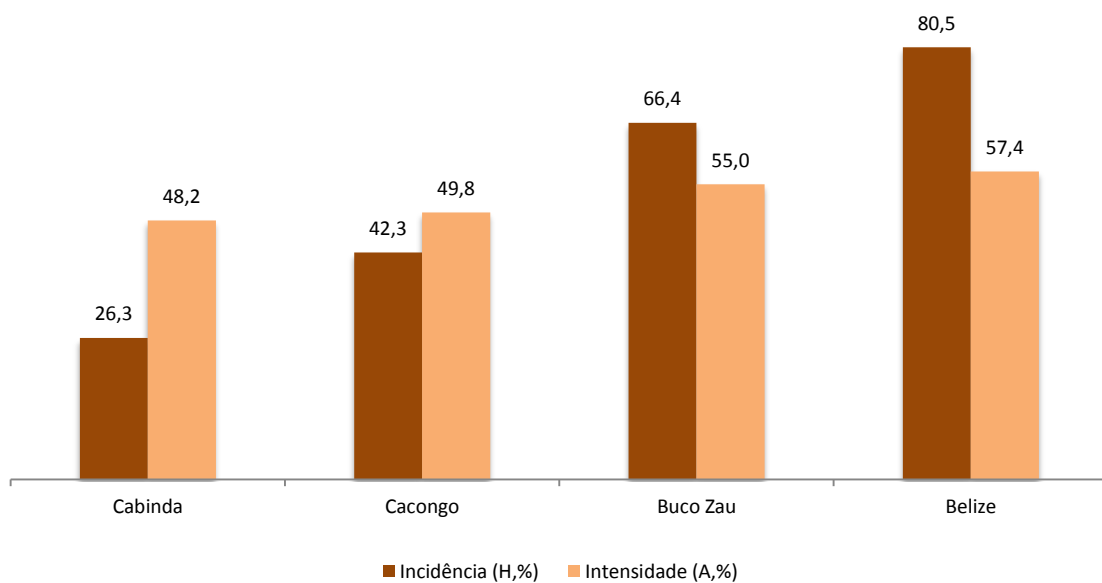


**Cartograma 8 – IPM-M, Cabinda**

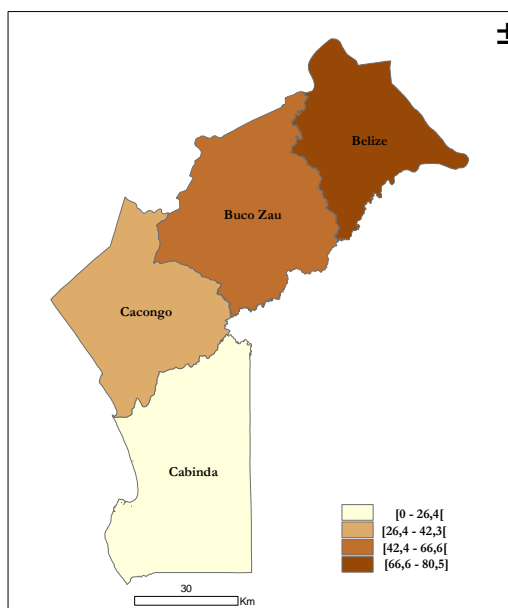


O gráfico 2, mostra que o município do Belize apresenta uma Incidência de cerca de 81%, o que significa que 8 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres; e uma Intensidade de 57%, ou seja, os pobres sofrem em média 57% de privações dos indicadores seleccionados.

**Gráfico 2 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 9 – Incidência por município**



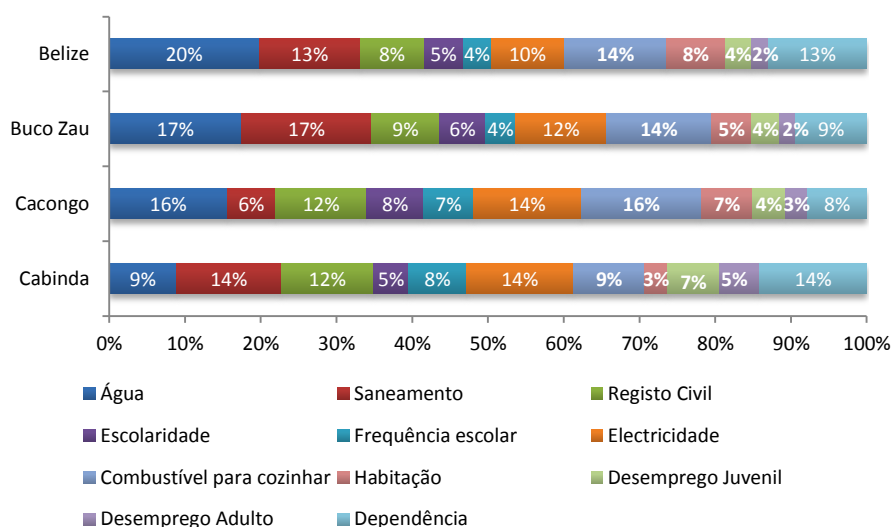
**Cartograma 10 – Intensidade por município**



O gráfico 3, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

Constata-se que nos municípios de Belize e Buco Zau, com o IPM-M mais elevado da província, os indicadores sobre água, saneamento e combustível para cozinhar contribuem com mais de 47% para a pobreza destes municípios. Enquanto que no município de Cabinda (com o IPM-M mais baixo) os indicadores que mais contribuem são saneamento, electricidade da rede pública e a dependência (existência de um maior número de pessoas dependentes no agregado familiar).

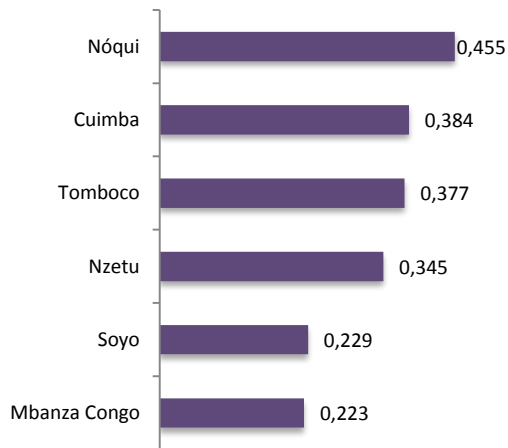
**Gráfico 3 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**



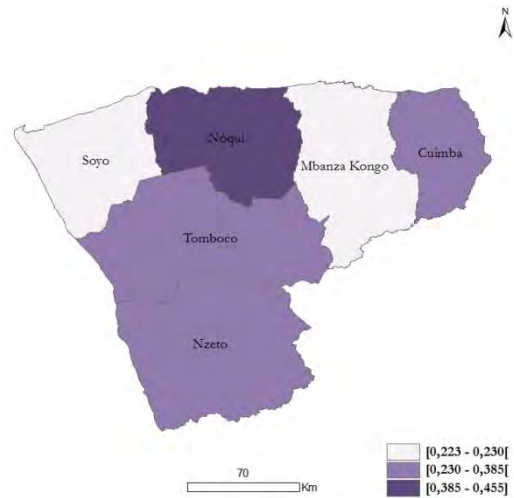


O gráfico 4 mostra que o município com o valor do IPM-M mais elevado é o Nóqui com 0,455. O município de Mbanza Congo apresenta o valor do IPM-M mais baixo (0,223).

**Gráfico 4 – IPM-M, Zaire**

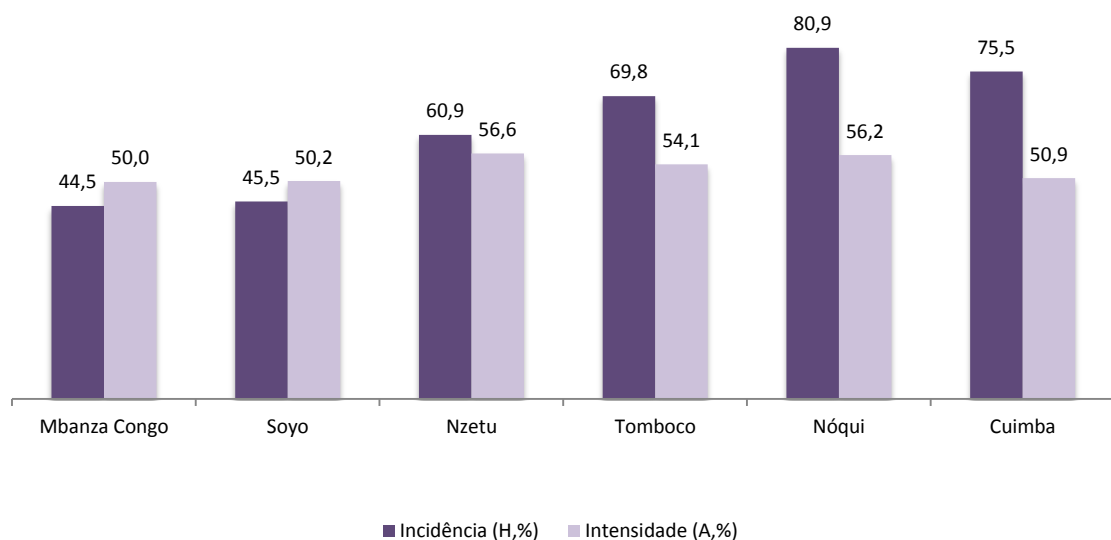


**Cartograma 11 – IPM-M, Zaire**

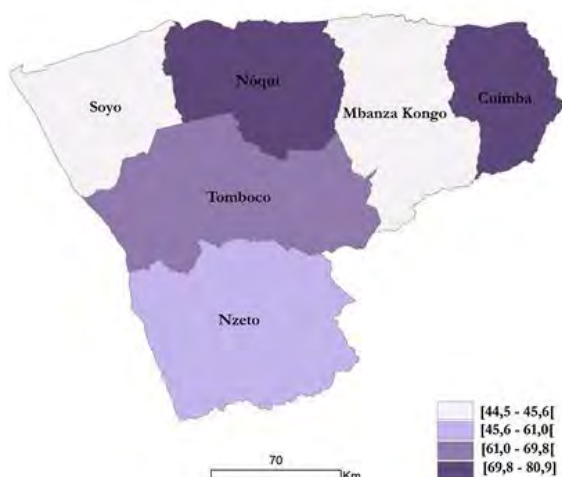


O gráfico 5 mostra que o município do Nóqui apresenta uma Incidência de cerca de 81% que significa que 8 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres; e uma Intensidade de 56%, ou seja, os pobres sofrem em média 56% de privações dos indicadores seleccionados.

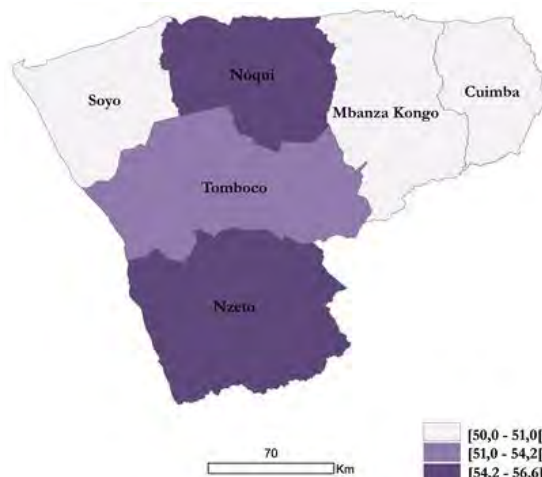
**Gráfico 5 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 12 – Incidência por município**



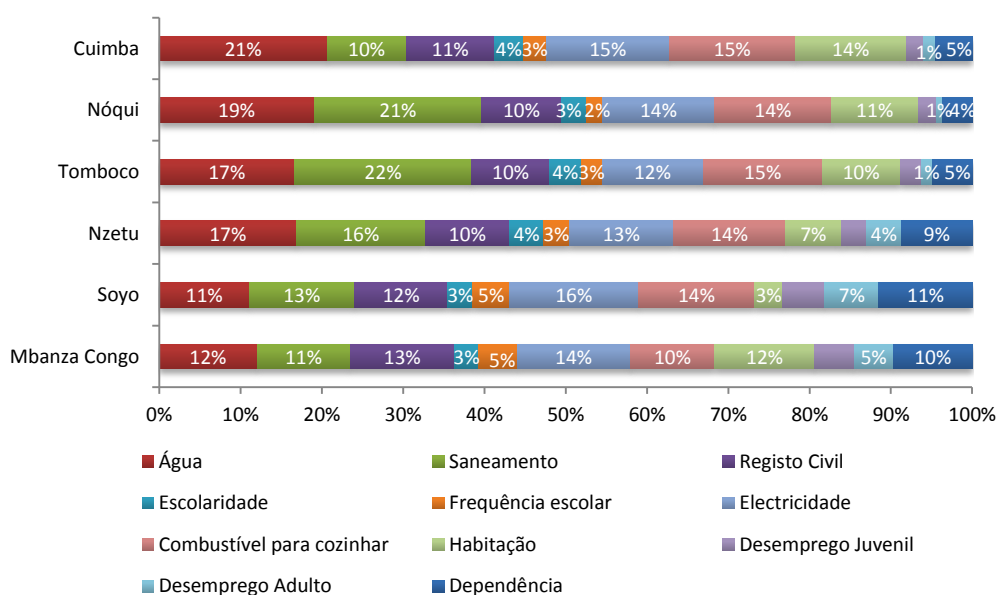
**Cartograma 13 – Intensidade por município**



O gráfico 6, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

Constata-se que nos municípios de Nóqui e Tomboco, os indicadores sobre água, saneamento e electricidade da rede pública contribuem com mais de 53% para a pobreza destes municípios. Enquanto que no município de Mbanza Congo (com o IPM-M mais baixo) os indicadores que mais contribuem são registo civil e electricidade da rede pública.

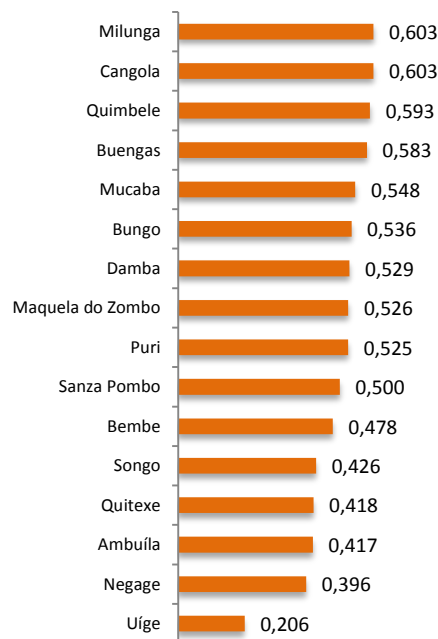
**Gráfico 6 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**



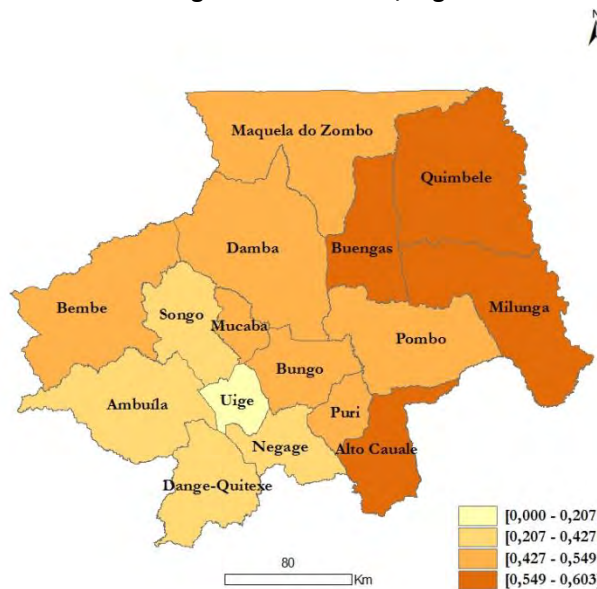


O gráfico 7 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é o Milunga com 0,603. O município do Uíge apresenta o IPM-M mais baixo (0,206).

**Gráfico 7 – IPM-M, Uíge**

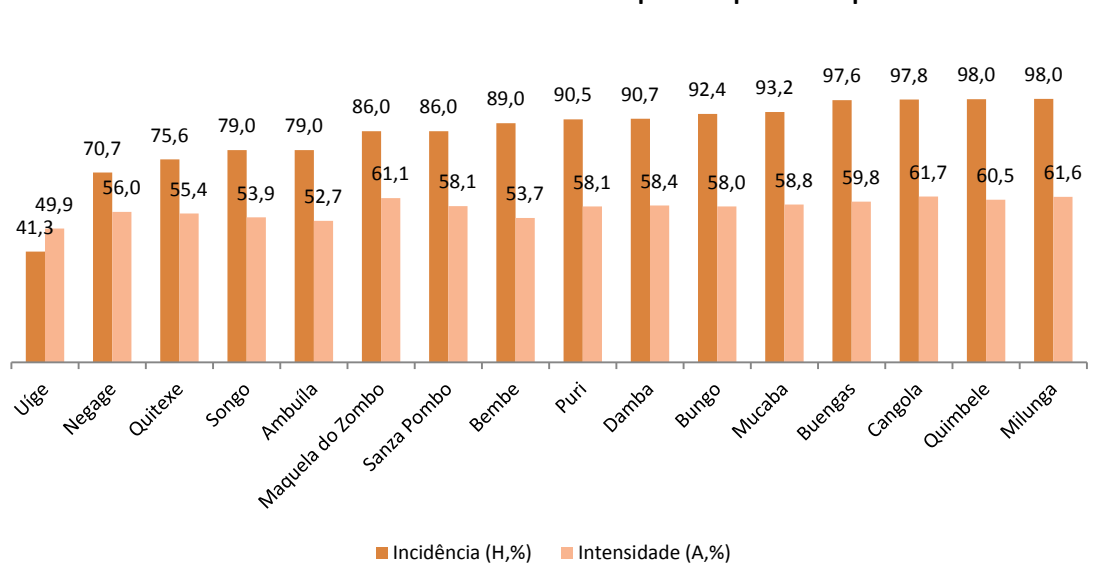


**Cartograma 14 – IPM-M, Uíge**



O gráfico 8 mostra que os municípios de Cangola, Quimbele, Milunga e Buengas apresentam uma Incidência de 98% o que significa que quase a totalidade das pessoas nestes quatro municípios são multidimensionalmente pobres.

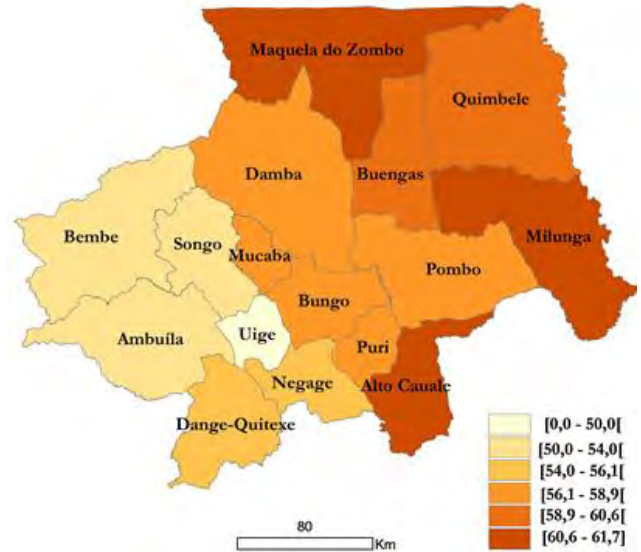
**Gráfico 8 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 15 – Incidência por município**



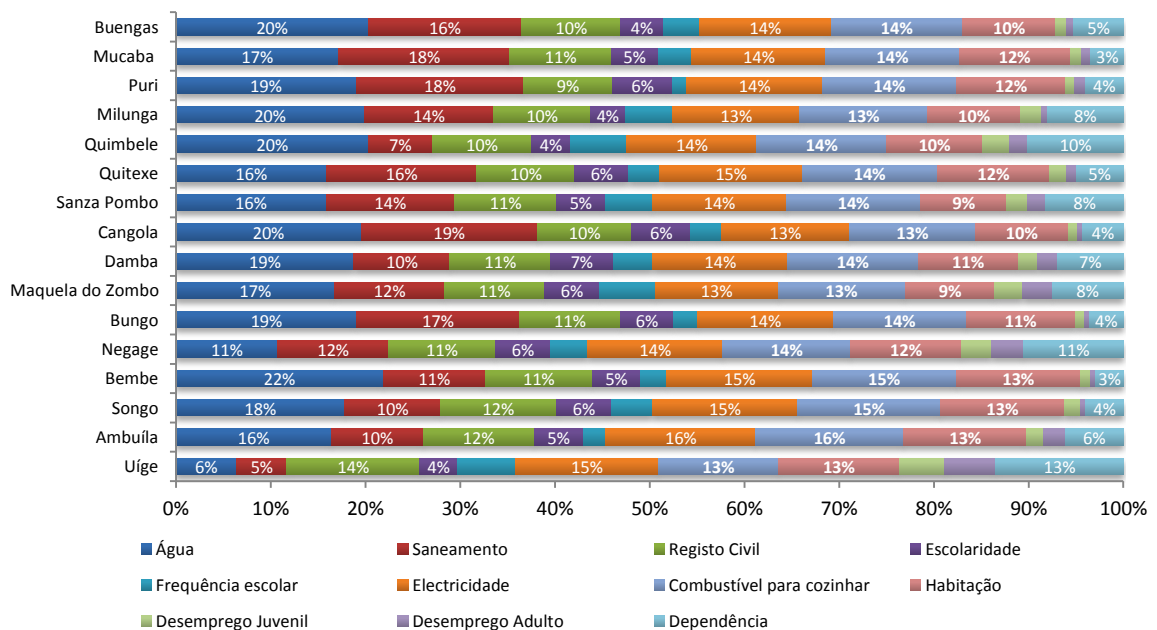
**Cartograma 16 – Intensidade por município**



O gráfico 9, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

O gráfico mostra que em todos os municípios (excepto os municípios do Uíge e do Negage) os indicadores sobre água, saneamento, electricidade da rede pública e combustível para cozinhar, contribuem com mais de 50% para a pobreza destes municípios. Enquanto que no município do Uíge (com o IPM-M mais baixo) os indicadores que mais contribuem são a electricidade da rede pública, o registo civil e a dependência (existência de um maior número de pessoas dependentes no agregado familiar).

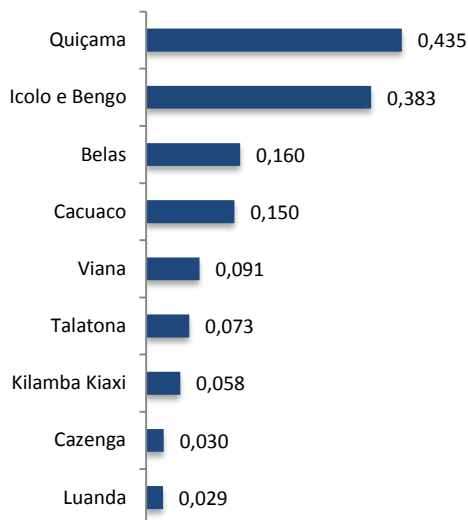
**Gráfico 9 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**



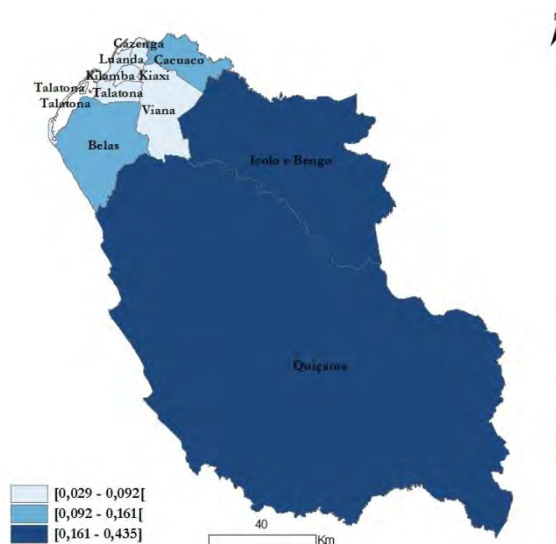


O gráfico 10 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é a Quiçama com 0,435. O município de Luanda apresenta o IPM-M mais baixo (0,029), não só da província de Luanda, mas de todo país

**Gráfico 10 – IPM-M, Luanda**

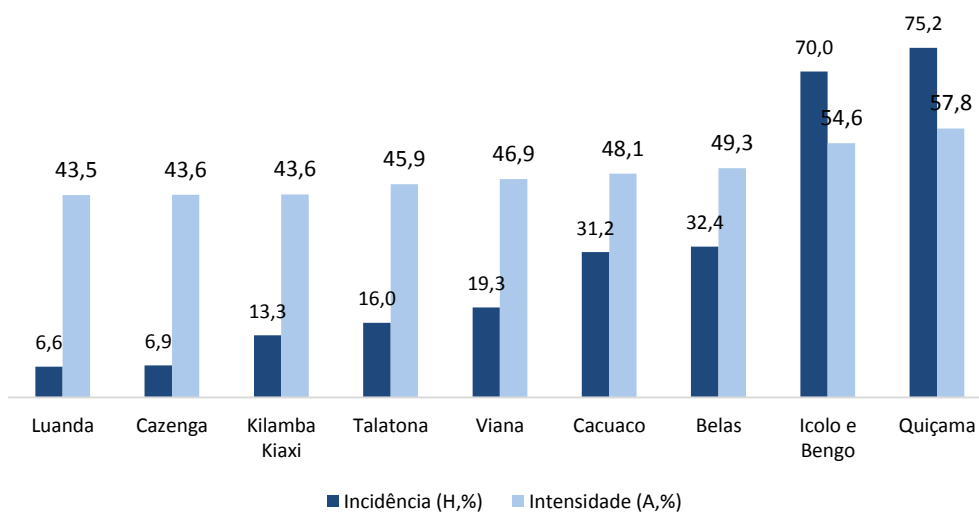


**Cartograma 17 – IPM-M, Luanda**



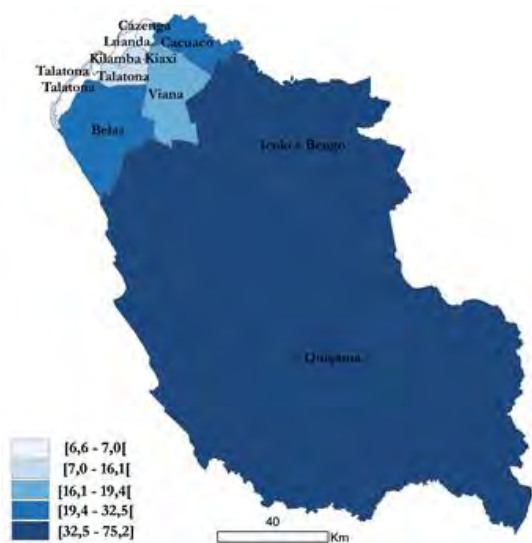
O gráfico 11 mostra que os municípios da Quiçama e Icolo e Bengo apresentam uma Incidência de cerca de 75% e 70% respectivamente, o que significa que pelo menos 7 em cada 10 pessoas nestes municípios são multidimensionalmente pobres. Entretanto importa realçar que os municípios de Luanda e Cazenga, apesar de apresentarem uma incidência relativamente baixa (7% cada um), apresentam uma intensidade de 44%, mostrando que os pobres sofrem em média 44% de privações dos indicadores seleccionados. O que quer dizer que os pobres nestes municípios apresentam uma intensidade elevada de pobreza.

**Gráfico 11 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**

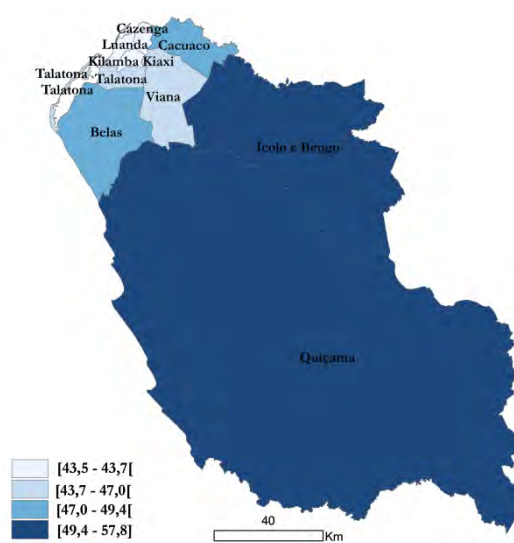




**Cartograma 19 - Intensidade por município**



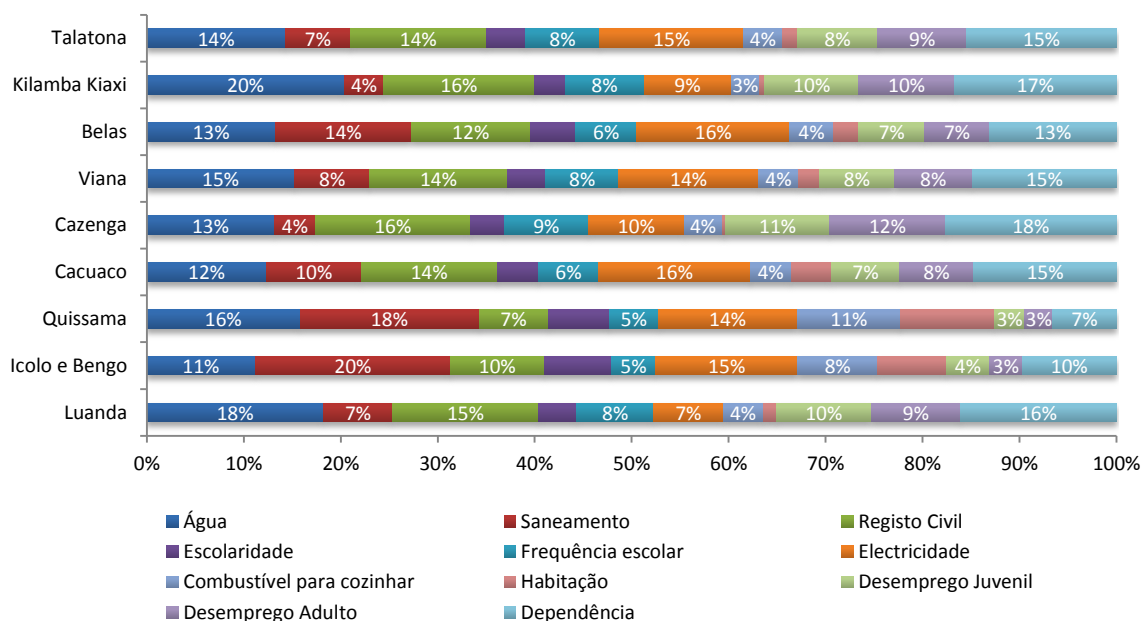
**Cartograma 18 - Incidência por município**



O gráfico 12, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

Constata-se que no município da Quiçama (com o IPM-M mais elevado da província) os indicadores sobre água, saneamento e electricidade da rede pública contribuem com 48% para a pobreza deste município. Enquanto que no município de Luanda (com o IPM-M mais baixo) os indicadores que mais contribuem são sobre água, dependência e registo civil.

**Gráfico 12- Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**

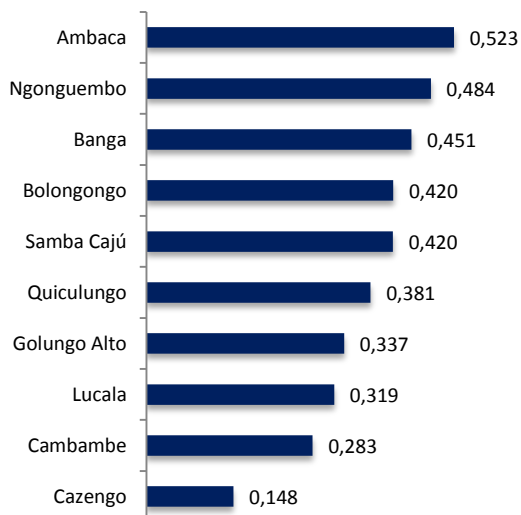




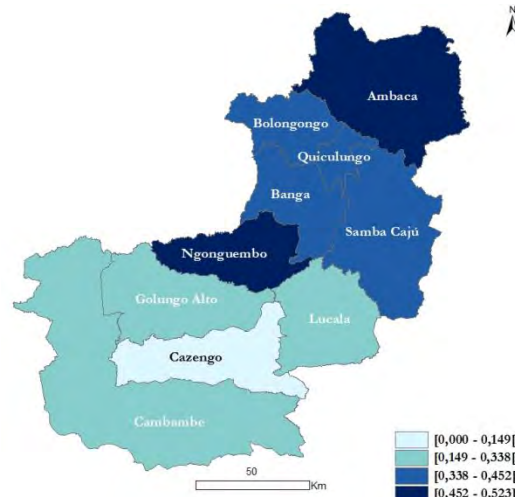


O gráfico 13 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é Ambaca com 0,523. O município do Cazengo apresenta o IPM-M mais baixo (0,148).

**Gráfico 13 – IPM-M, Cuanza Norte**

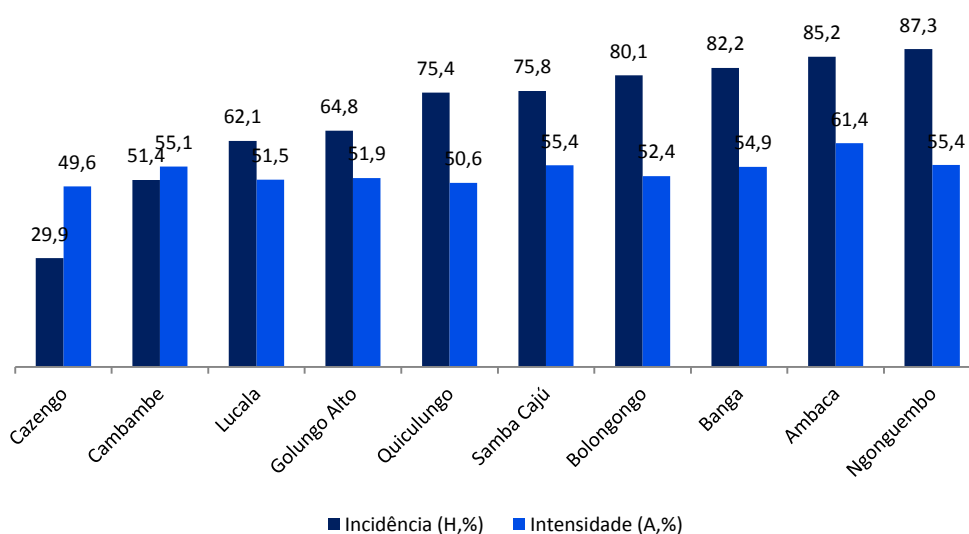


**Cartograma 20 – IPM-M, Cuanza Norte**

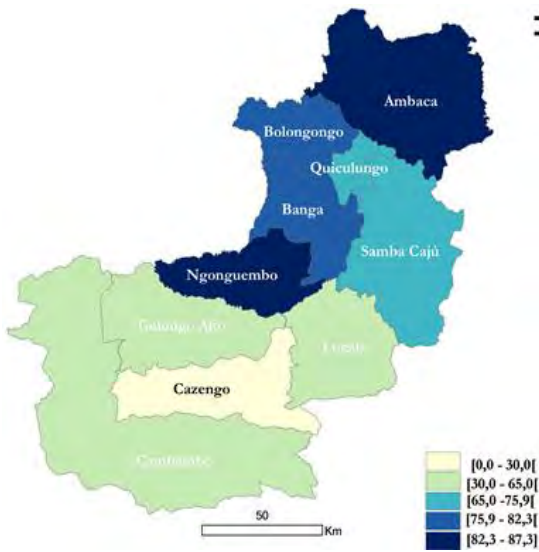


O gráfico 14 mostra que os municípios do Ngonguembo, Ambaca, Banga e Bolongongo apresentam uma Incidência de cerca de 80% e mais, o que significa que pelo menos 8 em cada 10 pessoas em cada um destes municípios são multidimensionalmente pobres. O município de Ambaca apresenta uma intensidade de 61%, a mais elevada da província. O município do Cazengo apresenta uma Incidência de 30% e mais, o que significa que 3 em cada 10 pessoas são multidimensionalmente pobres.

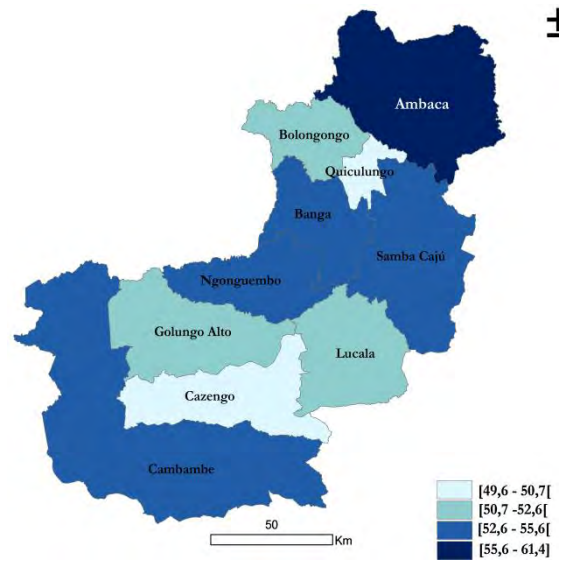
**Gráfico 14 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



Cartograma 21 - Incidência por município



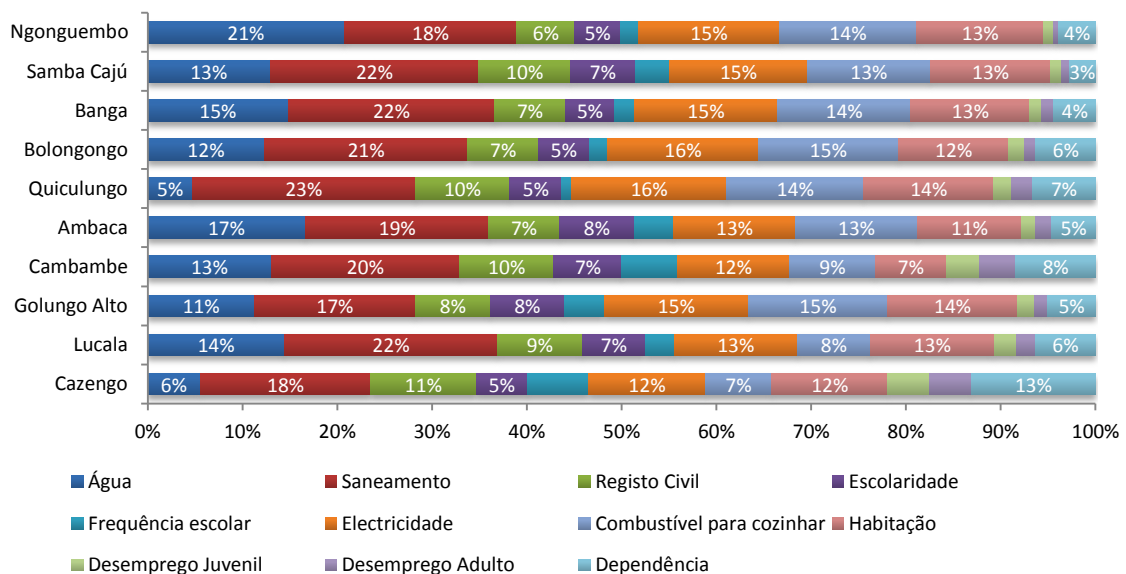
Cartograma 22 - Intensidade por município



O gráfico 15, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

Constata-se que nos municípios de Ambaca e Ngonguembo os indicadores sobre água, saneamento e electricidade da rede pública contribuem com 50% ou mais para a pobreza destes municípios. Enquanto que no município do Cazengo (com o IPM-M mais baixo) os indicadores que mais contribuem são saneamento, dependência, electricidade e habitação. De referir que água e saneamento têm um grande contributo de mais de 30% em quase todos os municípios, excepto Cazengo e Quiculungo.

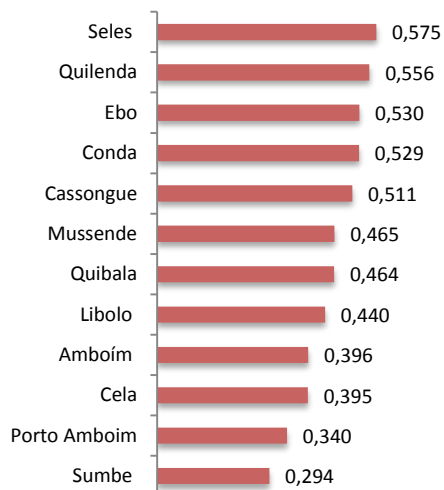
Gráfico 15 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M



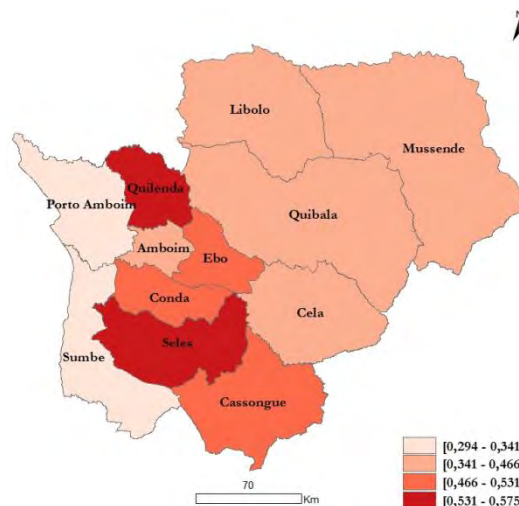


O gráfico 16 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é o Seles com 0,575. O município do Sumbe tem o IPM-M mais baixo (0,294).

**Gráfico 16 – IPM-M, Cuanza Sul**

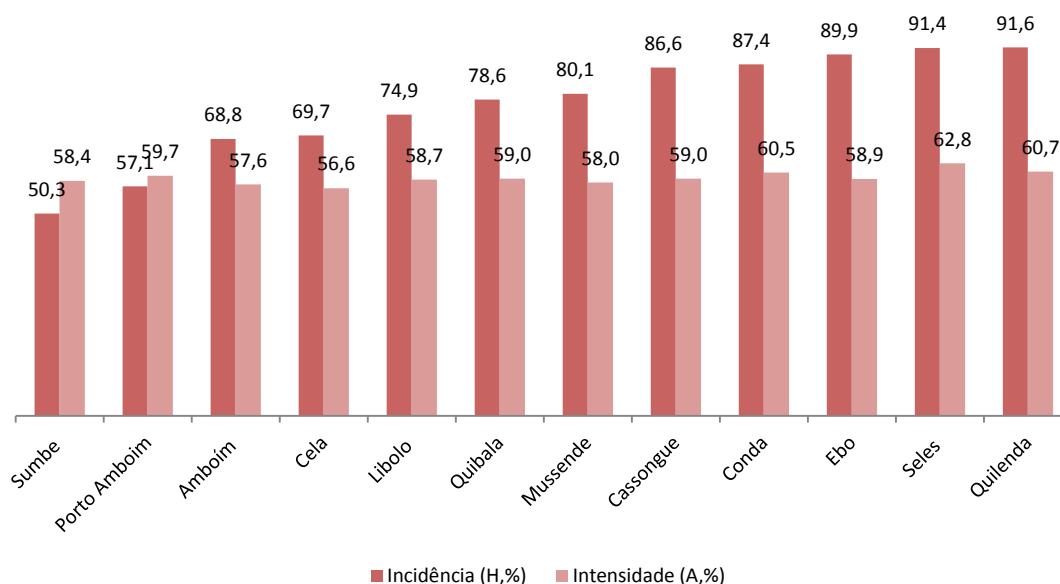


**Cartograma 23 – IPM-M, Cuanza Sul**

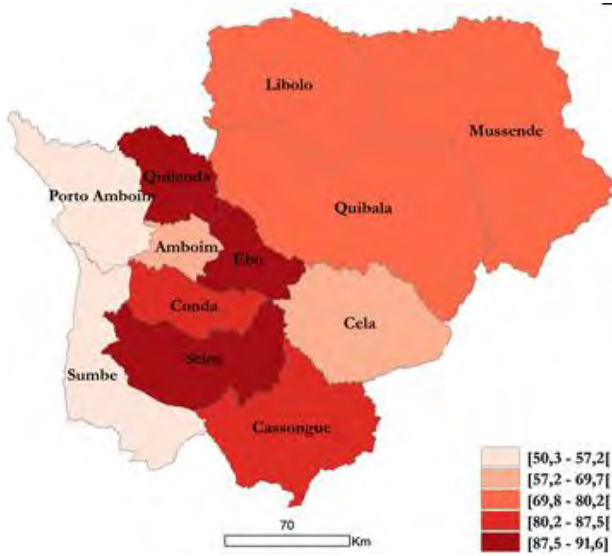


O gráfico 17 mostra que os municípios da Quilenda, Seles e Ebo apresentam uma Incidência de 90% e mais, o que significa que 9 em cada 10 pessoas em cada um destes municípios são multidimensionalmente pobres. Por outro lado, o município do Sumbe apresenta uma Incidência de 50%, o que significa que metade da população deste município é multidimensionalmente pobre.

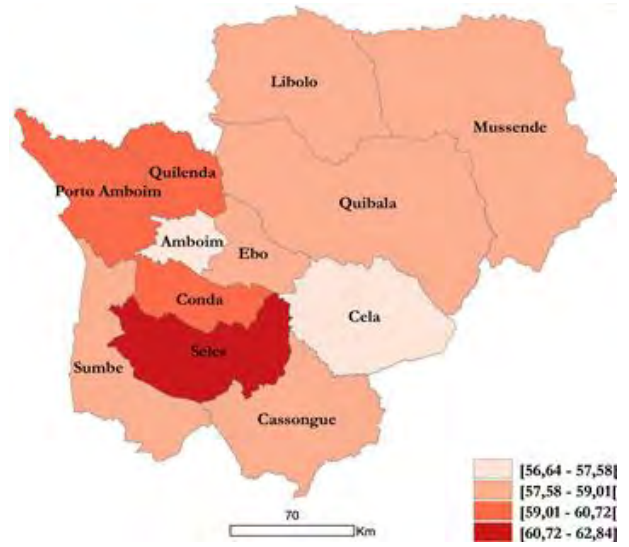
**Gráfico 17 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 24 - Incidência por município**



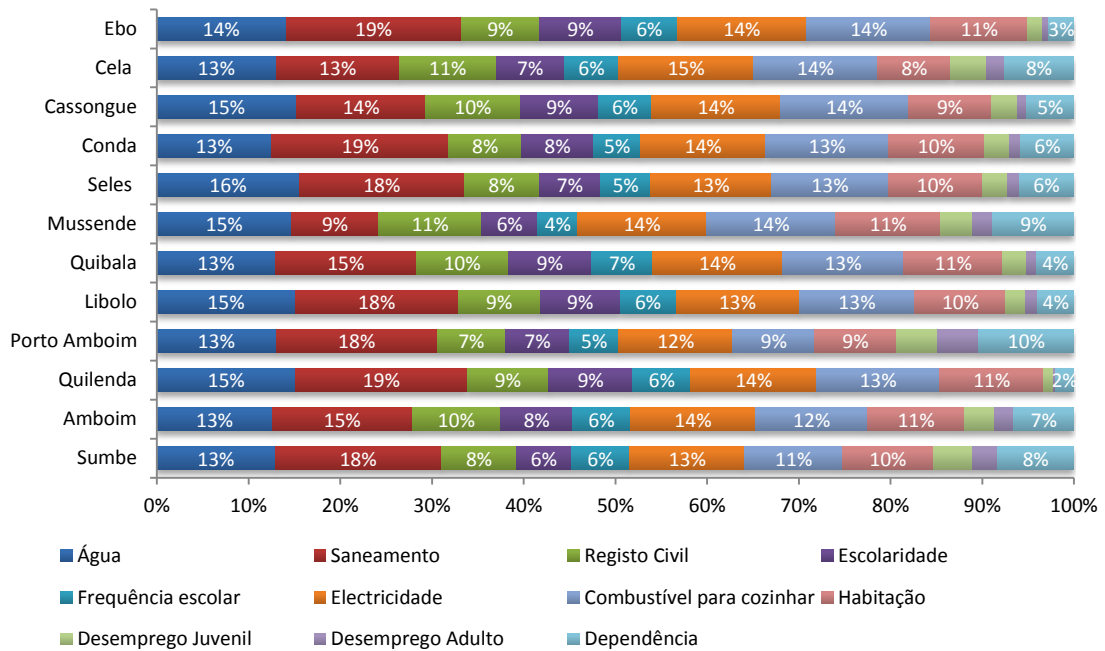
**Cartograma 25 - Intensidade por município**



O gráfico 18, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

O gráfico mostra também a que em todos os municípios os indicadores sobre água, saneamento e electricidade da rede pública contribuem com mais de 40% para a pobreza destes municípios.

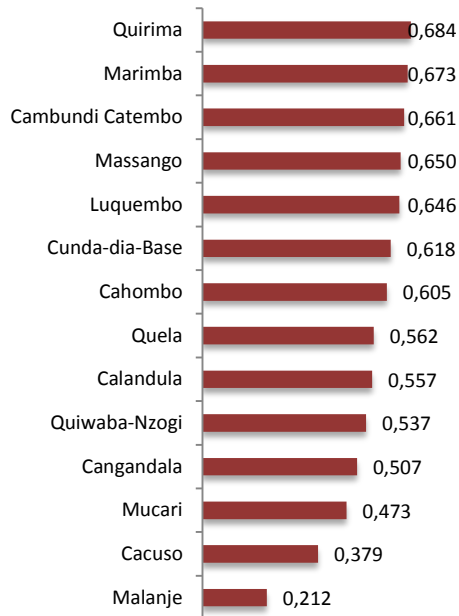
**Gráfico 18 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**



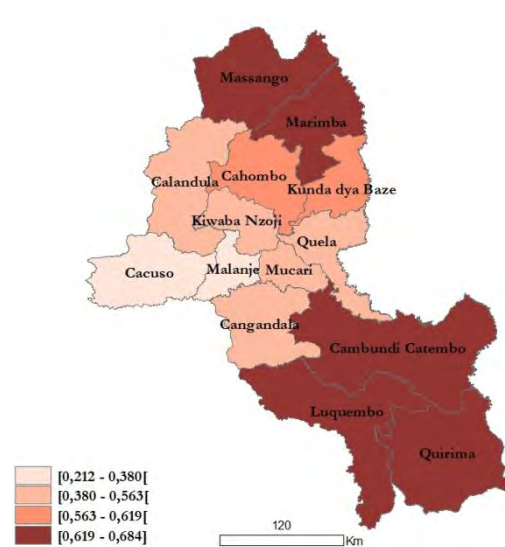


O gráfico 19 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é a Quirima com 0,684. O município de Malanje tem o IPM-M mais baixo (0,212).

**Gráfico 19 – IPM-M, Malanje**

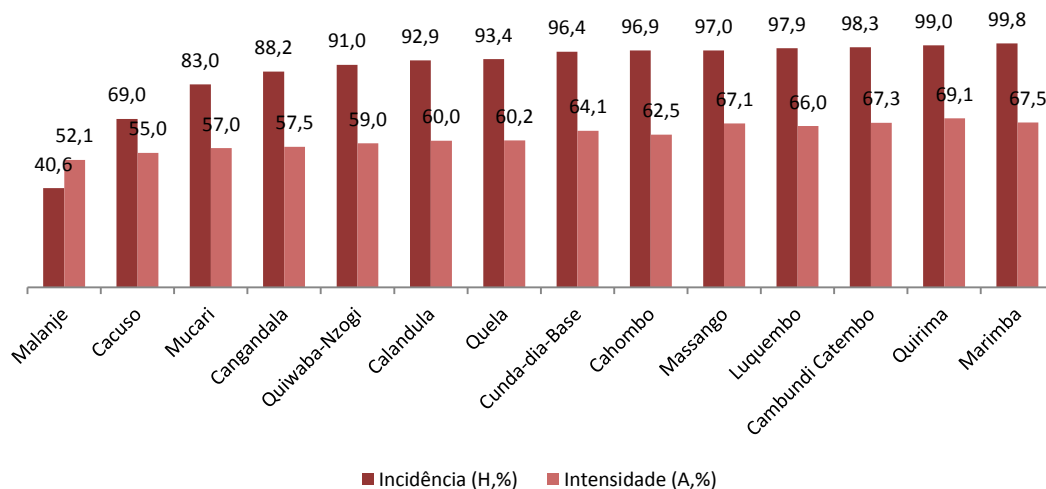


**Cartograma 26 – IPM-M, Malanje**

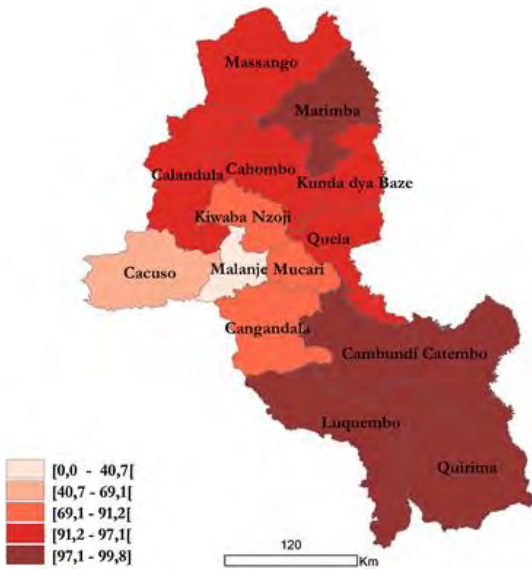


O gráfico 20 mostra que os municípios da Marimba, Quirima, Cambundi Catembo e Luquembo apresentam uma Incidência de 98% ou mais, o que significa que quase a totalidade das pessoas nestes quatro municípios são multidimensionalmente pobres. O município de Malanje apresenta uma Incidência de 41%, o que significa que 4 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres.

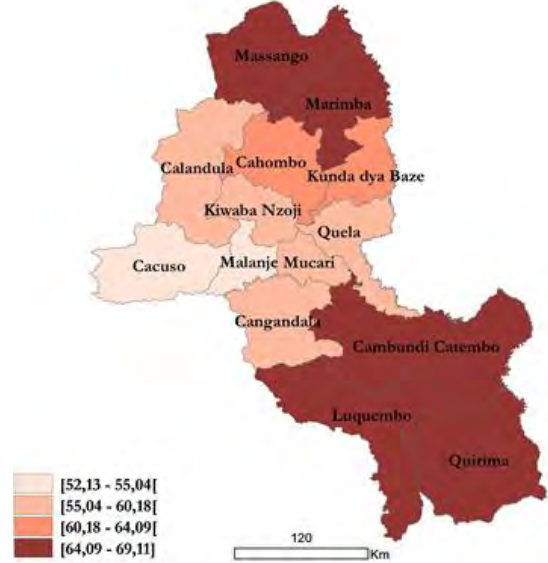
**Gráfico 20 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 27 - Incidência por município**



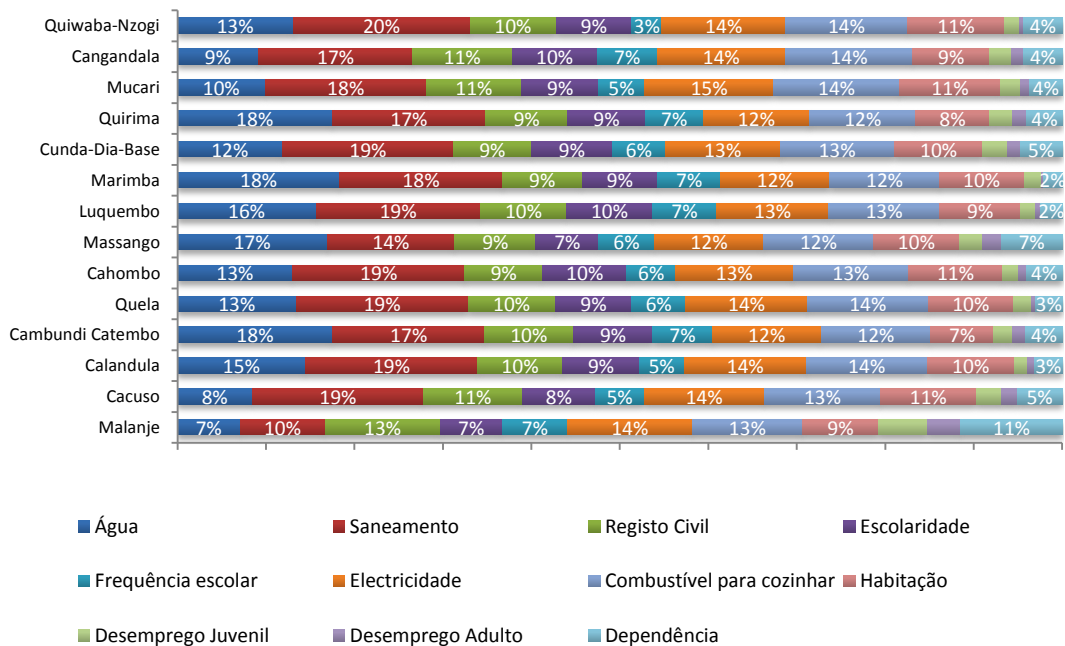
**Cartograma 28 - Intensidade por município**



O gráfico 21, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

Constata-se que em todos os municípios (excepto o município de Malanje) os indicadores sobre água, saneamento, electricidade da rede pública e combustível para cozinhar contribuem com mais de 40% para a pobreza destes municípios. Enquanto que no município de Malanje (com o IPM-M mais baixo) os indicadores que mais contribuem são electricidade da rede pública, registo civil e combustível para cozinhar.

**Gráfico 21 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**



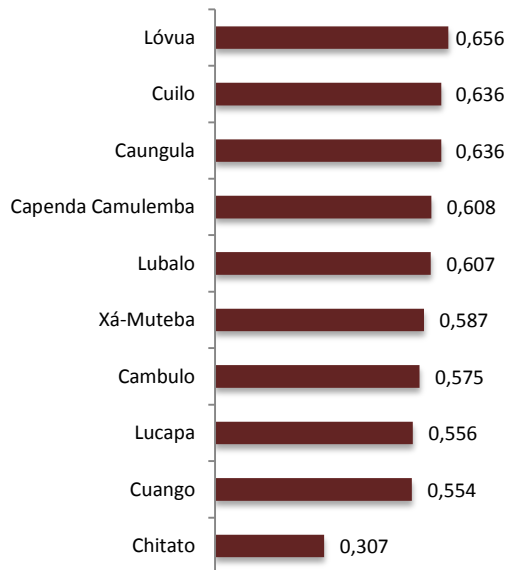


# LUNDA NORTE

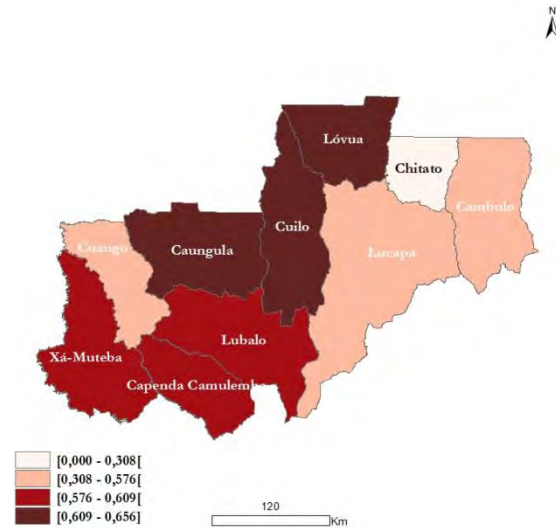


O gráfico 22 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é Lóvua com 0,656. O município do Chitato tem o IPM-M mais baixo (0,307).

**Gráfico 22 – IPM-M, Lunda Norte**

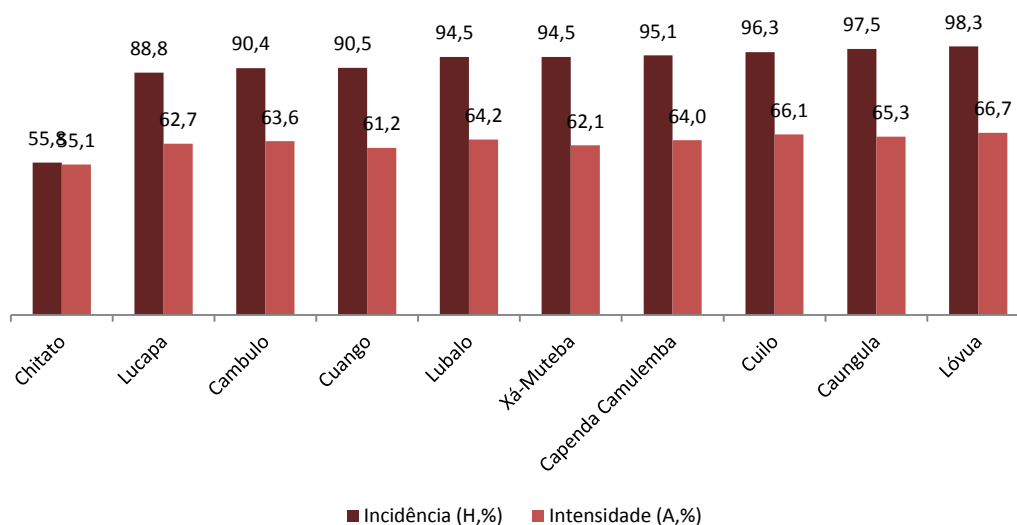


**Cartograma 29 – IPM-M, Lunda Norte**



O gráfico 23 mostra que os municípios da Lóvua, Caungula e Cuilo apresentam uma Incidência acima de 95%, o que significa que quase a totalidade das pessoas nestes três municípios são multidimensionalmente pobres. O município do Chitato apresenta uma Incidência de 56%, o que significa que 5 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres.

**Gráfico 23 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 30 - Incidência por município**



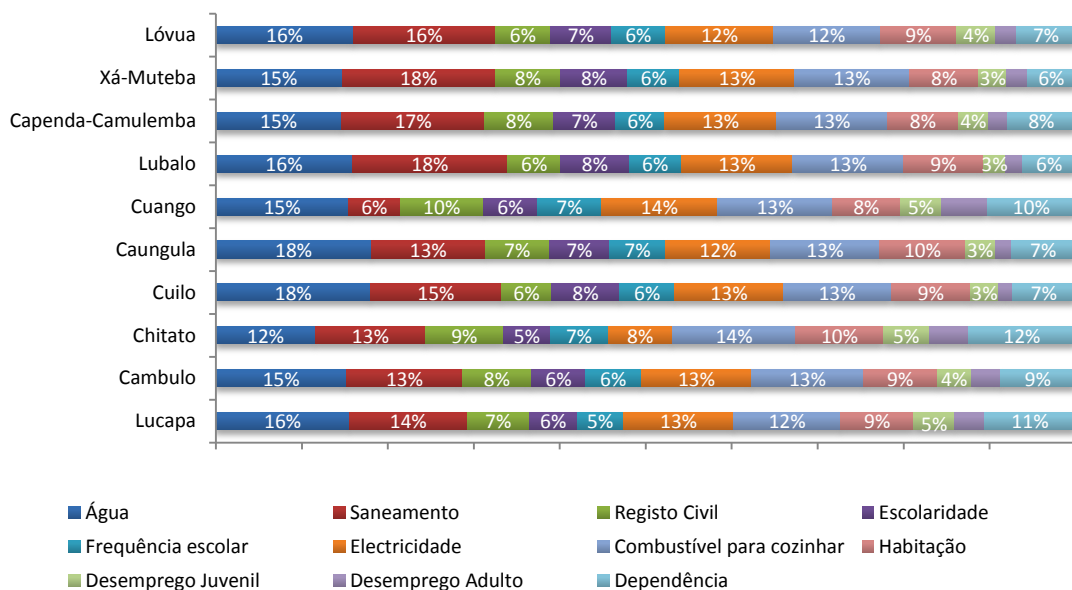
**Cartograma 31 - Intensidade por município**



O gráfico 24, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

O gráfico mostra que em todos os municípios (excepto o município do Chitato) os indicadores sobre água, saneamento e electricidade da rede pública contribuem com mais de 35% para a pobreza destes municípios. Enquanto que no município do Chitato (com o IPM-M mais baixo) os indicadores que mais contribuem são o combustível para cozinhar, o saneamento e a dependência (existência de um maior número de pessoas dependentes no agregado familiar).

**Gráfico 24 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**

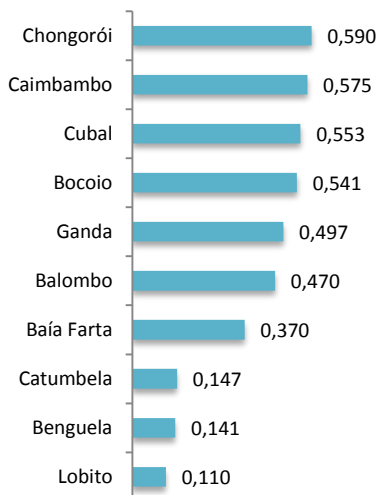




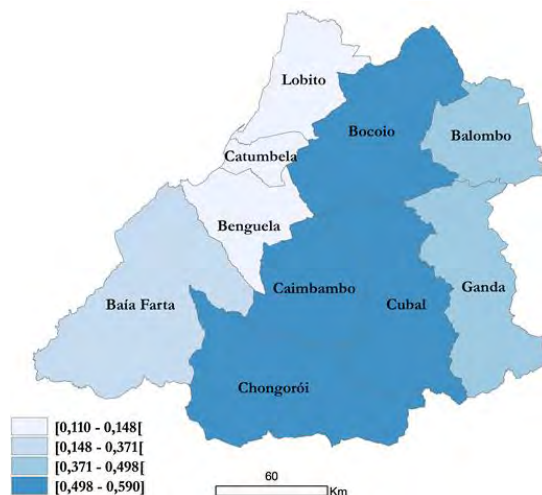


O gráfico 25 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é o Chongorói com 0,590. O município do Lobito tem o IPM-M mais baixo (0,110).

**Gráfico 25 – IPM-M, Benguela**

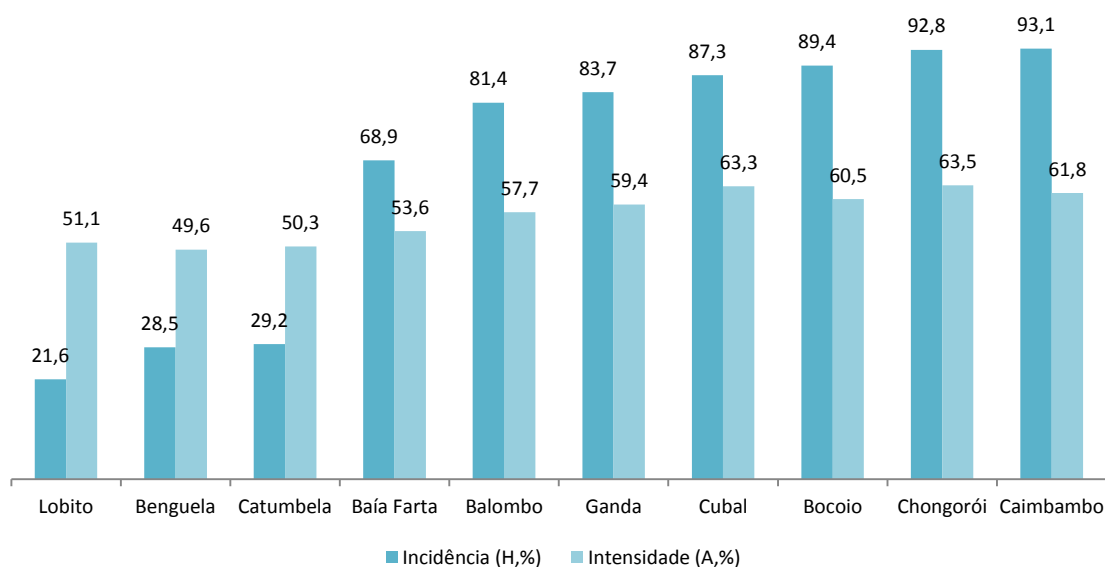


**Cartograma 32 – IPM-M, Benguela**

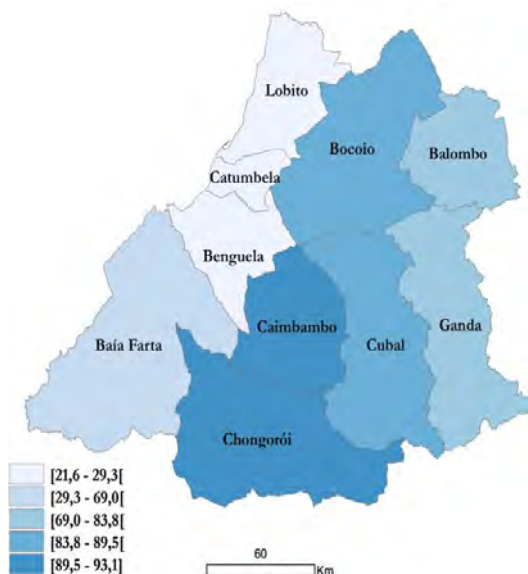


O gráfico 26 mostra que os municípios do Caimbambo e Chongóroi apresentam uma Incidência de 93%, o que significa que 9 em cada 10 pessoas nestes dois municípios são multidimensionalmente pobres. O município do Lobito apresenta uma Incidência de 22%, o que significa que quase 2 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres.

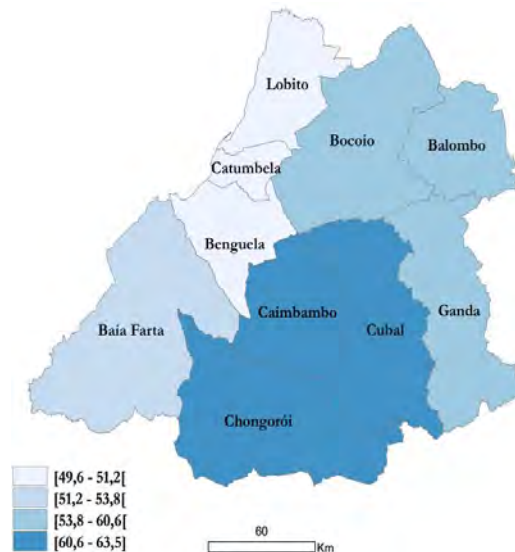
**Gráfico 26 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 33 – Incidência por município**



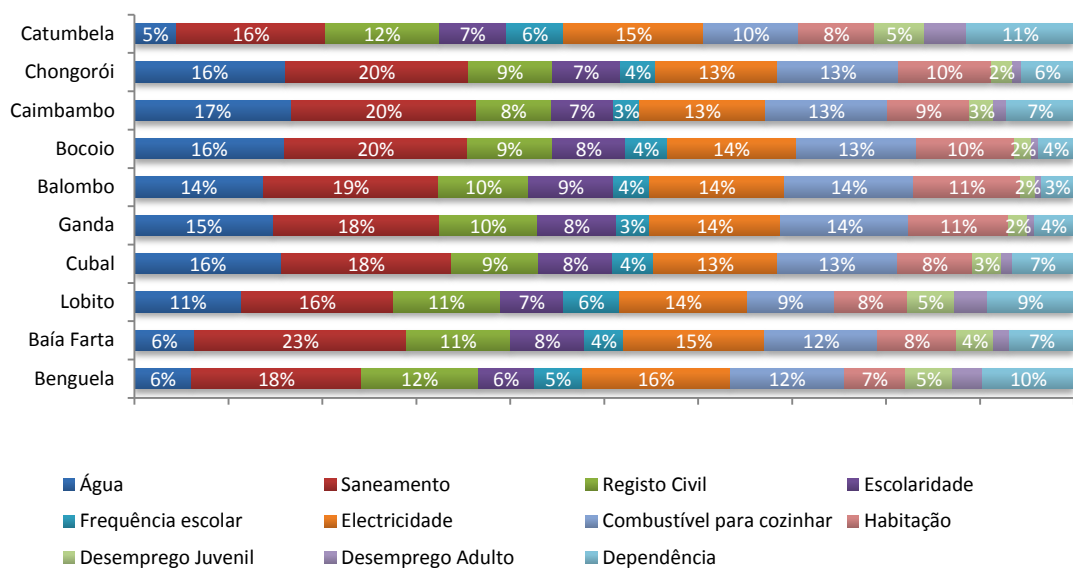
**Cartograma 34 – Intensidade por município**



O gráfico 27, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

Constata-se que em todos os municípios os indicadores sobre saneamento possui a maior percentagem, contudo a água e a electricidade da rede pública em conjunto também contribuem com mais de 30% para a pobreza em todos municípios.

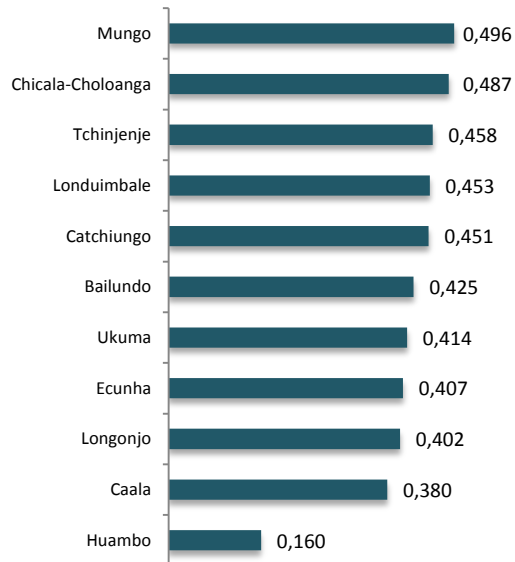
**Gráfico 27 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**



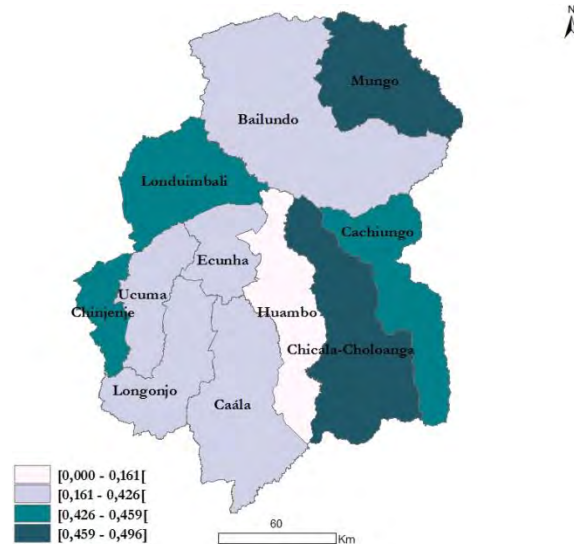


O gráfico 28 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é o Mungo com 0,684. O município do Huambo tem o IPM-M mais baixo (0,160).

**Gráfico 28 – IPM-M, Huambo**

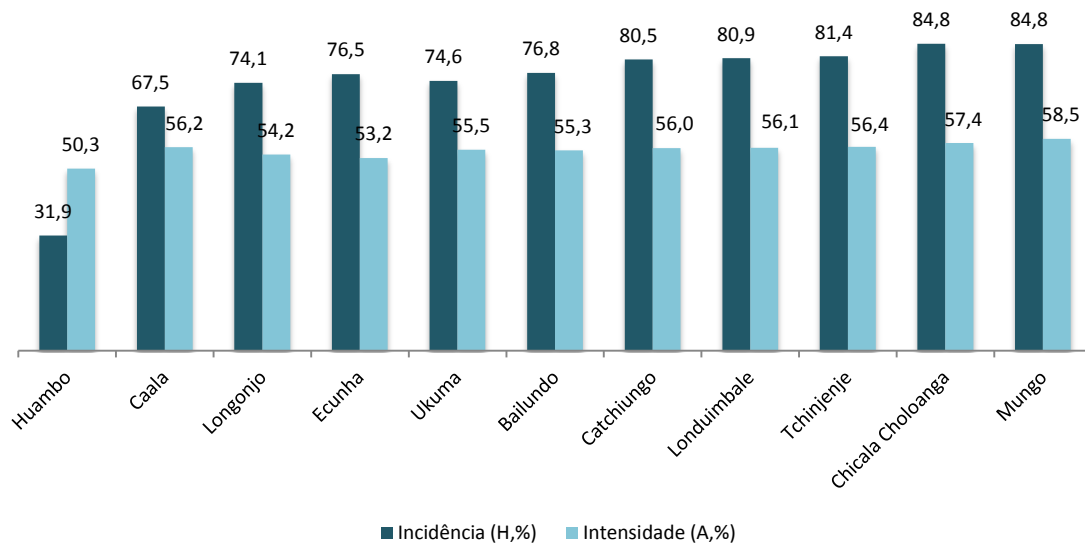


**Cartograma 35 – IPM-M, Huambo**

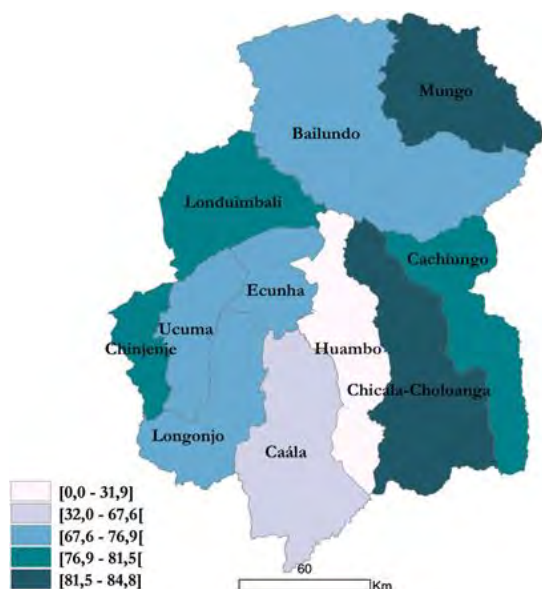


O gráfico 29 mostra que os municípios do Mungo, Chicala Choloanga, Catchiungo, Londumbale e Tchinjenje apresentam uma Incidência de 81% ou mais, o que significa que cerca de 8 em cada 10 pessoas nestes cinco municípios são multidimensionalmente pobres. O município do Huambo apresenta uma Incidência de 32%, o que significa que 3 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres.

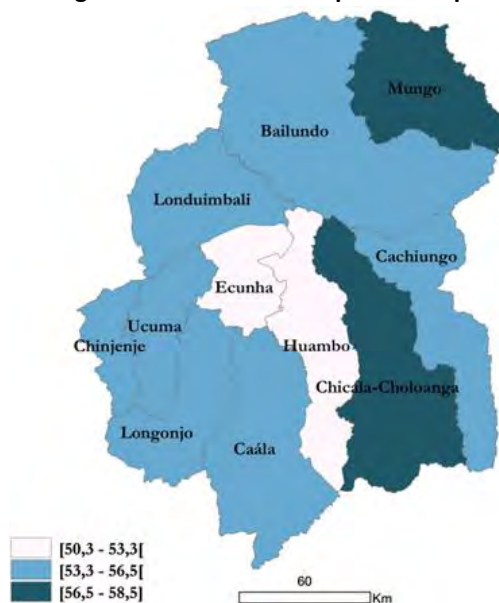
**Gráfico 29 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 36 - Incidência por município**



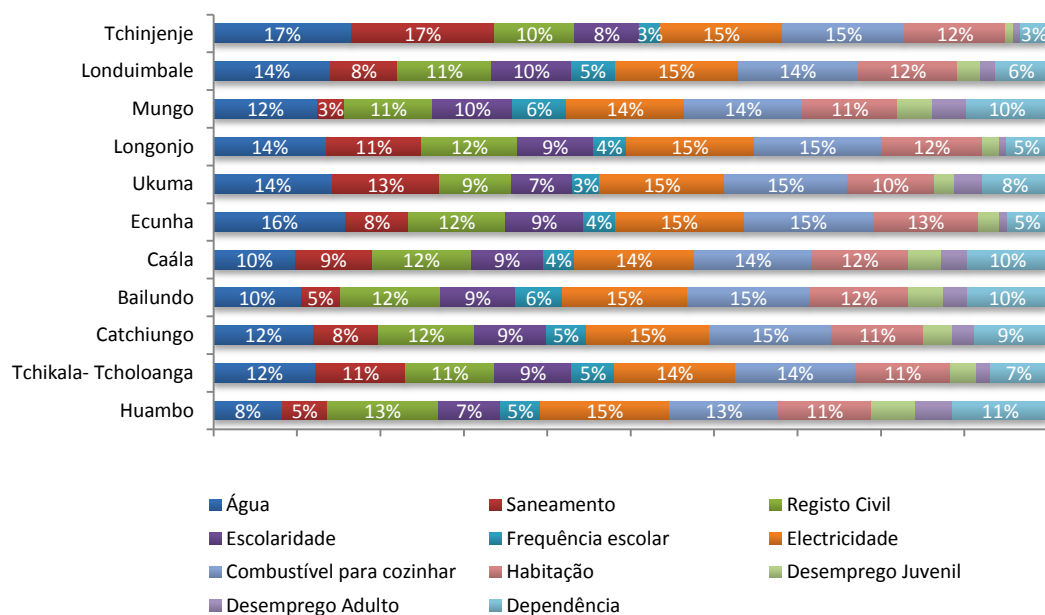
**Cartograma 37 - Intensidade por município**



O gráfico 30, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

Constata-se que em todos os municípios (excepto o município do Huambo) os indicadores sobre água, electricidade da rede pública e combustível para cozinhar contribuem com mais de 38% para a pobreza destes municípios. Enquanto que no município do Huambo (com o IPM-M mais baixo) os indicadores que mais contribuem são electricidade da rede pública, combustível para cozinhar e dependência.

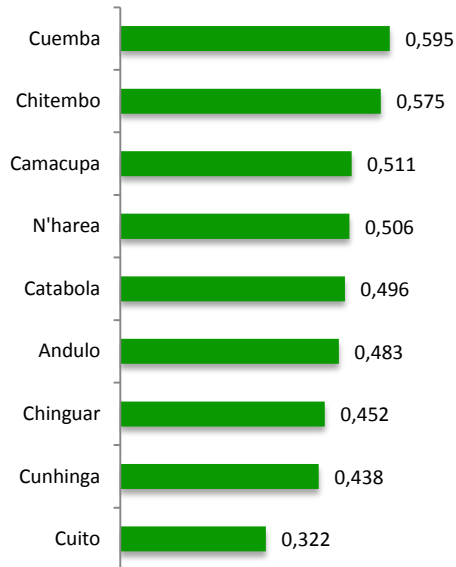
**Gráfico 30 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM**



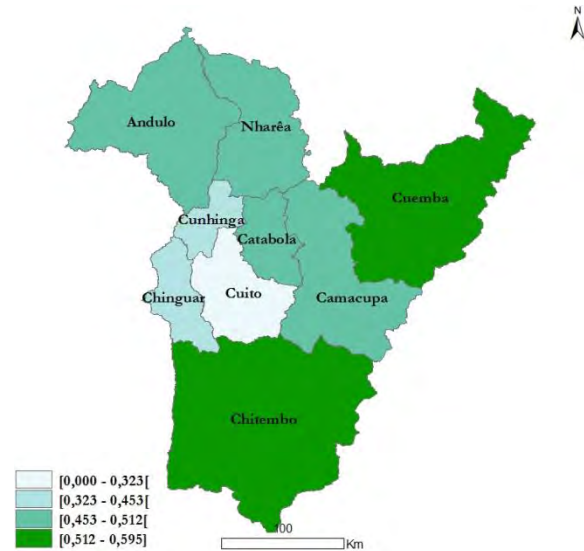


O gráfico 31 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é o Cuemba com 0,595. O município do Cuito tem o IPM-M mais baixo (0,322).

**Gráfico 31 – IPM-M, Bié**

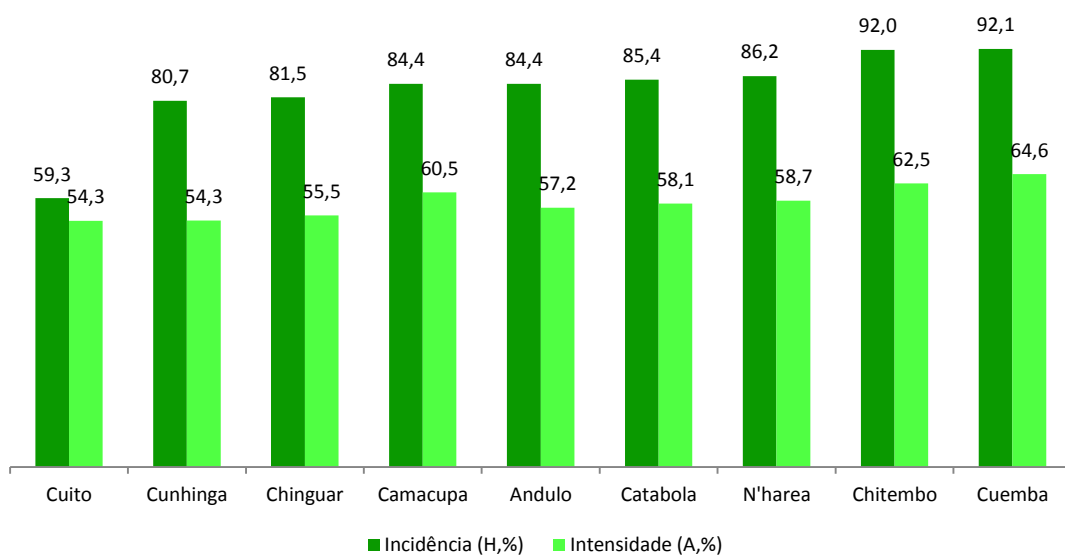


**Cartograma 38 – IPM-M, Bié**



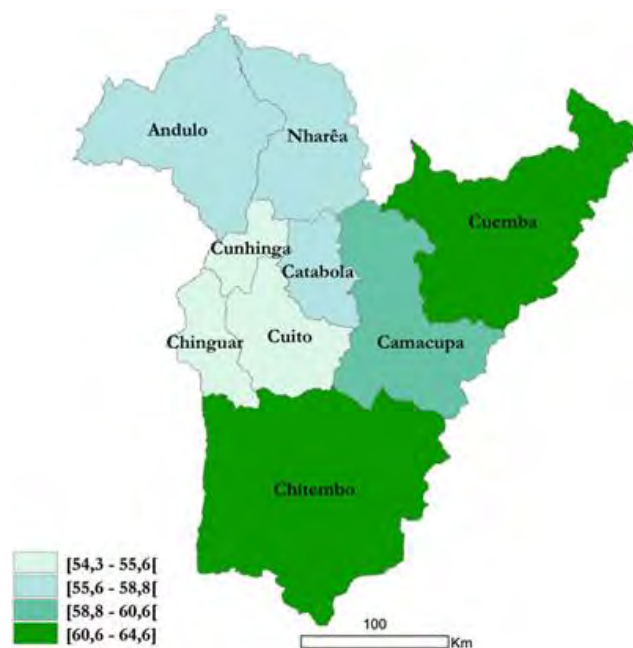
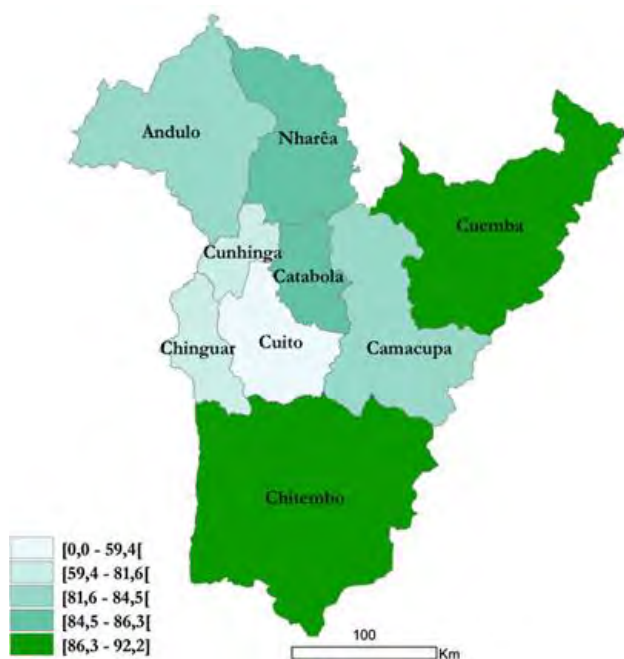
O gráfico 32 mostra que os municípios do Cuemba e do Chitembo apresentam uma Incidência de 92%, o que significa que 9 em cada 10 pessoas em cada um destes dois municípios são multidimensionalmente pobres. O município do Cuito apresenta uma Incidência de 59%, o que significa que quase 6 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres.

**Gráfico 32 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



Cartograma 39 - Incidência por município

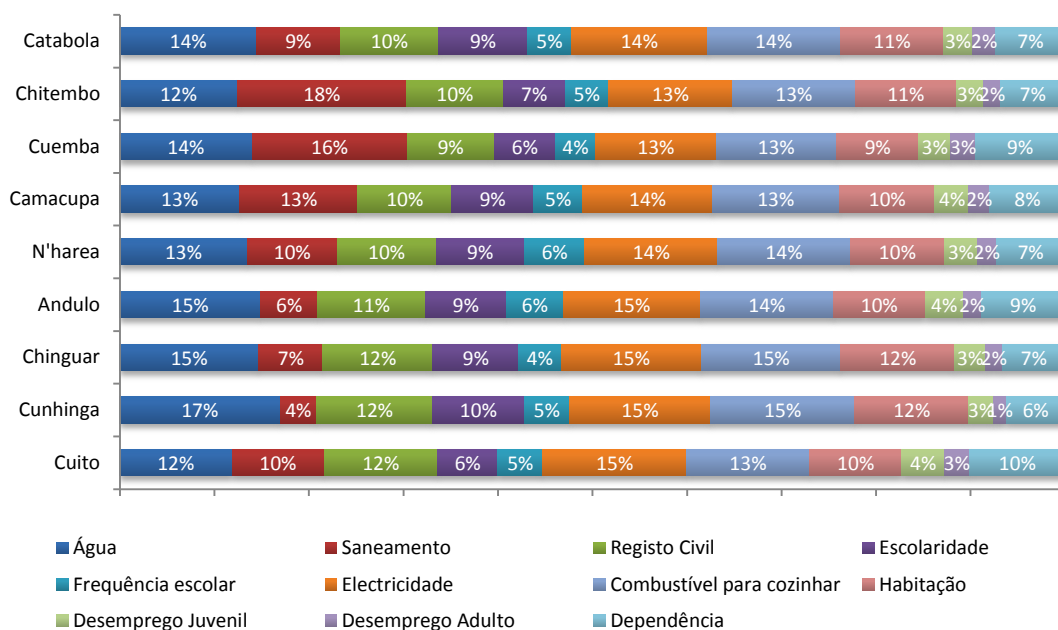
Cartograma 40 – Intensidade por município



O gráfico 33, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

O gráfico mostra que em todos os municípios os indicadores sobre água, saneamento, electricidade da rede pública, combustível para cozinhar e registo civil contribuem com mais de 50% para a pobreza destes municípios.

Gráfico 33 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M

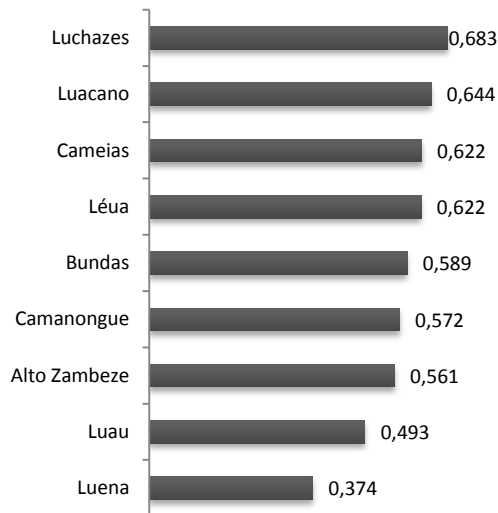






O gráfico 34 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é o Luchazes com 0,683. O município do Luena tem o IPM-M mais baixo (0,374).

**Gráfico 34 – IPM-M, Moxico**

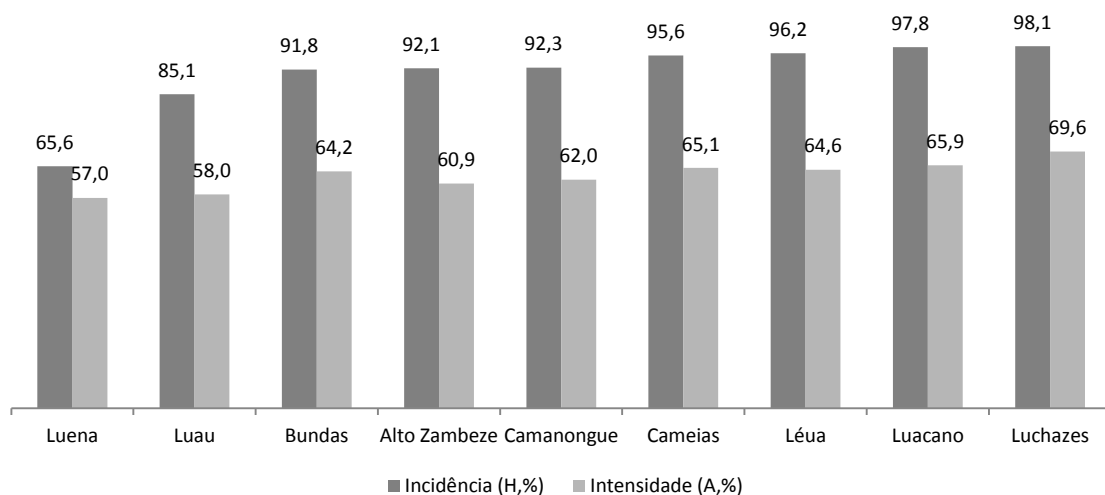


**Cartograma 41 – IPM-M, Moxico**

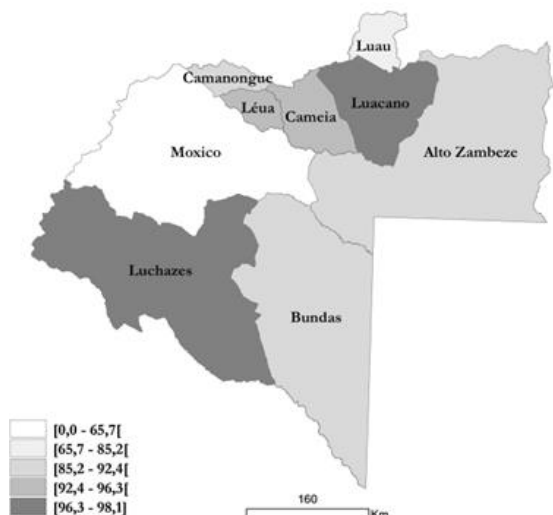


O gráfico 35 mostra que os municípios do Luchazes, Luacano, Léua e Cameias, apresentam uma Incidência de mais de 95%, o que significa que quase a totalidade das pessoas nestes quatro municípios são multidimensionalmente pobres. O município do Luena apresenta uma Incidência de 66%, o que significa que 6 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres.

**Gráfico 35 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 42 - Incidência por município**



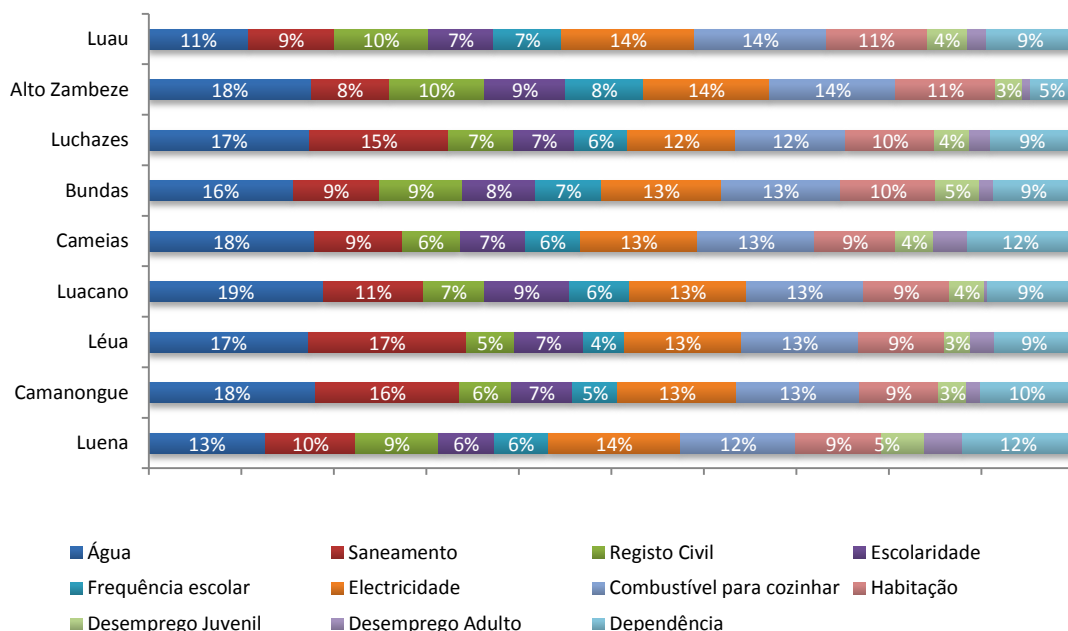
**Cartograma 43 - Intensidade por município**



O gráfico 36, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

Constata-se que em todos os municípios os indicadores sobre água, saneamento, electricidade da rede pública e combustível para cozinhar contribuem com mais de 45% para a pobreza destes municípios.

**Gráfico 36 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**

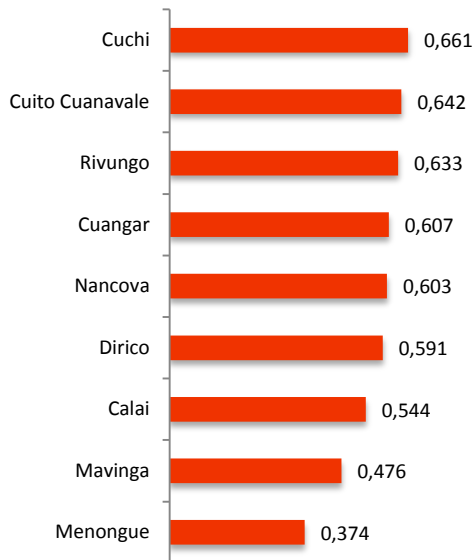




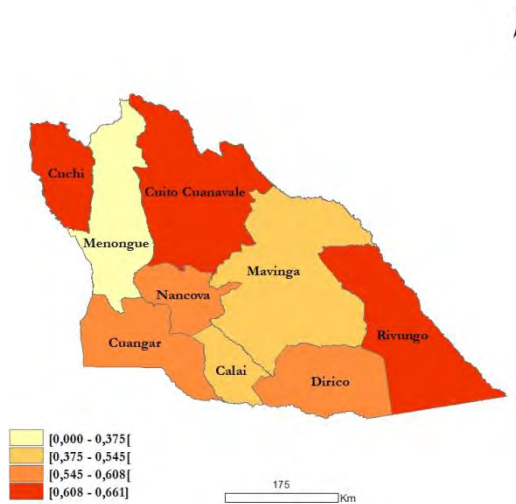


O gráfico 37 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é o Cuchi com 0,661. O município do Menongue tem o IPM-M mais baixo (0,374).

**Gráfico 37 – IPM-M, Cuando Cubango**

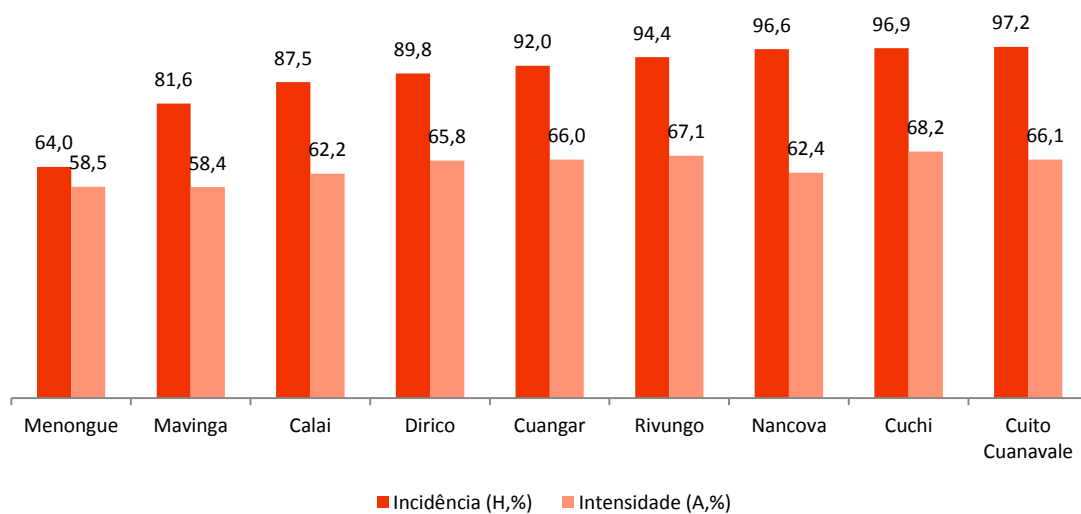


**Cartograma 44 – IPM-M, Cuando Cubango**

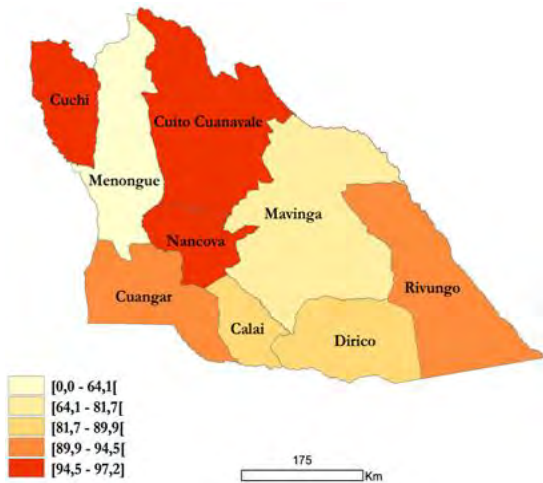


O gráfico 38 mostra que os municípios do Cuchi, Cuito Cuanavale e Nancova apresentam uma Incidência de 97%, o que significa que quase a totalidade das pessoas nestes três municípios são multidimensionalmente pobres. O município do Menongue apresenta uma Incidência de 64%, o que significa que 6 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres.

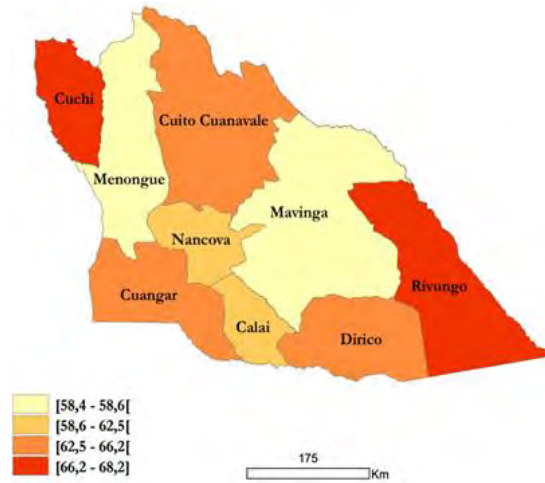
**Gráfico 38 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 45 - Incidência por município**



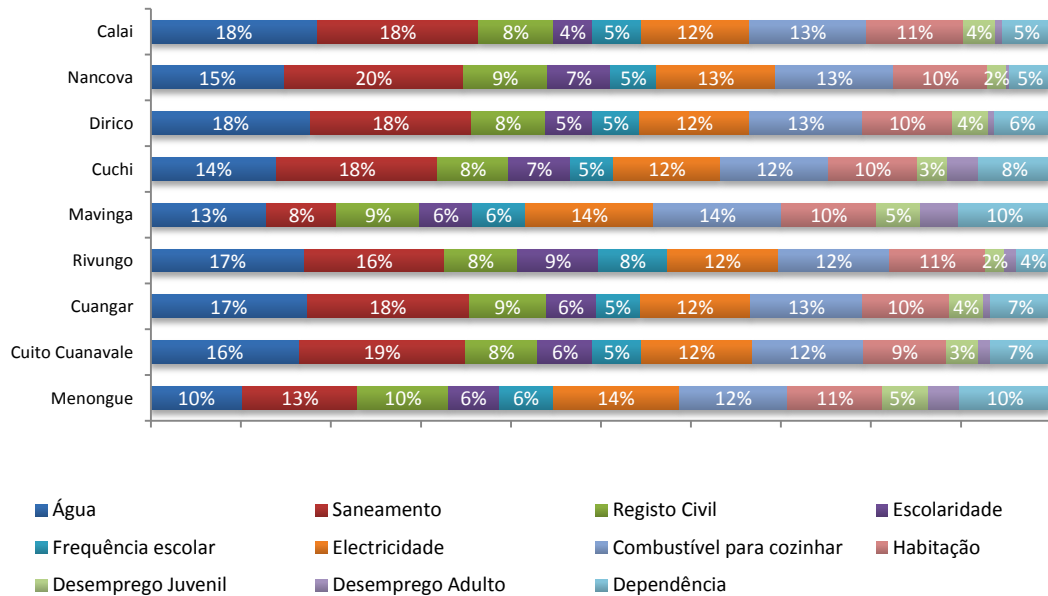
**Cartograma 46 – Intensidade por município**



O gráfico 39, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

O gráfico mostra que em todos os municípios (excepto Menongue e Mavinga) os indicadores sobre água e saneamento contribuem com mais de 35% para a pobreza destes municípios. Enquanto que no município de Menongue (com o IPM-M mais baixo) os indicadores que mais contribuem são electricidade da rede pública, saneamento e combustível para cozinhar.

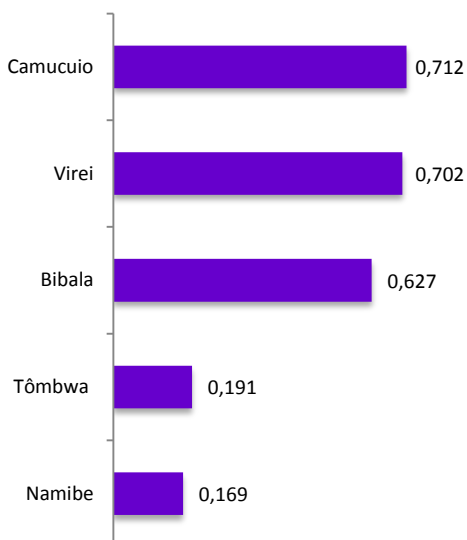
**Gráfico 39 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**



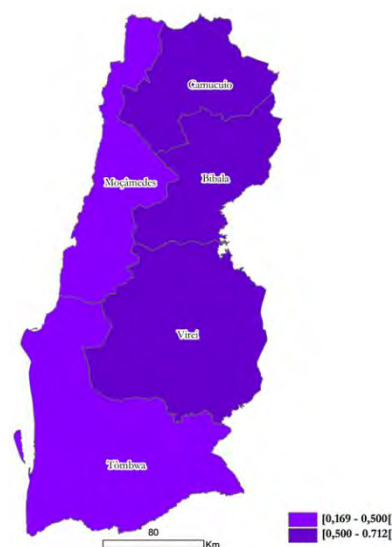


O gráfico 40 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é o Camucuiu com 0,712. O município do Namibe tem o IPM-M mais baixo (0,169).

**Gráfico 40 – IPM-M, Namibe**

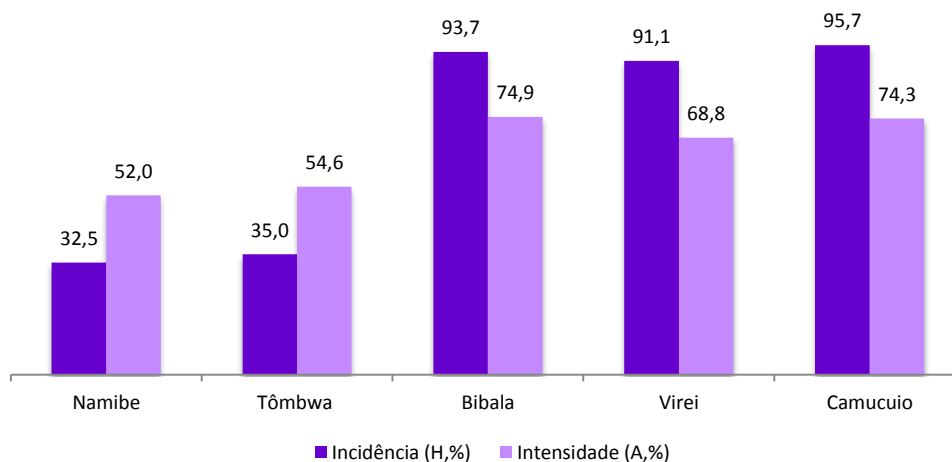


**Cartograma 47 – IPM-M, Namibe**

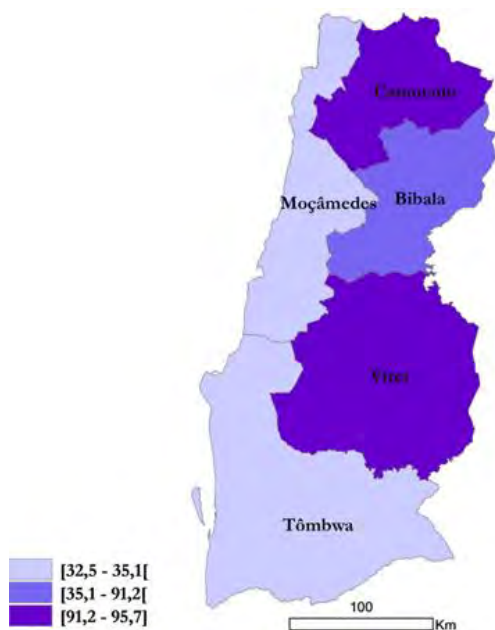


O gráfico 41 mostra que os municípios do Camucuiu, Bibala e Virei apresentam uma Incidência de mais de 90%, o que significa que pelo menos 9 em cada 10 pessoas nestes três municípios são multidimensionalmente pobres. O município do Namibe apresenta uma Incidência de 33%, o que significa que 3 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres.

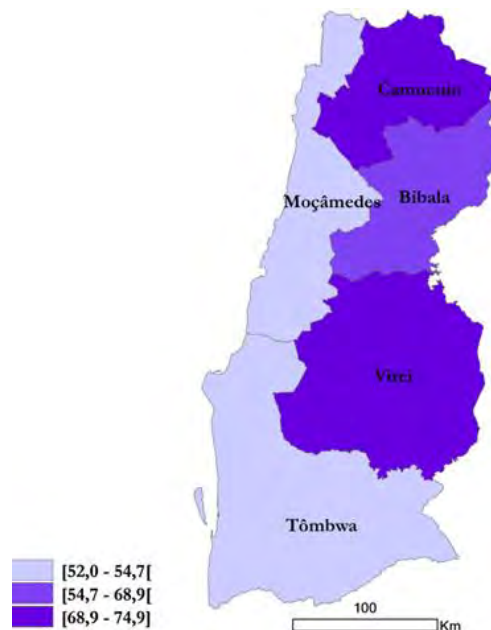
**Gráfico 41 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 48 – Incidência por município**



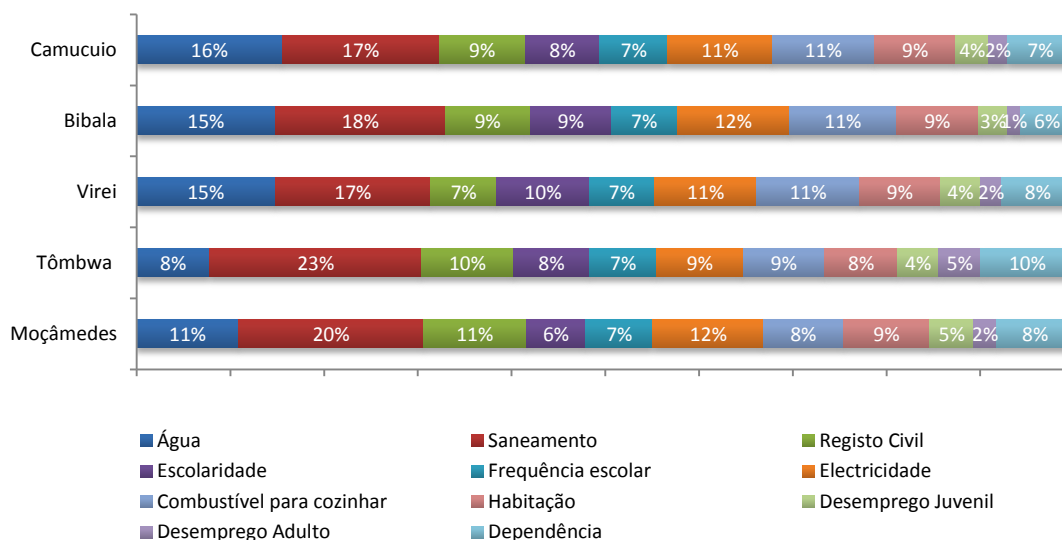
**Cartograma 49 – Intensidade por município**



O gráfico 42, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

Constata-se que em todos os municípios os indicadores sobre saneamento, água, electricidade da rede pública e combustível para cozinhar contribuem com mais de 40% para a pobreza destes municípios.

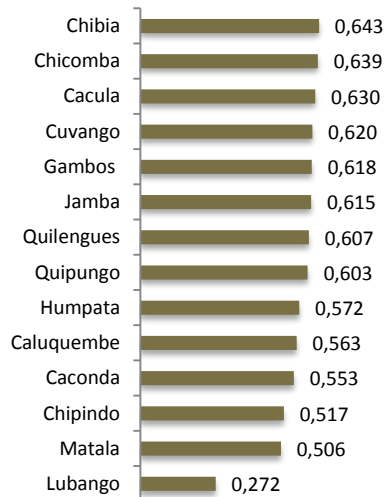
**Gráfico 42 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**





O gráfico 43 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é a Chibia com 0,643. O município do Lubango tem o IPM-M mais baixo (0,272).

**Gráfico 43 – IPM-M, Huíla**

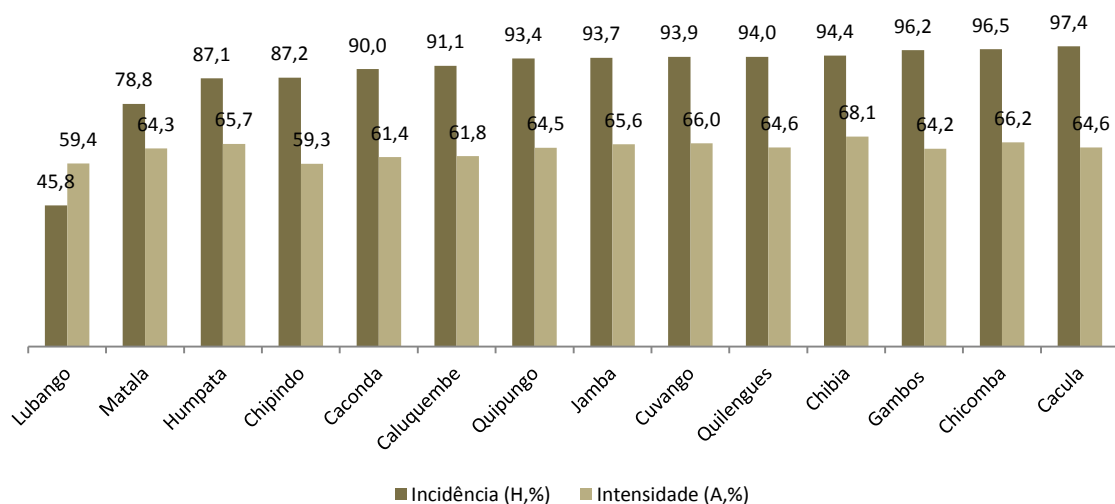


**Cartograma 50 – IPM-M, Huíla**

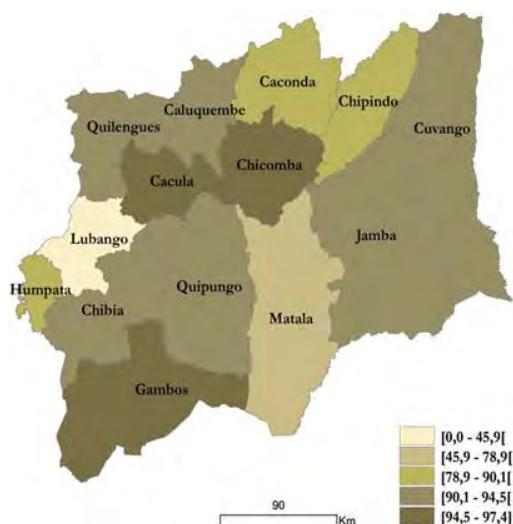


O gráfico 44 mostra que os municípios da Chicomba, Cacula e Gambos apresentam uma Incidência de 96% ou mais, o que significa que quase a totalidade das pessoas nestes três municípios são multidimensionalmente pobres. O município da Chibia uma Intensidade de 68%, a mais elevada dentre todos municípios da província, o que significa que os pobres neste município sofrem em média 68% de privações dos indicadores seleccionados.

**Gráfico 44 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 51 – Incidência por município**



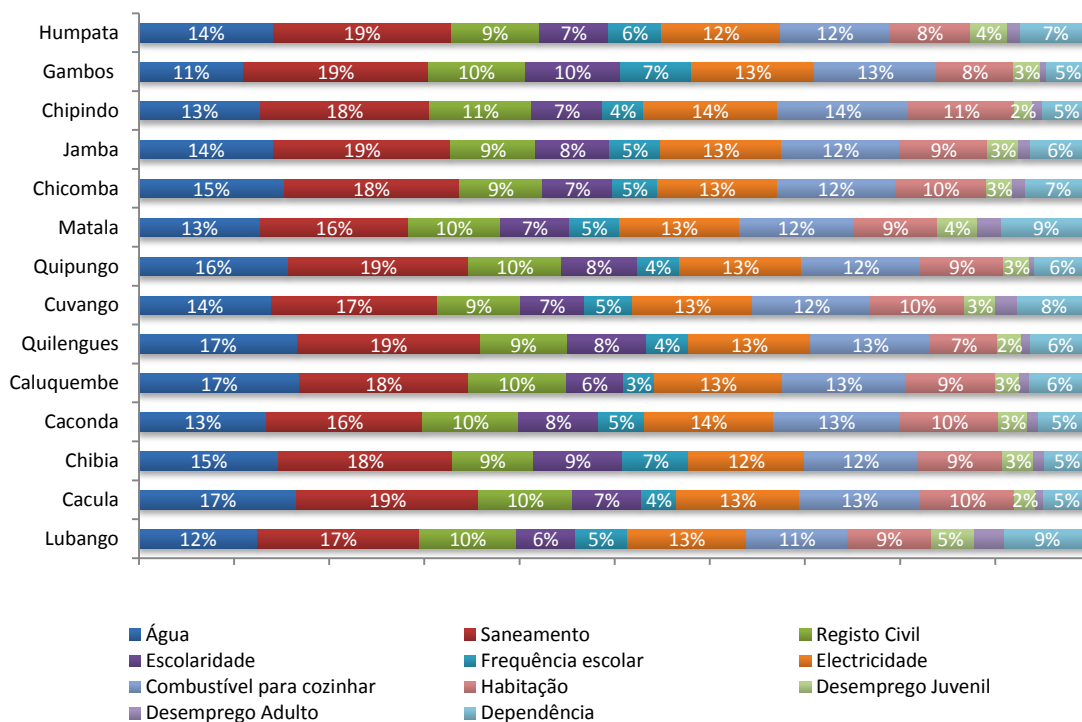
**Cartograma 52 – Intensidade por município**



O gráfico 45, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

O gráfico mostra que em todos os municípios os indicadores sobre água, saneamento e electricidade da rede pública contribuem com mais de 40% para a pobreza destes municípios.

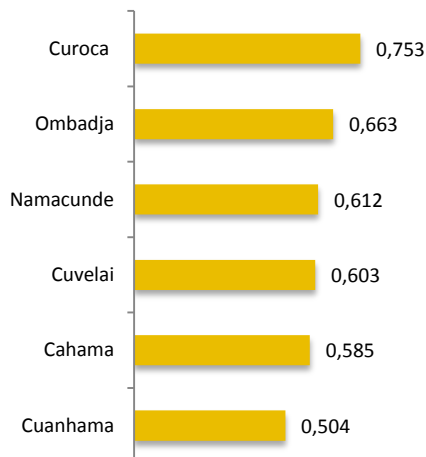
**Gráfico 45 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**



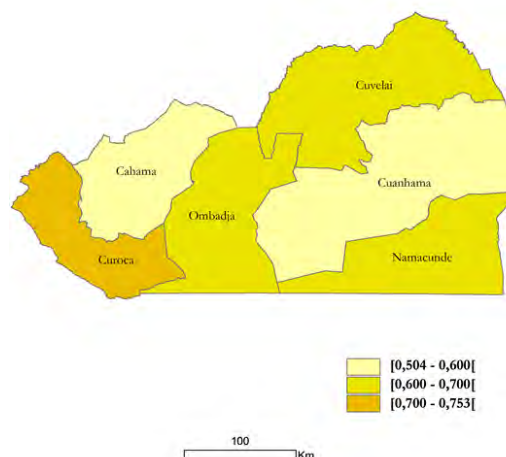


O gráfico 46 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é o Curoca com 0,753, que possui o IPM-M mais alto entre os 164 municípios do país. O município de Cuanhama tem o IPM mais baixo da província do Cunene (0,504).

**Gráfico 46 – IPM-M, Cunene**

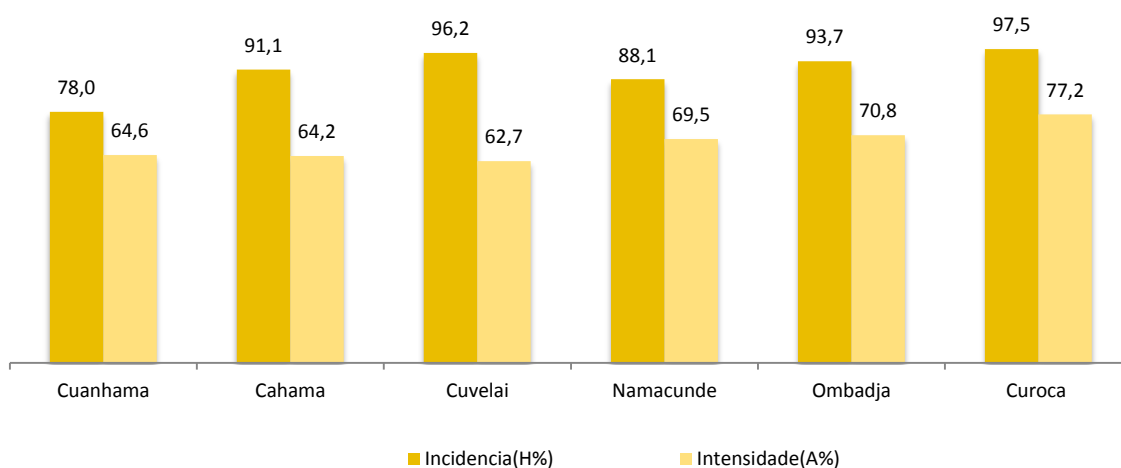


**Cartograma 53 – IPM-M, Cunene**



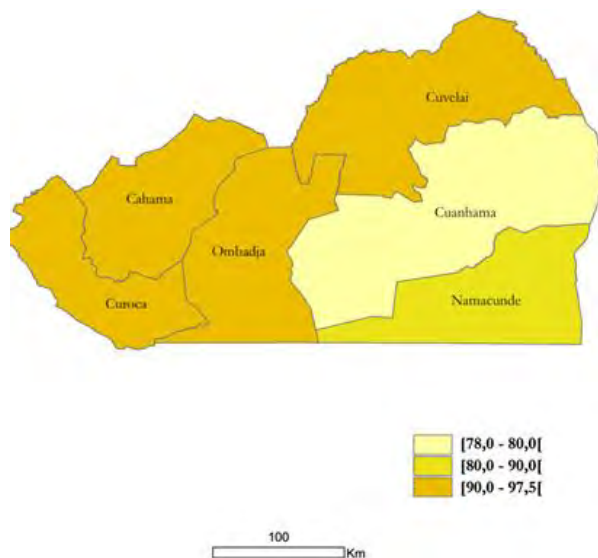
O gráfico 47 mostra que os municípios do Curoca, Cuvelai e Ombanja apresentam uma Incidência de 94% ou mais, o que significa que quase a totalidade das pessoas nestes três municípios são multidimensionalmente pobres. O município do Cuanhama apresenta uma Incidência de 78%, o que significa que quase 8 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres.

**Gráfico 47 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**

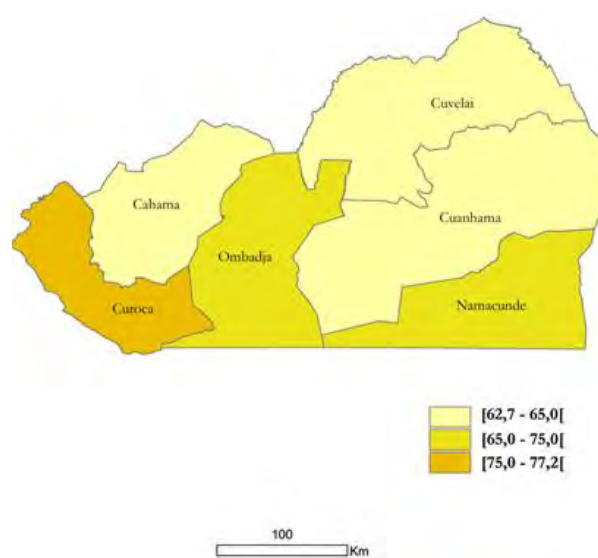




**Cartograma 54 - Incidência por município**



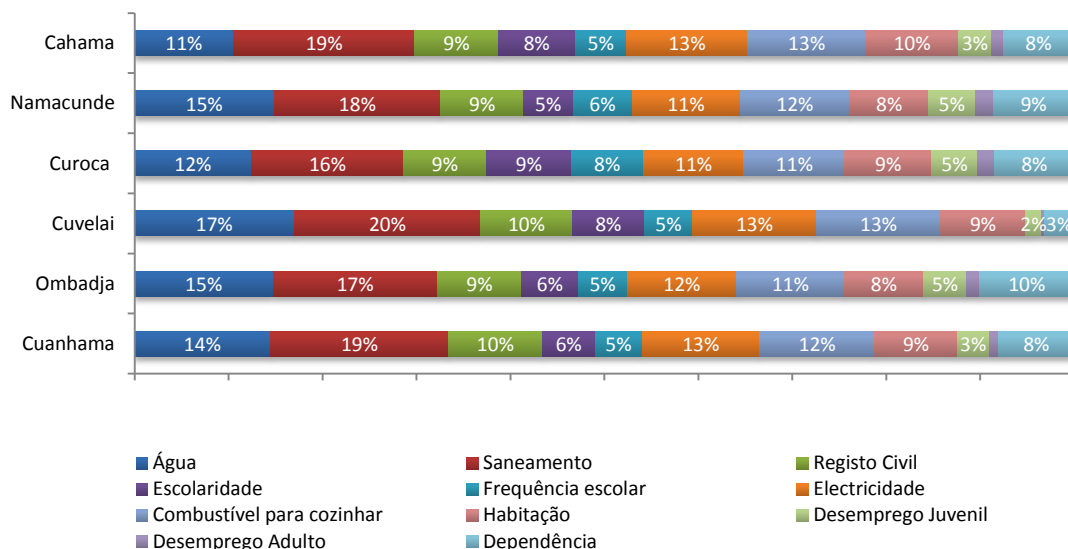
**Cartograma 55 - Intensidade por município**



O gráfico 48, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

O gráfico mostra que em todos os municípios os indicadores sobre água, saneamento e electricidade da rede pública contribuem com mais de 40% para a pobreza destes municípios.

**Gráfico 48 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**

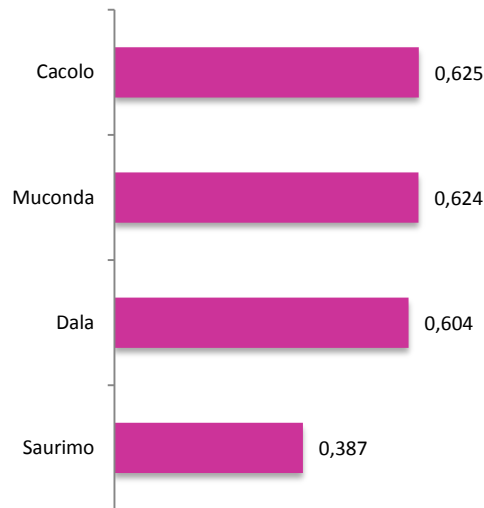






O gráfico 49 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é o Cacolo com 0,625. O município do Saurimo tem o IPM-M mais baixo (0,387).

**Gráfico 49 – IPM-M, Lunda Sul**

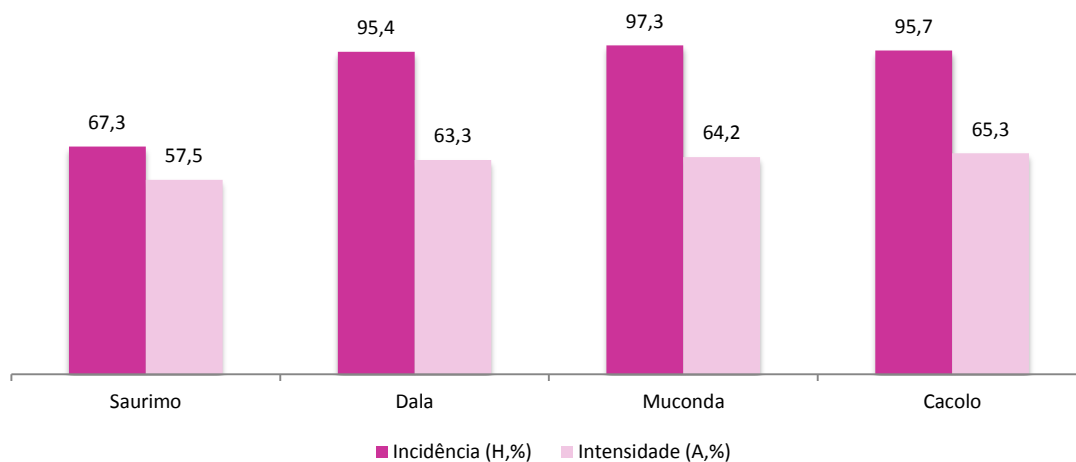


**Cartograma 56 – IPM-M, Lunda Sul**

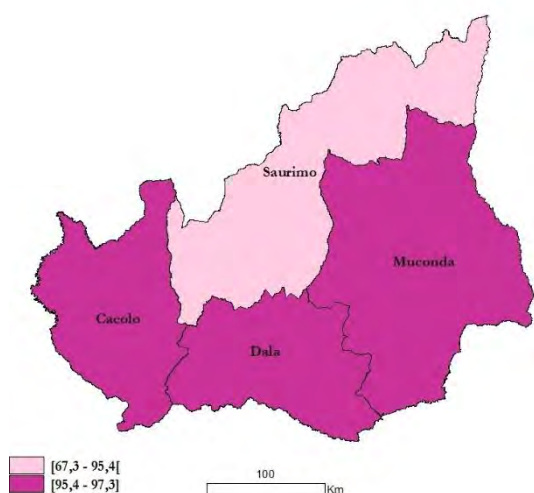


O gráfico 50 mostra que os municípios da Muconda, Cacolo e Dala apresentam uma Incidência de 95% ou mais, o que significa que quase a totalidade das pessoas nestes três municípios são multidimensionalmente pobres. O município do Saurimo apresenta uma Incidência de 67%, o que significa que quase 7 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres.

**Gráfico 50 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 57 - Incidência por município**



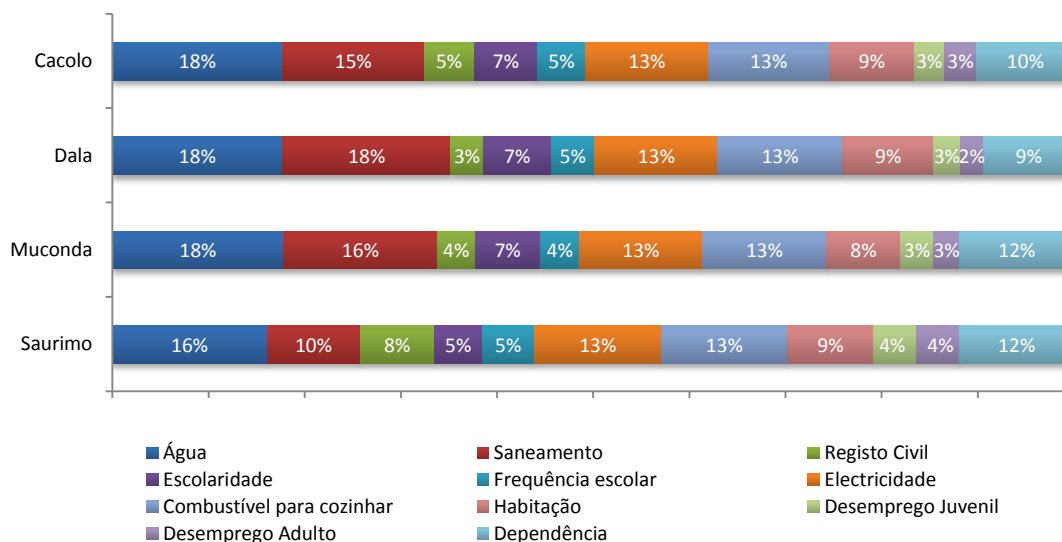
**Cartograma 58 - Intensidade por município**



O gráfico 51, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

Constata-se que em todos os municípios os indicadores sobre água, saneamento, electricidade da rede pública e combustível para cozinhar contribuem com mais de 50% para a pobreza destes municípios.

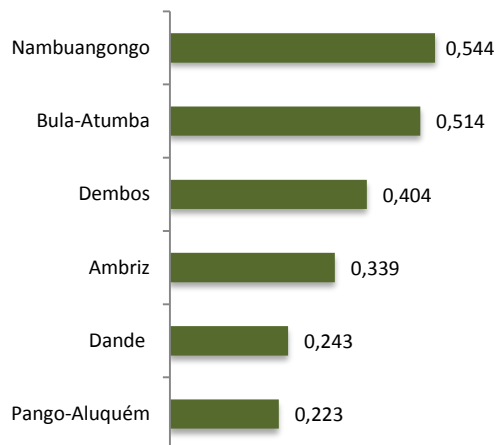
**Gráfico 51 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**



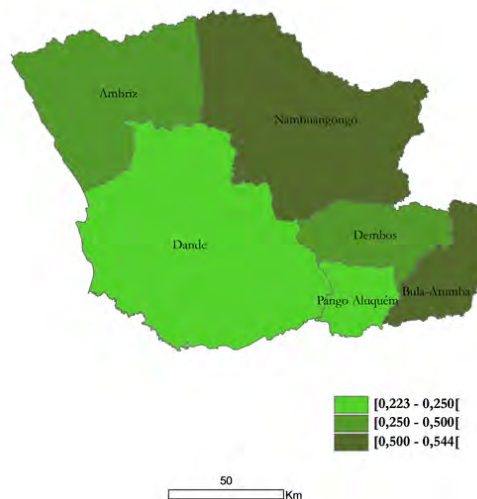


O gráfico 52 mostra que o município com o IPM-M mais elevado é Nambuagongo com 0,554. O município de Pango-Aluquem tem o IPM-M mais baixo (0,223).

**Gráfico 52 – IPM-M, Bengo**

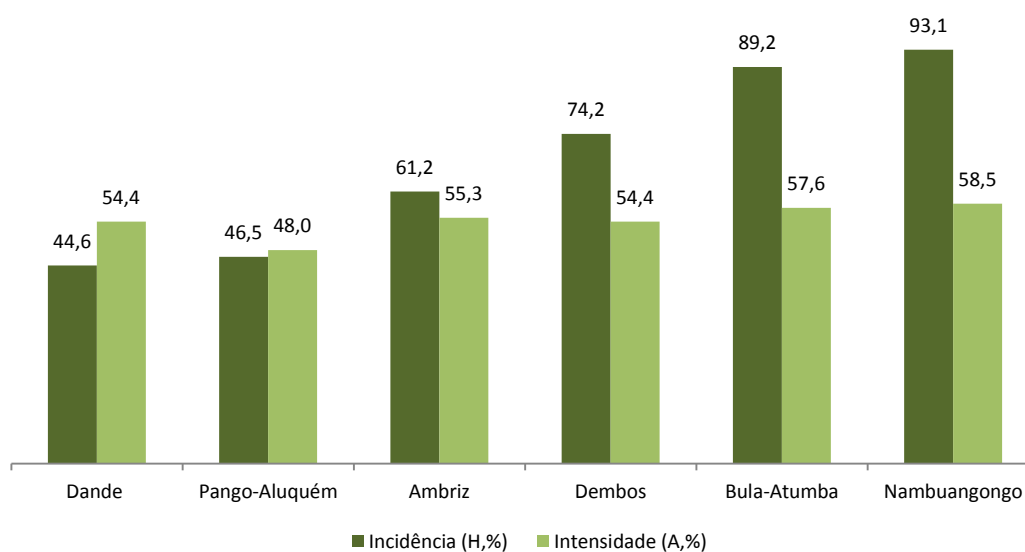


**Cartograma 59 – IPM-M, Bengo**

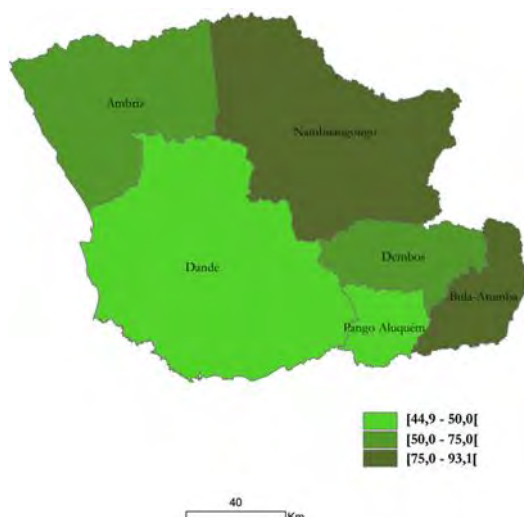


O gráfico 53 mostra que o município do Nambuagongo apresenta uma Incidência de 93%, o que significa que 9 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres. O município do Dande apresenta uma Incidência de 45%, o que significa que 4 em cada 10 pessoas neste município são multidimensionalmente pobres, no entanto apresenta também uma Incidência de 54%, maior que o município de Pango-Aluquem.

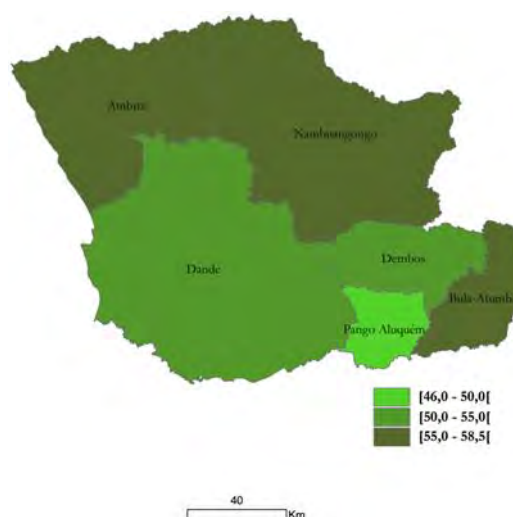
**Gráfico 53 - Incidência e Intensidade da pobreza por município**



**Cartograma 60 - Incidência por município**



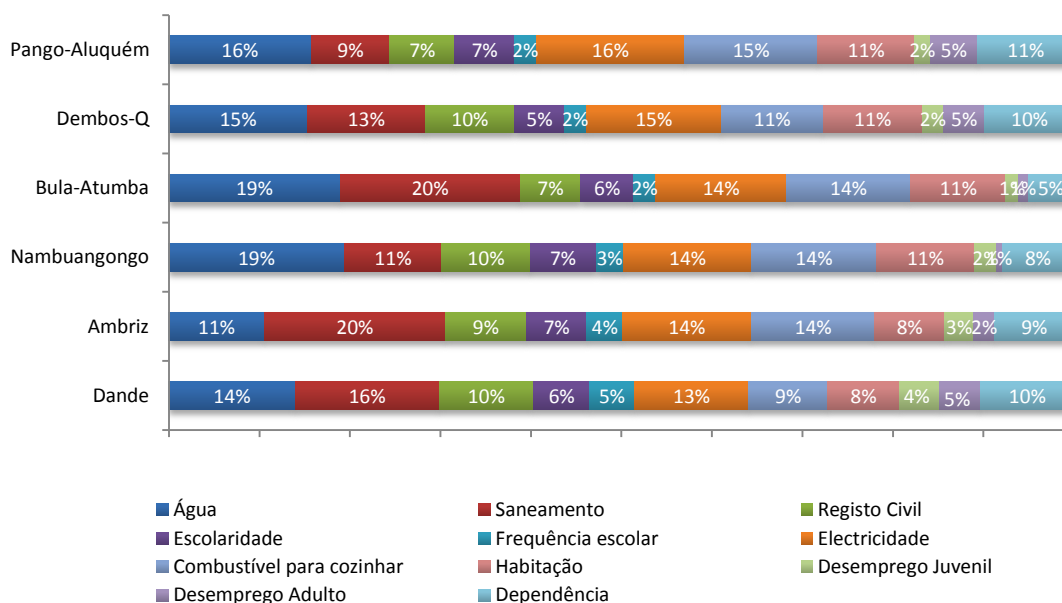
**Cartograma 61 - Intensidade por município**



O gráfico 54, mostra a percentagem da contribuição de cada um dos 11 indicadores no IPM-M, indicando o quanto cada um contribui para a pobreza multidimensional de cada um dos municípios individualmente.

O gráfico mostra que em todos os municípios os indicadores sobre água, saneamento, electricidade da rede pública e combustível para cozinhar contribuem com mais de 40% para a pobreza destes municípios.

**Gráfico 54 - Percentagem da contribuição de cada indicador no IPM-M**



## 8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Angola tem um claro compromisso de reduzir a pobreza no País. Isso se reflete no PND 2018-2022, no Decreto Presidencial Nº 163/19 e nos esforços explícitos para alcançar os ODS e cumprir a Agenda 2030. Nesse contexto, a criação do Índice Multidimensional de Pobreza pelos Municípios (IPM-M) é uma ferramenta importante para orientar as políticas públicas neste sentido.

O Censo 2014 fornece dados suficientes para fazer uma análise detalhada da pobreza multidimensional em cada município. É a única fonte de informação para esse tipo de estudo. O IPM-M utiliza o método Alkire-Foster para medir a pobreza multidimensional em cada município, incluindo 4 dimensões de qualidade de vida (saúde, educação, qualidade da habitação e emprego), medidas a partir de 11 indicadores. Cada dimensão tem o mesmo peso e cada indicador tem o mesmo peso dentro de cada dimensão. Uma pessoa é identificada como multidimensionalmente pobre se vive em um agregado familiar privado de 35% ou mais dos indicadores considerados. Este valor corresponde à linha de pobreza multidimensional.

A estrutura do IPM-M é robusta em relação ao seu principal objetivo: classificar os municípios de acordo com seus níveis de pobreza para serem priorizados na distribuição do orçamento público. A ordem dos municípios de acordo com seu nível de pobreza não é significativamente alterada, alterando os pesos de cada dimensão ou indicador ou modificando a linha de pobreza multidimensional.

O relatório apresenta três propostas para a classificação dos municípios. A primeira é agrupá-los em quintis de acordo com o valor do IPM-M. A segunda é manter a divisão por quintis, mas classificar os municípios de acordo com sua contribuição para o número de pobres no país. A terceira é fazer uma pré-classificação dos municípios em três grupos, de acordo com o tamanho da população (menos de 50 000, entre 50 000 e 500 000, mais de 500 000 habitantes) e identificar quintis dentro de cada grupo.

As três propostas têm vantagens e desvantagens e podem ser úteis para classificar os municípios de acordo com o objetivo de realizar esses agrupamentos. É por esse motivo que o INE descreve os três, sem sugerir um particular, uma vez que se considera que os três podem ser relevantes em diferentes contextos.

A primeira proposta tem a clara vantagem de ser simples. E Pode ser útil para a descrição da pobreza por município. Os municípios são classificados de acordo com um critério único e claro: seu nível de pobreza multidimensional. A classificação é transparente e equilibrada em relação ao número de municípios em cada grupo. No entanto, se a classificação dos municípios baseada somente no nível de pobreza multidimensional não for suficiente, essa proposta não será a mais adequada. Isso pode acontecer, por exemplo, quando a motivação para fazer a classificação é a alocação de recursos para combater a pobreza. Os municípios exigem quantidades diferentes de recursos com base em muitos parâmetros estruturais que não são levados em consideração ao medir a pobreza multidimensional. Uma dessas características é, por exemplo, o tamanho da população.

A proposta 2 leva em consideração esse critério, além do nível de pobreza multidimensional. Se o objectivo da política de distribuição de recursos é reduzir a quantidade de população pobre no País, esta proposta permite uma margem transparente e mais eficiente. Entretanto, se o objetivo da distribuição dos recursos públicos é reduzir a pobreza com critérios de igualdade e justiça social, é possível que a priorização dos municípios que contribuem mais ao número de pobres não seja a melhor estratégia.

A proposta 3 é diferente das anteriores, porque faz uma pré-classificação com base no tamanho da população. Esta primeira etapa permite identificar grupos de municípios com características estruturais mais homogêneas. Os municípios com uma população grande tendem a ter, por exemplo, uma melhor estrutura para oferecer serviços básicos, mercados de trabalho mais dinâmicos e maior acessibilidade. Dentre esses grupos mais homogêneos, a proposta 3 consiste em classificar os municípios em quintis de acordo com o nível do IPM-M. Assim, os municípios prioritários podem ser identificados em cada um dos três grupos. Isso nos permite ter uma idéia melhor de algumas diferenças em relação à quantidade de recursos necessários para reduzir a pobreza.

# ANEXO





**Quadro A - Pobreza multidimensional por municípios**  
(do mais pobre ao menos pobre)

Província	Municípios	Incidência (H,%)	Intensidade (A,%)	IPM
Cunene	Curoca	97,51	77,20	0,753
Namibe	Camucuio	95,73	74,35	0,712
Namibe	Virei	93,71	74,88	0,702
Malanje	Quirima	98,96	69,11	0,684
Moxico	Luchazes	98,09	69,58	0,683
Malanje	Marimba	99,80	67,46	0,673
Cunene	Ombadja	93,74	70,75	0,663
Malanje	Cambundi Catembo	98,26	67,29	0,661
Cuando Cubango	Cuchi	96,86	68,23	0,661
Lunda Norte	Lóvua	98,33	66,72	0,656
Malanje	Massango	96,97	67,05	0,650
Malanje	Luquembo	97,87	65,97	0,646
Moxico	Luacano	97,84	65,85	0,644
Huíla	Chibia	94,43	68,14	0,643
Cuando Cubango	Cuito Cuanavale	97,21	66,07	0,642
Huíla	Chicomba	96,54	66,24	0,639
Lunda Norte	Cuilo	96,29	66,10	0,636
Lunda Norte	Caungula	97,50	65,26	0,636
Cuando Cubango	Rivungo	94,40	67,07	0,633
Huíla	Cacula	97,40	64,65	0,630
Namibe	Bibala	91,12	68,83	0,627
Lunda Sul	Cacolo	95,69	65,34	0,625
Lunda Sul	Muconda	97,27	64,20	0,624
Moxico	Cameias	95,61	65,11	0,622
Moxico	Léua	96,23	64,59	0,622
Huíla	Cuvango	93,95	65,95	0,620
Malanje	Cunda-dia-Base	96,43	64,08	0,618
Huíla	Gambos	96,18	64,21	0,618
Huíla	Jamba	93,73	65,63	0,615
Cunene	Namacunde	88,08	69,53	0,612
Lunda Norte	Capenda Camulemba	95,08	63,97	0,608
Cuando Cubango	Cuangar	91,98	66,04	0,607
Huíla	Quilengues	94,04	64,56	0,607
Lunda Norte	Lubalo	94,51	64,21	0,607
Malanje	Cahombo	96,87	62,45	0,605
Lunda Sul	Dala	95,37	63,33	0,604
Uíge	Milunga	97,99	61,58	0,603
Uíge	Cangola	97,78	61,70	0,603
Cunene	Cuvelai	96,24	62,65	0,603
Huíla	Quipungo	93,44	64,53	0,603
Cuando Cubango	Nancova	96,56	62,43	0,603
Bié	Cuamba	92,15	64,55	0,595
Uíge	Quimbele	97,98	60,54	0,593
Cuando Cubango	Dirico	89,82	65,76	0,591
Benguela	Chongorói	92,79	63,53	0,590
Moxico	Bundas	91,76	64,22	0,589
Lunda Norte	Xá-Muteba	94,55	62,13	0,587
Cunene	Cahama	91,10	64,23	0,585
Uíge	Buengas	97,56	59,80	0,583
Benguela	Caimbambo	93,06	61,83	0,575
Lunda Norte	Cambulo	90,42	63,61	0,575
Bié	Chitembo	91,96	62,54	0,575
Cuanza Sul	Seles	91,45	62,84	0,575
Huíla	Humpata	87,07	65,74	0,572
Moxico	Camanongue	92,32	61,97	0,572
Huíla	Caluquembe	91,11	61,79	0,563

**Quadro A - Pobreza multidimensional por municípios**  
(do mais pobre ao menos pobre)

Província	Municípios	Incidência (H,%)	Intensidade (A,%)	IPM
Malanje	Quela	93,42	60,17	0,562
Moxico	Alto Zambeze	92,10	60,87	0,561
Malanje	Calandula	92,86	59,97	0,557
Cuanza Sul	Quilenda	91,64	60,71	0,556
Lunda Norte	Lucapa	88,75	62,68	0,556
Lunda Norte	Cuango	90,48	61,18	0,554
Huíla	Caconda	90,04	61,44	0,553
Benguela	Cubal	87,30	63,35	0,553
Uíge	Mucaba	93,20	58,77	0,548
Bengo	Nambuagongo	93,10	58,47	0,544
Cuando Cubango	Calai	87,45	62,17	0,544
Benguela	Bocoio	89,42	60,54	0,541
Malanje	Quiwaba-Nzogi	91,05	58,99	0,537
Uíge	Bungo	92,42	58,00	0,536
Cuanza Sul	Ebo	89,89	58,92	0,530
Uíge	Damba	90,71	58,36	0,529
Cuanza Sul	Conda	87,42	60,53	0,529
Uíge	Maquela do Zombo	86,01	61,14	0,526
Uíge	Puri	90,47	58,06	0,525
Cuanza Norte	Ambaca	85,18	61,44	0,523
Huíla	Chipindo	87,21	59,26	0,517
Bengo	Bula-Atumba	89,25	57,56	0,514
Cuanza Sul	Cassongue	86,64	58,99	0,511
Bié	Camacupa	84,42	60,50	0,511
Malanje	Cangandala	88,25	57,46	0,507
Huíla	Matala	78,75	64,31	0,506
Bié	N'harea	86,17	58,69	0,506
Cunene	Cuanhama	78,01	64,56	0,504
Uíge	Sanza Pombo	86,04	58,10	0,500
Benguela	Ganda	83,68	59,37	0,497
Huambo	Mungo	84,77	58,52	0,496
Bié	Catabola	85,39	58,08	0,496
Moxico	Luau	85,09	57,96	0,493
Huambo	Chicala-Choloanga	84,80	57,37	0,487
Cuanza Norte	Ngonguembo	87,29	55,45	0,484
Bié	Andulo	84,42	57,16	0,483
Uíge	Bembe	88,98	53,72	0,478
Cuando Cubango	Mavinga	81,56	58,40	0,476
Malanje	Mucari	82,98	56,99	0,473
Benguela	Balombo	81,35	57,71	0,470
Cuanza Sul	Mussende	80,06	58,05	0,465
Cuanza Sul	Quibala	78,64	59,00	0,464
Cabinda	Belize	80,53	57,39	0,462
Huambo	Tchinjenje	81,37	56,35	0,458
Zaire	Nóqui	80,92	56,18	0,455
Huambo	Londuibale	80,85	56,08	0,453
Bié	Chinguar	81,45	55,46	0,452
Huambo	Catchiungo	80,52	56,04	0,451
Cuanza Norte	Banga	82,15	54,92	0,451
Cuanza Sul	Libolo	74,94	58,73	0,440
Bié	Cunhinga	80,69	54,34	0,438
Luanda	Quiçama	75,17	57,84	0,435
Uíge	Songo	79,03	53,94	0,426
Huambo	Bailundo	76,82	55,34	0,425
Cuanza Norte	Bolongongo	80,11	52,45	0,420
Cuanza Norte	Samba Cajú	75,80	55,36	0,420

**Quadro A - Pobreza multidimensional por municípios**  
(do mais pobre ao menos pobre)

Província	Municípios	Incidência (H,%)	Intensidade (A,%)	IPM
Uíge	Quitexe	75,55	55,38	0,418
Uíge	Ambuíla	79,04	52,71	0,417
Huambo	Ukuma	74,60	55,51	0,414
Huambo	Ecunha	76,47	53,24	0,407
Bengo	Dembos	74,22	54,43	0,404
Huambo	Longonjo	74,05	54,24	0,402
Cuanza Sul	Amboím	68,82	57,57	0,396
Uíge	Negage	70,71	56,01	0,396
Cuanza Sul	Cela	69,72	56,64	0,395
Lunda Sul	Saurimo	67,31	57,52	0,387
Zaire	Cuimba	75,48	50,88	0,384
Luanda	Icolo e Bengo	70,04	54,63	0,383
Cuanza Norte	Quiculungo	75,39	50,60	0,381
Huambo	Caala	67,51	56,23	0,380
Malanje	Cacuso	68,96	55,03	0,379
Zaire	Tomboco	69,80	54,08	0,377
Cuando Cubango	Menongue	64,00	58,51	0,374
Moxico	Luena	65,58	57,01	0,374
Benguela	Baía Farta	68,89	53,65	0,370
Cabinda	Buco Zau	66,45	55,00	0,365
Zaire	Nzetu	60,86	56,60	0,345
Cuanza Sul	Porto Amboím	57,06	59,67	0,340
Bengo	Ambriz	61,22	55,31	0,339
Cuanza Norte	Golungo Alto	64,85	51,90	0,337
Bié	Cuito	59,26	54,27	0,322
Cuanza Norte	Lucala	62,09	51,46	0,319
Lunda Norte	Chitato	55,75	55,06	0,307
Cuanza Sul	Sumbe	50,34	58,42	0,294
Cuanza Norte	Cambambe	51,35	55,08	0,283
Huíla	Lubango	45,81	59,40	0,272
Bengo	Dande	44,59	54,43	0,243
Zaire	Soyo	45,54	50,20	0,229
Bengo	Pango-Aluquém	46,51	48,02	0,223
Zaire	Mbanza Congo	44,48	50,04	0,223
Malanje	Malanje	40,60	52,13	0,212
Cabinda	Cacongo	42,30	49,75	0,210
Uíge	Uíge	41,28	49,86	0,206
Namibe	Tômbwa	34,97	54,61	0,191
Namibe	Namibe	32,52	52,04	0,169
Huambo	Huambo	31,88	50,31	0,160
Luanda	Belas	32,43	49,28	0,160
Luanda	Cacuaco	31,23	48,09	0,150
Cuanza Norte	Cazengo	29,88	49,56	0,148
Benguela	Catumbela	29,20	50,28	0,147
Benguela	Benguela	28,51	49,61	0,141
Cabinda	Cabinda	26,33	48,23	0,127
Benguela	Lobito	21,60	51,13	0,110
Luanda	Viana	19,34	46,94	0,091
Luanda	Talatona	16,01	45,86	0,073
Luanda	Kilamba Kíaxi	13,32	43,64	0,058
Luanda	Cazenga	6,89	43,57	0,030
Luanda	Luanda	6,59	43,51	0,029

Quadro B - Questões do Censo 2014 utilizadas no cálculo do IPM-M

Nº de ordem	Código da questão	Questão	Opções de respostas
<b>Questionário da Habitação</b>			
<b>Secção II – Características da Habitação</b>			
1	H.4 Secção II	As paredes exteriores da habitação são principalmente de...	1=Pedra 2=Cimento/bloco 3=Tijolo 4=Adobe 5=Madeira 6=Zinco 7=Pau-a-Pique 8=Outro
2	H.5 Secção II	O tecto da habitação são principalmente de...	1=Placa de betão 2=Telha 3=Lousalite/fibrocimento 4=Zinco 5=Capim 6=Outro
3	H.6 Secção II	O Chão da habitação é principalmente de...	1=Terra batida 2=Cimento 3=Mosaicos de cerâmica 4=Adobe 5=Mármore 6=Tacos de Madeira 7=Outro
<b>Secção III – Características do Agregado Familiar</b>			
4	F.01 Secção III	Qual é o principal tipo de iluminação que o agregado utiliza?	1=Electricidade de rede pública 2=Candeeiro 3=Velas 4=Lenha 5=Gerador 6=Outro
5	F.02 Secção III	Qual é a principal fonte de energia que o agregado utiliza para cozinhar?	1=Electricidade 2=Gás 3=Petróleo 4=Carvão 5=Lenha 6=Cartão/Papelão 7=Nenhum 8=Outro
6	F.04 Secção III	Que tipo de sanitário(casa de banho, retrete), Este agregado utiliza normalmente?	<p style="text-align: center;"><b>Dentro de casa</b></p> <p>01=Sanita ligada à rede pública de esgotos 02=Sanita ligada à fossa Séptica 03=Sanita ligada à fossa aberta(vala ou rio) 04=Retrete/latrina ligada á rede pública 05=Retrete/latrina ligada à fossa séptica 06=Retrete/latrina ligada à fossa aberta(vala ou rio)</p> <p style="text-align: center;"><b>Fora de casa</b></p> <p>07=Sanita ligada à rede pública de esgotos 08=Sanita ligada à fossa séptica 09=Sanita ligada à fossa aberta(vala ou rio) 10=Retrete/latrina ligada à rede pública de esgotos 11=Retrete/latrina ligada à fossa séptica(vala ou rio) 12=Retrete/latrina ligada à fossa aberta(vala ou rio) 13=Nenhum sanitário ar livre</p>
7	F.05 Secção III	Qual é a principal fonte de água, que este agregado utiliza para beber?	01=Torneira na residência ligada à rede pública 02=Torneira do prédio/vizinho ligada à rede pública 03=Camião de cisterna

Quadro B - Questões do Censo 2014 utilizadas no cálculo do IPM-M

Nº de ordem	Código da questão	Questão	Opções de respostas
			04=Chafariz público 05=Furo com bomba 06=Cacimba/poço protegido 07=Cacimba/poço desprotegido 08=Nascente protegida 09=Nascente desprotegida 10=Água da chuva/chimpacas 11=Charco/rio/riacho 12=Outro
8	F.06 Secção III	Qual é a principal fonte de energia que o agregado utiliza para cozinhar?	1=Ferve 2=Desinfecta com lixívia 3=Filtra com pano 4=Filtra com filtro de água 5=Filtra e ferve 6=Aquece ao sol 7=Deixa repousar 8=Nenhum tratamento 9=Outro
<b>Questionário do Indivíduo</b> <b>Secção IV – Registo Civil</b>			
9	P.18 Secção IV	O(a) [Nome] já foi registado civil?	1=Sim 2=Não
<b>Secção VI – Educação</b>			
10	P.25 Secção VI	O(a) [Nome] alguma vez frequentou a escola?	1=Sim, ainda frequenta 2=Sim, mas já não frequenta 3=Não, nunca frequentou
11	P.26 Secção VI	Qual é a classe mais elevada que o(a) [Nome] concluiu?	01=Iniciação 02=1ªClasse 03=2ªClasse 04=3ªClasse 05=4ªClasse 06=5ªClasse 07=6ªClasse 08=7ªClasse 09=8ªClasse 10=9ªClasse 11=10ªClasse 12=11ªClasse 13=12ªClasse 14=13ªClasse 15=1ºAno 16=2ºAno 17=3ºAno 18=4ºAno 19=5ºAno 20=6ºAno 21=Nenhuma
12	P.27 Secção VI	A que nível de ensino corresponde esta classe do(a) [Nome]?	1=Pré-Escolar 2=Primário 3=Iº Ciclo do secundário 4=IIº Ciclo do secundário 5=Bacharelato 6=Licenciatura 7=Mestrado 8=Doutoramento
<b>Secção VII – Emprego</b>			
13	P.29 Secção VII	Na semana de 09 à 15 de Maio de 2013, O(A) [Nome] que actividade fez?	1=Trabalhou pelo menos hora em alguma actividade remunerada 2=Trabalhou pelo menos hora em alguma actividade não remunerada 3=Esteve ausente da actividade remunerada/não remunerada (doença, férias...) 4=Não trabalhou 5=Estudante (apenas estudou)

**Quadro B - Questões do Censo 2014 utilizadas no cálculo do IPM-M**

Nº de ordem	Código da questão	Questão	Opções de respostas
			6=Doméstico(a) (apenas tarefa do lar) 7=Reformado/aposentado/pensionista/reserva 8=Incapacitado permanente perante o trabalho 9=Outro (especifique)
14	P.30 Secção VII	O(A) [Nome] estava disponível para trabalhar se lhe oferecerem um emprego na semana 09 À 15 de Maio de 2013?	1=Sim 2=Não
15	P.31 Secção VII	O(A) [Nome] procurou emprego nos últimos 30 dias	1=Procurou novo emprego 2=Procurou emprego pela 1ª vez 3=Não procurou emprego





Rua Ho-Chi-Minh, C.P. nº1215, Tel: ( 244) 226 420 730/1  
<https://ine.gov.ao>  
Luanda-Angola